

50 ANOS DO GOLPE (1964-2014)

Artigos, relatos e textos literários da
Jornada Pedagógica do NUTH - Colégio Pedro II

Carolina Mary Medeiros
Jorge Marques
Selmo Nascimento da Silva
(Organização)



CAROLINA MARY MEDEIROS
JORGE MARQUES
SELMO NASCIMENTO DA SILVA
(ORGANIZAÇÃO)

50 anos do Golpe (1964-2014)

Artigos, relatos e textos literários da Jornada
Pedagógica do NUTH - Colégio Pedro II

São Paulo
Pontocom
2016

Copyright © 2016 dos autores

Produção editorial: Editora Pontocom

Editora Pontocom

CONSELHO EDITORIAL

José Carlos Sebe Bom Meihy

Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães

Zeila de Brito Fabri Demartini

Zilda Márcia Grícoli Iokoi

COORDENAÇÃO EDITORIAL

André Gattaz

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

C575

50 anos do Golpe (1964-2014): Artigos, relatos e textos literários da Jornada Pedagógica do NUTH -Colégio Pedro II / Carolina Mary Medeiros, Jorge Marques e Selmo Nascimento da Silva (org.). – 1ª ed.

São Paulo: Editora Pontocom, 2016.

212 p.: ; 21 cm.

ISBN: 978-85-66048-64-3

1. Movimento estudantil. 2. Ditadura militar. 3. História do Brasil Contemporâneo - Política. - I. Título.

CDD: 981

CDU: 94(81)

Sumário

Apresentação	7
--------------	---

DEPOIMENTOS

Movimento estudantil e as lutas da década de 1960 VLADIMIR PALMEIRA	11
Movimento estudantil e as lutas da década de 1970 SILAS AYRES	25
Um balanço das lutas estudantis JÔNATAS AARÃO	31
A experiência das lutas da ALN contra a ditadura CARLOS EUGÊNIO “CLEMENTE” PAZ	37
A experiência das lutas do PCBR contra a ditadura ANTONIO LÚCIO SOARES	49
A experiência das lutas do movimento estudantil contra a ditadura no Colégio Pedro II HELENA GODOY	63

ARTIGOS

Os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 ADJOVANES THADEU SILVA DE ALMEIDA	69
Cálice: as ações da censura à Música Popular Brasileira através da obra de Chico Buarque de Hollanda (1966-1981) CAROLINA MARY MEDEIROS	83
Interpretações sobre 64: um balanço bibliográfico para o professor LEONARDO BRITO	103

O Colégio Pedro II durante a ditadura militar	
LICIA MACIEL HAUER	133
Luta e revolução: Marcos Nonato da Fonseca, ALN e a teoria da Revolução Brasileira	
SELMO NASCIMENTO DA SILVA	161
QUATRO POESIAS E UM CONTO: ARTE E RESISTÊNCIA	
A esperança equilibrista	
MARIA CECÍLIA MONTEIRO SANTOS	201
Anoiteceu	
JOHANSS ELLER	203
Segunda manhã de abril	
PEDRO MARTINS CRUZ DE AGUIAR PEREIRA	204
Socialista num campo de concentração	
MARIANA DE OLIVEIRA OMENA	205
O reencontro	
LETÍCIA PRISCILA DE OLIVEIRA	207

Apresentação

Não há o que comemorar. Mas não se pode deixar esquecer. Em 1º de abril de 1964, o golpe político liderado por setores militares findava um curto período de experiência democrática no Brasil e, ao mesmo tempo, iniciava tempos difíceis de censura e repressão. O Núcleo Transdisciplinar de Humanidades do *Campus* Engenho Novo II, a partir de sua linha de atuação *Ciências Humanas: extensão e saberes multidisciplinares*, teve como proposta a elaboração de uma jornada pedagógica sobre o golpe militar de 1964 e seus desdobramentos. A *Jornada Pedagógica 1º de Abril – 50 anos do Golpe* foi composta por debates, conferências e oficinas pedagógicas, realizadas entre os dias 31 de março e 5 de maio de 2014, além do concurso literário “Amanhã será outro dia”, destinado aos alunos.

O presente livro reúne depoimentos, histórias e fatos que foram relatados por um grupo de pessoas que, de certa forma, combateram a tirania e lutam até hoje contra o esquecimento daquele que foi um dos períodos mais marcantes de nossa História republicana. Suas contribuições não se restringiram a uma participação efetiva e direta em tal período, com suas lutas para afirmar os valores democráticos em nosso país, mas principalmente naquilo que se propõem hoje: deixar na memória, para uma nova geração, o registro de tempos antidemocráticos com o cerceamento dos direitos de pensar.

Sim, é um legado. Um legado na alma e no coração de nossos alunos, que como os depoentes, jovens e esperançosos em transformar seus sonhos em realidade, deixam registradas suas participações. Suas utopias os motivaram, suas ansiedades tornaram-se certezas de que lutar é mais nobre, e caminhar é mais real do que fenecer na incerteza. Com isso animam novos sonhos, ecoam uma força poderosa de transformação, oferecendo um sopro renovador às lutas em favor da liberdade, da justiça, da igualdade de hoje e sempre.

Esta jornada teve o objetivo de trazer luz sobre a diversidade de pensar e agir, materializando a força da unidade, a força da alteridade

e do coletivo. Para tal, estabelecemos esta publicação como um culminar de perspectivas e reflexões acerca do fazer pedagógico, destinando aos alunos desta instituição de ensino a possibilidade de tomar contato com os relatos e participar de oficinas e de um concurso literário.

Este volume conta com os seguintes depoimentos e temáticas: Vladimir Palmeira: *Movimento estudantil e as lutas na década de 1960*; Silas Ayres: *Movimento estudantil e as lutas na década de 1970*; Jônatas Aarão: *Um balanço das lutas estudantis*; Carlos Eugênio Clemente: *A experiência das lutas da ALN contra a ditadura*; Antonio Lúcio Soares: *A experiência das lutas do PCBR contra a ditadura*; Helena Godoy: *A experiência das lutas do movimento estudantil do Colégio Pedro II contra a ditadura*.

Na sequência, apresentam-se os seguintes artigos: Adjovanes Thadeu: *Os 50 anos do golpe civil-militar de 1964*; Carolina Mary Medeiros: *Cálice: As ações da censura à Música Popular Brasileira através da obra de Chico Buarque de Hollanda*; Leonardo Brito: *Interpretações sobre 64: Um balanço bibliográfico para o professor*; Licia Maciel Hauer: *O Colégio Pedro II durante a ditadura militar*; e Selmo Nascimento da Silva: *Luta e revolução: Marcos Nonato da Fonseca, ALN e a teoria da revolução Brasileira*.

Na parte final, não deixem de ler *Quatro poesias e um conto: arte e resistência*. Nessa seção, os alunos do século XXI tomam a palavra e relêem/ revêem o período ditatorial. Johanss Eller, Maria Cecília Monteiro Santos, Mariana de Oliveira Omena e Pedro Martins Cruz de Aguiar Pereira são os responsáveis pelas belíssimas poesias, enquanto Letícia Priscila de Oliveira brinda os leitores com um conto de rara sensibilidade: *O reencontro*.

Boa leitura a TODXS!

Depoimentos

Movimento estudantil e as lutas da década de 1960

VLADIMIR PALMEIRA*

Bom, me pediram para falar do movimento estudantil, então eu vou tentar, em 15 minutos, caracterizar o que é...

Mesmo no Brasil, o movimento estudantil é o movimento do tipo sindical, ou seja, você tem um sindicato, a federação, a central sindical e você tem toda a estrutura que é nacional... O movimento estudantil é assim também. Tem, no caso universitário, o centro acadêmico, tem o DCE (Diretório Central dos Estudantes), tem a UEE (União Estadual dos Estudantes) e tem a UNE (União Nacional dos Estudantes), então é um movimento que também se forma em cima das reivindicações do pessoal. Assim como o sindicato defende mais salário, defende emprego, defende reivindicações fundamentais da classe trabalhadora, as entidades estudantis são feitas para, em primeiro lugar e antes de tudo, defender o interesse dos estudantes, que são diversos e variados, conforme as circunstâncias, mas nunca esquecendo ser um deles, entendeu? É confrontar com os professores, que são opressores por natureza. É uma das características, inclusive da juventude, que vai ter que lutar contra tudo aquilo contra estabelecido.

Bom, isso não impede que você faça política, mas sindicato não deve fazer política partidária, sindicato tem que fazer uma política geral, em que sua categoria está contemplada. Por isso, uma entidade representativa tem que significar mais ou menos a opinião de oitenta, noventa por cento...

As pessoas políticas têm que ser muito prudentes para poder englobar aquela massa que o sindicato representa e que o centro acadêmico ou o grêmio tem que representar. Portanto, o grêmio, o

* Professor e liderança estudantil na década de 1960.

centro acadêmico, o sindicato não podem ser simplesmente um espaço para ser plataforma de partido político. Se não, você passa o programa que quer, e aí diz qualquer coisa, mas também ninguém te segue, porque você defende aquele negócio de um bando de iniciados que formam um partido político. Então essas são as entidades que fazem o movimento estudantil. Elas estiveram no topo da resistência à ditadura militar. Eram então importantes... Tinham essas características.

Hoje as pessoas gostam de dizer o seguinte: *É uma luta panfletária*. Claro que é! Aliás, quase todo mundo era contra a ditadura, mas isso é só parte daquela estrutura/ditadura. Nós fizemos um longo aprendizado. Eu em particular até... Em 1968, o movimento estudantil rompeu com os padrões da luta de antes de 64 e começou a compor um novo movimento estudantil. Quais foram as etapas, infelizmente eu tenho que correr, para não dar tanto exemplo concreto, mas, quem sabe, em outra oportunidade a gente vai poder conversar sobre isso.

Foi uma atividade de resistência e nós tínhamos dois tipos de pessoas: primeiro, aquelas pessoas muito engajadas, que eram das lideranças estudantis, estavam organizadas em alguns grupos revolucionários; segundo, a grande massa estudantil que está ali para defender outros interesses do trabalho sindical. Então nós sofremos uma grande derrota em 1964, começamos querendo resistir de qualquer jeito, lutando pelas liberdades democráticas e lutando pelo peso do centro acadêmico como era antes de 1964. Eu estudei Direito, e na minha escola o bandeirão que tinha, e depois tiraram, era gerido pelo centro acadêmico. A gráfica da escola era propriedade do centro acadêmico. O centro acadêmico tinha uma participação direta na gestão da escola. Quando veio o golpe militar, tiraram isso tudo. O importante de dizer até é que roubaram, roubaram mesmo, arrancaram essas propriedades dos estudantes e se apossaram.

Bem, começamos querendo lutar por coisas assim: queremos administrar o bandeirão de novo, queremos uma comida melhor no bandeirão, queremos a gráfica administrada por nós, queremos a atlética administrada por nós, queremos o centro acadêmico... Isso foi no início. Depois passamos por mudar mais e fazer greve. Em geral, era uma forma ruim de fazer movimento estudantil. A greve não chega a ser

uma forma interessante para nós, porque a gente para e os diretores, os gestores e ministros não estão nem aí, entendeu? Quando o operário para, para a fábrica, o patrão perde dinheiro. E eles não ligam para a Educação, nem que pare. Para a escola, eles não ligam tanto, entendeu? A não ser que a gente faça muito barulho, muita esculhambação, eles não dão bola pra gente. Então, bom, começamos nessas reivindicações, lutamos pelo bandejão e blábláblábláblá... Depois quiseram transformar a universidade pública em universidade paga e nós lutamos então pela universidade pública e eles começaram a cobrar uma taxa de anuidade pra gente. Era uma mixaria, vinte mil réis por ano, mas isso era só o princípio pra gente seguir o modelo americano de fundação privada. Nós então lutamos também contra a lei Suplicy – não Suplicy de São Paulo – o de Lacerda, que era o Ministro da Educação. Proibiu as entidades estudantis de fazerem política, de darem opinião e fizeram uma nova organização de movimento estudantil, então não tinha mais UNE, era TIE, não tinha mais UUNE, tinha TEE, etc, etc. E nós boicotamos essa UNE e começamos com ela. No ano de 66, fizemos manifestações em escala nacional contra o pagamento de anuidades. Na primeira manifestação que a gente fez, nós éramos 80 que saímos por aí até a Central do Brasil para fazer o julgamento do golpe militar. Mas crescemos em 66, e tínhamos então grandes manifestações, milhares de pessoas por todo o Brasil, milhares de estudantes brigando. No entanto, nós éramos esquerdistas. O que quer dizer isso? Quer dizer que a gente pensava menos na massa estudantil e pensava mais nos ideais revolucionários. Então a gente dizia: “Esse pessoal de classe média, tudo uma bobeira; o que vale é o operário e o camponês”. E com isso, a gente tratava a massa estudantil assim, o que a gente queria? Queria que eles fossem a pequena chama que iluminasse a pradaria. E a pradaria, quem é? É o operariado e o campesinato. Então a gente queria fazer confusão, queria ter atrito com a ditadura para ver se o fogo pegava no operário e no camponês.

Bom, acontece que o movimento de massa ensina que, quando a gente começou a lutar com milhares de estudantes, a gente não pode ser assim. Por quê? Porque a gente é solidário com as pessoas que lutam ao nosso lado. Nós não podíamos tratar os estudantes só como bucha

de canhão; por exemplo, a gente chegava e pregava uma revolução brasileira. Então nós fomos mudando, aprendemos e fomos a entender o que é realmente a entidade do tipo sindical e esse blábláblá que eu já disse pra vocês e começamos a imitar/evitar. Antes normalmente foi feito: “qual é a estratégia da revolução? Vai ser guerrilha rural e guerrilha urbana.” Ora, a massa estudantil nada que tem a ver com isso. Podia até simpatizar, lutar contra a ditadura e apoiar, mas ela não estava interessada em saber qual era que tinha que ser o partido revolucionário, o destino...

Então nós começamos a levar a entidade estudantil pro seu desígnio. E isso dividiu o movimento estudantil em duas alas, grosseiramente falando: primeiro, uma ala mais radical, que era a ala aqui à minha esquerda, entendeu? Que queria politizar, pensar junto com a revolução, que achava que a função do estudante, se fosse o caso, era virar operário, pra poder... E usava o movimento estudantil para tentar fortalecer melhor o movimento popular. E a nossa ala, tida como moderada, de direita, reformista, a nossa ala era a que dizia que nós tínhamos que defender o direito dos estudantes e ampliar essa luta estudantil para que a entidade fosse verdadeiramente representativa.

Bom, esse choque aumenta em 67, quando há duas linhas da UNE que se enfrentam. As linhas dos companheiros da ação popular, sobretudo e simplificando, que eram os centros da luta estudantil, é a luta contra a ditadura. Que era a nossa linha das dissidências comunistas, em que a luta central é contra a política educacional do governo. Imagine do governo, e os camaradas que nem diziam *ditadura*. Bom, era um dualismo, inteiramente opostos. E quando vocês chegam, vão dizer: “é claro que quem foi pro pau foram radicais!” Mentira! Onde teve o movimento de massa foi onde nós liderávamos, porque aí é que a massa estudantil permitia reivindicação. E os radicais faziam discurso para eles mesmos. Paravam um monte de gente, como fizeram aqui no Rio de Janeiro. Iam para o Amarelinho, pegavam três carteiras, uma mesa e diziam: “Abaixo a ditadura!” E nada se mexia. E onde é que houve o movimento? Onde a ala moderada tinha força, porque ela foi pra rua, ela levou estudante, ela tinha representação. E nós então fomos conquistando vitórias.

Em 1968, nós aqui do Estado da Guanabara defendemos que a luta mais importante para nós era a luta por mais verbas. Por quê? Porque cansamos de apoiar lutas para não pagar anuidade. O que é que acontecia com a luta pelo não pagamento da anuidade? Era justa? Era! Era boa? Era! Mas a gente perdia sempre. Tem algo errado quando a gente perde sempre, não é verdade? Não ganha nada? E por que não ganhava? Porque nosso grupo era o mesmo: o meu centro acadêmico no qual eu era presidente. Tive uma derrota colossal porque a gente dizia: “Vinte mil réis! Ninguém paga.” E os estudantes não pagavam. E nós fazendo ali piquete e tal... Mas quando chegou no dia, o tesoureiro na qualidade dele disse: “Ô Vladimir, olha aqui, noventa e cinco por cento pagou!” Como? Porque os pais pagaram... Vinte mil réis! Já tinha sistema bancário: coisa que a esquerda era muito ignorante para perceber... Então os caras foram lá e pagaram. Mas a gente agradecia, não tinha como fazer. Nós não. Nós vamos fazer diferente. Nós vamos dar mais verba. Porque o reitor disse assim pra gente: “Eu tenho que aceitar cobrar porque não tenho dinheiro pra nada, pra laboratório, pra coisa nenhuma não!” E se a gente for lutar por muito mais verba, o reitor vai ter que apoiar. Os caras vão ter que apoiar.

E são as duas faces da mesma moeda: porque se eu tenho mais verba, eu não preciso cobrar. Então nós começamos a lutar por mais verba. Mais verba permitia o quê? Que a gente fosse enfrentar o grande demônio que é o professor. Por que isso? Porque o professor é o próprio opressor da juventude, de duas formas. Se eu tiver tempo, depois eu conto uma historinha. Nós tínhamos um conselho universitário que eram umas múmias que governavam com a gente, entendeu? Não é que fossem velhos, que não sejam eternos, aquilo não se mexia. Aquilo era uma estrutura que não via o estudante de jeito nenhum. Na sala de aula, se o cururu levantava o dedo pra pedir uma questão, ele já achava que era comunista. Então era um estudo impossível, não tinha nada, entendeu? E o ensino era uma droga. Mesmo na universidade em que eu estudava – que era a melhor, a atual Federal do Rio de Janeiro, já teve melhores tempos – já estava cheio de medalhão lá, mas eles não davam aula. Porque professor é irremovível. Então eles ficavam lá com o dinheiro da gente, entendeu? E não davam aula. E a

gente não podia reclamar. Então essa luta por mais verbas permitiu o quê? Que a gente dissesse o que não funciona nessa escola! “E seu professor, como é que é? Se é ruim, vamos mudar. Como é o currículo? Vamos discutir o currículo! Tá me preparando para a minha vida profissional ou não está preparando?” E começamos a discutir o dia-dia do estudante.

Isso fez com que a nossa entidade estadual no Rio de Janeiro fosse a única do Brasil onde a direita participava. Todos os estudantes participavam. Não era uma entidade de esquerda, era uma entidade dos estudantes, de qualquer ideologia que tivessem. E aí, nós, é claro que temos força. Íamos lá, brigávamos com a ditadura, mas tínhamos retaguarda na universidade, tínhamos retaguarda na sala de aula. Nós tínhamos apoio decisivo, duro, permanente dos estudantes. E lutando por mais verbas, também fomos questionando a estrutura antidemocrática da universidade, entendeu?, a mudança dela. Pedimos uma universidade democrática, pedimos uma universidade nacional, que pesquisasse, que não seguisse simplesmente o modelo americano e, com isso, fomos ganhando cada vez mais força. E era uma entidade democrática, porque até os policiais participaram da nossa entidade. Porque tinha aquele pessoal que era infiltração, né? E eles iam nas reuniões clandestinas. E nós dizíamos: “É claro, não é estudante? É do diretório? Vai!” Nós sabíamos que ele tinha contato com o chefe dele. E era obrigado a reconhecer que nós éramos representativos.

Então, nós também causamos estupor em 68, aliados ao Partido Comunista Brasileiro, com o qual nós tínhamos esse discurso, muito justamente, aliás, entendeu? A ditadura era uma antagonista... A ditadura se aliou com a Igreja, que nesse momento falhou – em geral sabe que a Igreja é de esquerda, entendeu? Então Castro Pinto fez com a ditadura uma manobra, dizendo o seguinte: “Nós queremos um diálogo com os estudantes para resolver esse problema!” Era o bispo do Rio de Janeiro. Juntaram ali e fizeram uma reunião com estudantes que não eram da nossa entidade. Pegaram os caras de direita mais os caras do PCB e fizeram uma reunião e chamaram diálogo. O que a ala radical do movimento estudantil fez? “Não dialogamos com ditadura! Nós não queremos nem saber!” O que é que nós fizemos? “Nós

queremos! Nós queremos diálogo!” Como é que a gente vai mostrar pra população que quer resolver os problemas dos estudantes se a gente não vai conversar com as autoridades? O que a gente pode dizer se o governo chama e o estudante diz que não vai? Como é que vai dizer pra população que quer resolver? Então nós dissemos: “Nós queremos o diálogo sim!” Agora nós queremos o diálogo com a entidade estudantil legítima, que é a União Metropolitana dos Estudantes e a União Nacional dos Estudantes. Rachou o ME, rachou. Mas fomos escola por escola: onde os pais e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) iam, nós estávamos lá e começamos a tirar a reunião por plenária, por assembleia geral. Resultado: quando acabou esse movimento do diálogo, nós tínhamos noventa e cinco por cento dos delegados. E dissemos: O diálogo é dessa paz, ou não é? Então, mais uma vez, ganhamos. Teve gente obrigada a dizer que na época o Ferdinando estava negociando gente com os Estados Unidos. E a gente: “Mas uai, mas se o vietcongue que é um cara da guerrilha, mais avançado, conversa com o imperialismo, porque que nós não podemos conversar com a ditadura?” Aí eles foram forçados a dizer aos radicais, que o *ximim* era traidor da revolução. Claro! Entendeu? Essa é a lógica do esquerdismo, entendeu? Ele não vê como as coisas acontecem, tem umas coisas na cabeça e pensa que pode fazer o que quer.

E a lógica do movimento de massas qual é? Primeiro a gente aprende a recuar. A primeira coisa que a gente faz no movimento de massa é que a gente não tem uma ofensiva só. Eu brinquei muito com a opinião de uma convergência socialista, depois o PSTU e o PT nos anos 80, porque eles só queriam avançar. E eu dizia assim: “Mas então vocês têm que recuar!” E eles confundiam recuar com debandada. Mas depois que eu fiquei mais velho, ainda não o suficiente, eu disse o seguinte: “Eu vi que todo o general, numa guerra, a primeira coisa que prepara é a retirada.” Claro! Porque se eu levar um cacete, o que eu faço? Ele não quer ser inteiramente apagado. Então quem faz movimento de massa sabe que tem que recuar. Porque quando a polícia vem mais forte, o que você faz? Recua! Nós somos jovens, a polícia não pega a gente nunca, só se a gente for muito besta, entendeu? Então nós passamos, até 68, todo o tempo fugindo da polícia. Hoje temos

confrontos com a polícia, é verdade. Mas quando houve foi à nossa revelia.

A gente fez um mecanismo que a gente fugia, dispersava e a polícia chegava e uma hora depois a gente começava outra passeata num ponto pré-marcado com os grupos que a gente tinha. Nós tínhamos dois mil estudantes organizados. Claro! Nunca iam os dois mil, pessoal gosta de beber cerveja, namorar, essas coisas. Mas sempre ia uma parte. Então o resultado: uma hora depois, em outro lugar começava outra passeata. E eles ficavam uma arara com a gente. E vinham. E aí a gente parava o trânsito, aí não podia ter cavalo. Eles soltavam, mas não corriam mais do que a gente de jeito nenhum. Então raramente a gente apanhava muito. Bom, então vamos até 68 brigando só quando era impossível, entendeu? Até que em 68 nós começamos as manifestações. Aí veio *O Globo* (existe esse jornal hoje do Roberto Marinho?)... Existe, né, mas na época ele era protagonista. Não é o caso de hoje. Já pediu desculpas, não foi? E ele fez um editorial dizendo que os estudantes só queriam fazer confusão, não queriam de fato conversar com o Ministério. Mas aí a gente faz o seguinte: tem que marcar. A gente marcava no MEC e aí eles botavam polícia e não recebiam a gente. Aí a gente aproveitava e fazia uma passeata porque ninguém é besta, não é? Íamos lá para ganhar a opinião pública. Aí diziam que a gente só queria confusão. Então eu disse: “Vamos provar que nós queremos dialogar!” E pela primeira vez nos armamos. “Nos armamos”, até parece que a gente levou uma metralhadora – não! Nós fizemos nosso primeiro coquetel Molotov, levamos pedra, pau... Mas como éramos ignorantes e não tínhamos dinheiro, nós nos separamos em três colunas para invadir o MEC. Porque eu disse: “Agora nós vamos ocupar o MEC para mostrar que nós queremos dialogar, o ministro vai ter que dialogar com a gente!” Bom, aí cometemos esse erro, a militada pegou duas, três colunas e a gente sangrando... Mas todo mundo feliz porque pelo menos... a gente cansou de apanhar, mas o cara pela primeira vez brigou, *tava* sangrando, mas feliz. Lançaram o tal brucutu contra a gente, né? Aquele negócio de água, terrível!... Dava azar o brucutu... Aí pronto! Aí *nêgo* dizia: Broxou, broxou! Pronto! E foram, entraram lá, tomaram o brucutu, subiram em cima do brucutu... E nós, mesmo ali, mandavam

esquerdismo na gente, né? Eu subi no Volkswagen azul, depois de velho, e fiz um discurso pra tropa de choque, que era o BOPE daquela época... De metralhadora, armado, assim parado. E eu dizendo para eles se subornarem e botarem as armas contra os oficiais. Aliás, isso é uma maluquice, né? Mas na animação, o besta aqui também cometeu seus esquerdismos. Bom, dali nós fomos e criamos a primeira barricada. E a polícia liberando o trânsito. Conclusão: nós pusemos a barricada, entendeu? E quando chegou a polícia, veio com aquele passo terrível, dá um medo do cacete. Quando chegou a cinquenta metros, nós dissemos o quê? “Pau neles.” Aí a gente avançou e bateu na polícia. Mas nós batemos mesmo. Dessa vez, eles saíram correndo por aqueles corredores do Rio e todo mundo, como sempre, batendo neles. Teve um menino que pegou aquele cavalo da PM e botou aquela boina e... Porque os secundaristas seguiam muito as lideranças universitárias. Tinha mais organização, a AMES existia, mas tinha menos peso. Então os secundaristas... A turma de vocês mesmo, do Pedro II, da Escola Técnica, do Colégio de Aplicação. Então nós fomos dando o nosso conselho, até porque nós não éramos tão bestas assim, dissemos “Não toque em nada do Exército”. Porque a gente sabia que, enquanto não tocasse no nome do Exército, a porrada era em outro nível. Mas, você sabe quem foi, né? O cara foi lá e tocou fogo no caminhão do Exército. Aí veio a PE, onde logo depois eu seria hóspede, entendeu? Ai a PE veio e desceu o cacete e aí nós acabamos a manifestação. Na quinta-feira, nós ocupamos a Universidade Federal, ali na Praia Vermelha, e obrigamos os professores do tal Conselho Universitário unificado a descer o corredor polonês até o teatro de arena da Escola de Economia, quando foram obrigados a discutir com a gente as grandes questões do Movimento Estudantil. Teve gente que foi mal, né? Botou tudo contra a gente. Mas o reitor, que era o Clementino Fraga Filho, foi um dos caras que às vezes concordava, às vezes discordava, manteve a postura. Foi uma discussão geral sobre o futuro da Universidade.

Isso aqui foi a manifestação ideológica mais importante de 68. Ninguém fala nela. Por quê? Porque os professores são autoritários. E tiveram que conversar ali na pobreza, com a plebe, entendeu? E prestar conta do que eles fizeram. E esse domínio ideológico que eles têm foi

quebrado pela primeira vez nesse ano exato. Sintetizando, o movimento de 68 quer dizer o seguinte: nós não aceitamos o que os velhos estabeleceram pra gente. Tudo tem que passar pela nossa consciência. Quer dizer, nós não podemos fazer como antes que o filho era igual ao pai, o pai era igual ao avô, o avô era igual ao bisavô, entendeu? E parece que o mundo é congelado. E nós então nos rebelamos e começamos a criar uma consciência crítica, sabe? E pra mudar o mundo, nós não podemos aceitar o mundo como ele é. E não podemos aceitar o mundo como os pais, os professores querem para a gente.

Bom, essa foi uma manifestação importante, mas, para variar, no final, levamos porrada. Porque a polícia não deixou, o reitor agiu, mas nós saímos. O pessoal que ficou... Eles começaram a atirar de fuzil... E aí com aquela “gentileza” que a PM tem sempre, mijaram em cima da gente, enfiaram cassetete na vagina das moças, mas tudo com muita delicadeza, entendeu? Aquele negócio que a gente sabe até hoje. Então eles fizeram isso lá, e isso causou indignação na opinião pública muito grande e, no outro dia, nós já estávamos às oito horas da manhã, horário que nunca fiz nada, nada. Ninguém fazia nada às oito horas da manhã, né? Passeata era só de tarde. E nós estávamos na rua. E a população do Estado da Guanabara que sempre apoiou a gente, pela primeira vez – dessa vez não deu um apoio só de papel, só jogar papel, parece todo dia de Réveillon – eles desceram e abriram alas e aplaudiram os estudantes. Isso em princípio... Se você fosse um artista, era a glória, né? Tinha feito a cena três vezes, entendeu? Então, fomos... Na Primeiro de Março, nós fomos na embaixada americana, jogamos umas pedrinhas e, em troca, eles atiraram na gente. Bom, aí caiu uma mulher do meu lado sangrando. Nós fomos pra perto da Cinelândia, hoje é o museu, onde era a ENBA, Escola Nacional de Belas Artes, e eu estava fazendo um comício, em cima de um poste. Os postes antigamente tinham um negócio lá em cima feito justamente para agitadores. Quando a polícia chegou, chegou atirando de fuzil, aí todo mundo foi embora e esse aqui ficou lá em cima do poste. Eu saí, não sei como. Apareceu uma alma caridosa e disse assim: “Você tá sozinho?” Aí eu disse: “Tô!” “Vou levar pra perto do meu carro”. Perto o cacete! Tá lá na Cinelândia, no Estácio... Mas aí eu fui e toda a liderança estudantil...

Às quatro horas da tarde, nós estávamos tomando um chope no Diagonal, um botequim ali no Leblon. Tinha o Rialto, não era? Como era o nome? Tinha o tal lugar de burgueses, entendeu? Tinha a pizzaria Guanabara e na diagonal dessa rota aí tinha um bar que era tão vagabundo que não tinha nome ainda. A gente dizia: Diagonal! Diagonal do quê? Do outro ali. Aí quando a gente foi beber ali, a gente descobriu que o Centro estava pegando fogo. Quer dizer, a liderança estava toda no Leblon tomando chope e o pau cantando no Centro do Rio. Pra você ver como a História é feita muito pelas massas mesmo. Disseram: mas como é que foi? O pessoal chegou atrasado. O fato é que o pau comeu com grande apoio da população, sobretudo com o apoio dos *boys* – os *boys* são uma figura decisiva no conflito/confronto de rua e mais os funcionários públicos. Mataram o soldado, jogaram uma máquina de escrever em cima da cabeça do soldado. Bom, fechou o tempo. O Marcos Medeiros, que infelizmente já não está aqui, o Marcos disse: “Vladimir, é insurreição!” Eu disse: “Menos, Marcos!” Porque ele era mais à minha esquerda, né? Aí eu dizia: “Menos! Menos!” Mas nós seguimos agitados! Dissemos: Vamos pro cacete! E aí marcamos uma grande manifestação e começamos a subir em ônibus. Dois entraram em ônibus para fazer comício... E daí a ditadura decidiu permitir e o governador, que era um fantoche, deixou. Decretou ponto facultativo e aí foi uma grande manifestação que foi a dos Cem Mil, que não me interessa tanto falar nela porque é um tanto conhecida.

Então nós aí chegamos ao auge, tivemos em uma comissão popular: políticos, professores, padres, freiras, mães – já tinha uma comissão de mães... E fomos recebidos pelo conselho, quer dizer, pela primeira vez a ditadura aceitou conversar com a gente depois dessa grande passeata. Não deu para entender porque o Costa e Silva queria que nós parássemos as manifestações. Aí não pode parar a manifestação para sempre. E ele era acostumado a dar ordens, etc., etc. Não houve entendimento, mas foi uma vitória para mostrar à população inteira a boa vontade dos estudantes, que os estudantes queriam resolver o problema das universidades. Conclusão: para a alegria da criançada, qual é a conclusão? A seguinte: Nós fomos um movimento estudantil muito bom, cumprimos a nossa função.

Na minha sucessão, eu estava na cadeia. Os militares sempre gostaram muito de mim e me quiseram lá por um tempo... Mas nós ganhamos, a minha chapa ganhou folgada contra todas as entidades. Inclusive onde a direita tinha público, nós ganhamos todos os DCEs e ganhamos a União Metropolitana dos Estudantes. Nós ganhamos a UE contra toda a esquerda junto contra a direita. Então ganhamos. Então, resultado do quê? De uma política sindical bem feita em nível de movimento estudantil. Veja bem, eu só vim a ser líder sindical porque, em matéria de revolução, nós éramos bundalelê, entendeu? Nessa matéria nós éramos muito fracos, nós todos éramos muito fracos. Não tínhamos condições de irmos muito mais adiante. Mas o movimento estudantil conseguiu... E depois foi reduzindo, reduzindo, até que o AI-5 acabou com aquele movimento estudantil.

Um problema que eu vou deixar pra vocês: o movimento estudantil é um movimento de alta rotatividade. Eu sei que vocês gostam de alta rotatividade, mas nesse caso é ruim, entendeu? É ruim! Por quê? Porque perde a memória com facilidade. No movimento operário, não: o filho do operário é operário, o sindicato está ali. As entidades sindicais são feitas também para manter a memória do movimento quando o ele está em baixa. Mas no movimento estudantil não, o cara entra, daqui a pouco sai, não tem mais laço, então perdeu-se a memória de 68. 68 só é lembrado pela briga com a polícia. É muito pouco pro que a gente fez. A universidade pública tá aí até hoje por nossa luta, nossa resistência. A universidade pública é o centro de excelência do ensino no Brasil porque nós não deixamos eles fazerem a reforma. Então isso é a questão que eu quero dizer. Houve uma ruptura, uma quebra de estrutura do movimento estudantil de hoje. Mas ele é um movimento bem fragilizado, porque você reconstrói o movimento estudantil tendo como base o que era antes de 64. Inclusive está lá o aparelho de Estado, entendeu? O governo dando influências demais tanto pro sindicato quanto na UNE.

Bom, o que deixou o movimento estudantil de 68? Claro que perdemos em grande parte. Perdemos como? Mesmo depois dos anos 70, 80, chamaram os diretores das grandes escolas privadas e fizeram suas faculdades particulares. E quando eu voltei do exílio (um ano de

cadeia, dez de exílio), tinha decuplicado o número de estudantes universitários. Não conseguiram privatizar o ensino público, mas multiplicaram as faculdades privadas. Em geral, elas são de baixa qualidade, mas tiveram tremenda ascensão social por parte da classe média. Eu tinha uma prima, quando eu cheguei, que tinha três cursos, não fazia nada. Ela tinha três cursos, ganhou um emprego de funcionário público, foi promovida. Então, a ditadura contornou a questão.

Terceiro ponto que tem que ficar, é essa coisa que eu digo: a União Soviética desapareceu, a China virou capitalista, Cuba está doida para virar capitalista, só não vai porque os americanos são muito burros, entendeu? Não voltam com negócios comerciais. Parece que o trabalho da gente foi em vão, mas não foi. Porque a gente começou a criticar o passado, o totalitarismo comunista da União Soviética, ditaduras contra os trabalhadores e que o socialismo tinha que ter democracia e liberdade. Nós começamos a tratar de questões ecológicas, nós começamos a ver o mundo. Ah, a luta da mulher, a luta dos negros contra o racismo... Tudo isso quando a gente começou e hoje é a última moda, o *high-tech* das manifestações sociais. Nisso aí abriu: foi suficiente? Não! Não foi suficiente nem pode ser!

Quarenta anos depois, se foi suficiente era preciso que o mundo tivesse parado. Mas vocês têm hoje que reconstruir uma visão progressista do mundo. Não tem farol pra nós, não tem nenhum país sem miséria, tem um mundo em desgraça, que é o mundo do neoliberalismo, um capitalismo em crise e a esquerda sem saber o que fazer porque a esquerda não tem nem mais o agente da revolução, que é a classe operária. A classe operária foi desaparecendo antes de ter revolução, porque o trabalho automatizado foi triunfando. É o setor de serviços que hoje domina o mundo. Mas é um mundo em revolução que vai gerar novas teorias... O velho Marx e o velho Engels diziam: A base da sociedade é o pobre de profissão, não é isso? Estou errado? Mas vou dizer também de reprodução. Nesses séculos todos que passaram, século e meio, trouxe muito mais da produção. Mas hoje em dia estão querendo a reprodução, o corpo humano está sendo operado. Algumas coisas pra bem, como eu digo: fígado biônico, você pega o cara, as células-tronco e insere no novo... Agora, veja bem, acabou a reprodução

simples, está mudando a reprodução, homem com homem, mulher com mulher. Antigamente mulher com mulher só dava jacaré, não é? Agora não! Vai ter reprodução, vai ter filho de casais do mesmo sexo. Isso é uma mudança brutal quando a revolução fez tudo pra gente fazer aquilo, aquele velho modelo, né? Aí saía filho, mas agora desde que separaram o sexo da concepção, se abriu uma nova porta.

Então isso vai ser um negócio que a Igreja, as ideologias, como é que tratam isso? O seu corpo vai ser biônico, daqui a cem anos a gente vai viver duzentos anos. Morri velho. Eu acho uma verdadeira sacanagem que não tenha nascido um pouquinho mais tarde... Vamos viver duzentos anos, mas isso também vai ser problema, porque vai ter uma sociedade mais envelhecida. E velho, como disse o Mao-Tsé Tung, é difícil ser velho e revolucionário, entendeu? Então nós temos um problema hoje com a esquerda, que é de outro nível pra direita também, porque não tem o aparato teórico para pensar esse século. É que nós vamos fazer parte de lutas fantásticas, de natureza filosófica, moral; vai mudar o nosso cotidiano, vai mudar a família, os pais de vocês não vão nem saber do que se trata, entendeu? Perto disso, o que a gente já tem hoje de confusão é pouco.

Então vocês têm o mundo inteiro pra fazer o quê? Aí depende de vocês! Eu fiz uma escolha. Eu acho que a sociedade pode ser dividida entre opressores e oprimidos e eu acho que por ser de esquerda, eu estava do lado dos oprimidos, é o meu lado. Acho... Me sinto muito bem desse lado de cá. Mas não basta ser do lado dos oprimidos. É necessário ser apoiado pelos oprimidos porque às vezes a gente faz umas coisas que eu acho uma besteira, entendeu? Mas é movimento social. Tem que respeitar, tem que bancar. Para ser de esquerda, tem que apoiar a luta dos oprimidos e isso eu acho que é o caminho pra gente começar a dizer: Como é que a gente trata essas questões, que o século XXI está acabando com a classe operária, acabando com a produção como a gente conhece, acabando com o mundo como a gente conhece? Isso é um século fulgurante, entendeu? Vocês vão poder reinventar de tudo! Mas nessa parte eu fico, eu não participo. Só vim apoiar vocês sobre o passado. Valeu!

Movimento estudantil e as lutas da década de 1970

SILAS AYRES*

Falar depois do Vladimir é uma temeridade! [risos] O Vladimir foi o maior orador que eu vi de manifestação de massa! Na Passeata dos Cem Mil, em 68, onde estavam os artistas, houve movimentos sindicais, houve o pessoal da Igreja, então toda a intelectualidade do Rio de Janeiro, setores das classes populares... O Vladimir conseguia com que todos parassem para ouvi-lo. Então falar depois dele realmente é uma temeridade, mas, como aceitei o desafio, agora vou ter que falar. Eu peguei um movimento estudantil da década de 70, ou seja, depois do que o Vladimir estava falando.

Qual a diferença da minha época para a época do Vladimir? Foi o que ele já disse aqui: o AI-5! Mas, para eu dizer para vocês o que é que era o AI-5, eu preciso dizer o seguinte: o Presidente da República podia fechar o Congresso, podia mandar prender uma pessoa sem dizer por que, podia cassar parlamentares, cassar sindicatos, proibir pessoas de falarem durante dez anos... Tudo na mão de um presidente ouvindo um conselho de militares. Esse AI-5, na verdade a gente tem que entender que ele abre caminho para a tortura... Eu posso prender uma pessoa sem falar, sem comunicar e sem dizer nada, eu posso torturar a pessoa, posso matar a pessoa, posso desaparecer com a pessoa e ninguém saber até hoje onde estão centenas de desaparecidos no Brasil.

Esse AI-5, que foi decretado em dezembro de 68, o ano que não terminou, vai modificar a questão do movimento estudantil. Por quê? Porque a UNE, que era a União Nacional dos Estudantes, é colocada na clandestinidade e seu presidente assassinado. A UEE, a AMES, todas

* Professor de História e liderança estudantil do DCE da UFF na década de 1970.

as entidades estudantis são fechadas, tornam-se clandestinas e proibidas no Brasil. Veio um ato, que é o “AI-5 das universidades”, que é o ato 477. O ato 477 dizia o seguinte: podia se cassar um professor sem explicar por que estava se cassando, como meio de tirá-lo da faculdade por cinco anos; podia se prender um aluno, expulsá-lo da universidade por três anos sem precisar explicação. Então esse era o ato que vigorava dentro da universidade com essa reforma universitária que foi feita depois de 68, em que as unidades estudantis eram agora controladas pelo governo. Na época em que o Vladimir falou eram os centros acadêmicos, os movimentos estudantis, não vou fazer associações no primeiro, no primeiro entre aspas, mas depois do 477 e da lei da reforma universitária, o estudante para se organizar na universidade era em diretório acadêmico e era controlada a eleição. Somente os bons alunos podiam se candidatar.

Isso era uma coisa interessante, eles diziam que o pessoal do movimento estudantil era financiado pela esquerda, mas não iam para a universidade estudar, iam para fazer a revolução. Aí eles disseram: “Só podem se candidatar bons alunos!” [Mediador: “Com CR alto”] Com CR alto! Porque eles achavam que por isso só iriam os alunos que concordavam com a ditadura. Por outro lado, os diretórios acadêmicos eram controlados também pela reitoria, teria que ser comunicado quem era o candidato, teria que ter uma pessoa da reitoria para controlar a votação etc. Esse 477, que vai organizando tudo isso, coloca os estudantes em uma situação: participar ou não dessa entidade? Muitos diziam que não, não queríamos participar dessa entidade porque é uma entidade controlada pelo governo e pela ditadura. Se você participa, você legitima a ditadura. Essa discussão que o Vladimir colocou entre os grupos, mais à esquerda, mais à direita, já havia, continuava havendo.

Eu fui de uma organização mais à direita que a dele, dizíamos: “Temos que participar!” Mesmo com todo esse controle, né? Como é que nós vamos resolver o problema do bom aluno? Somente um ótimo aluno pode ser candidato. É resolvido simplesmente da seguinte maneira: Chegávamos na faculdade e dizíamos: “Olha só, nós vamos ter uma eleição, uma eleição que a gente vai ter que dizer para a reitoria, mas nós vamos fazer de brincadeira. Quem são os bons alunos,

quem é que dá o nome para ser candidato?” Era candidato, mandava para a reitoria, fazia-se uma eleição sem avisar à reitoria, mas com os nomes que iam ser realmente os diretores do diretório acadêmico, então isso estava resolvido dessa maneira. Temos até que agradecer a muitos professores, muitos intelectuais, que hoje ainda estão aí, que não participaram do movimento estudantil, mas deram o nome para que na reitoria a chapa fosse legalizada. Por fim, se começou a reorganizar o movimento estudantil... O problema que o Vladimir colocou continuava: se a discussão era a luta específica, se era a luta do ensino, a luta contra a ditadura. Na UFF, onde eu participei, e não estou falando só da UFF, mas do movimento estudantil como um todo, na UFF, apesar de haver divergências sobre isso, tinha condições políticas. Chegamos a um consenso de que a ditadura, antes de tudo, era burra. Toda ditadura é burra e digo: Seja de que lado for! Geralmente eles são ridículos. E eles conseguem transformar até aquela luta específica em luta geral. Então, na UFF, por exemplo, nós tivemos uma greve porque a diretora do departamento era uma mulher de extrema direita, por um problema lá da renúncia do departamento, e ela foi ser a diretora.

Na UFF não tinha um *Campus*, eram várias faculdades isoladas... E nós fomos andando em todas as faculdades, é óbvio que a PM acabou com o pouco de gás lacrimogêneo... Isso é uma coisa que não precisava ter... Aliás, as bombas hoje são muito mais poderosas do que as daquela época. Elas são muito mais impressionantes! Mas acabavam da mesma maneira, acabava, acabou. Então fez com que todos os alunos se revoltassem contra aquele tipo de coisa, afinal a luta era por melhores condições de ensino, não era uma luta política. A ditadura jogando bomba, espancando todo mundo e transformando aquilo numa luta geral. Então isso acabou, nós ali na UFF, apesar de ter toda essa discussão, de a gente fazer a esquerda mais à direita, isso aí vai ser sempre assim... Mas houve uma unificação em cima da questão da liberdade, de uma luta contra a ditadura. Mesmo se visando problemas concernentes aos estudantes, houve um movimento grande na luta contra a ditadura, de uma resistência à ditadura, seja no campo cultural – por exemplo, depois vocês vão voltar a ver que na União Nacional dos Estudantes se fez um cineclubes. E havia uma resistência. Para você

passar um filme, tinha que pedir à Polícia Federal, para ela autorizar. Nós resolvemos fazer sem pedir autorização... Mas a gente continuou fazendo isso, né?

Também aparece uma coisa que o Vladimir disse que começa em 68, mas não são somente lutas sindicais; começam a aparecer diversos movimentos universitários das mulheres, começa a se organizar um movimento de mulheres, que não tinha nada a ver com o diretório acadêmico, é paralelo, né? Começa uma discussão sobre a questão dos gays, também. E mais fortemente o movimento negro começa a se organizar dentro da faculdade.

É interessante que na UFF um dos movimentos mais importantes, que até hoje eu vejo – nessa última manifestação do BOPE eu fui ao encontro deles, todos coroas – era o dos poetas, os caras que faziam poesia, que não tinham nada a ver com o centro acadêmico, o diretório acadêmico, mas estavam também nesse tipo de luta... Eles eram grandes poetas e continuaram a fazer poesia... Então esses movimentos também começam a vicejar dentro das universidades.

Eu acho importante é que, com esse movimento das faculdades, a gente começa a fazer um conselho entre as faculdades, dos diretórios acadêmicos, e depois vai se virar no DCE, vai se recuperar o Diretório Central dos Estudantes, né? Esse conselho de diretórios acadêmicos começa a se reunir para discutir... Depois a gente faz o Conselho do Grande Rio porque a UFRJ foi muito mais reprimida que a UFF, até digo para as pessoas mais jovens que vão estudar questões sociais que podiam estudar a questão da UFF. Por que a UFF não foi tão reprimida quanto a UFRJ? Então acredito que por não ser um centro, não ser uma entidade tão grande... Também o movimento da UFF não era tão forte assim... Deve ter sido por isso! Mas a UFF tinha uma questão da gente, nós tínhamos um prédio dos estudantes, com toda essa repressão, nós tínhamos um prédio de quatro andares, onde a gente podia, por exemplo, estar na rua, vários anfiteatros, a gente podia emprestar esses auditórios.

Até hoje quem passa em Niterói pode ver o prédio do DCE, até hoje é aquele prédio dos estudantes. Então a UFF tem uma certa - como eu diria? – particularidade em relação à repressão do Brasil

inteiro. A UFF começa antes, nela começa a crescer um movimento. E aí é criado o Conselho do Grande Rio, que eram todos os diretórios acadêmicos e era uma tentativa de se fazer uma UEE, fazer uma discussão sobre isso. E depois começa essa reorganização da UNE, aí eu já estava saindo da faculdade, já era 76, 77... Os diretórios centrais dos estudantes no Brasil inteiro começam a discutir a reorganização da UNE e das UEEs. Assim, nesse momento que as coisas saíram, eu estava saindo da faculdade, já estava indo para o sindicato dos professores de Português.

O que aconteceu depois disso, o nosso companheiro vai falar depois de mim. Mas o que é importante, eu acho, sobre o movimento da reorganização da década de 70, foi o valor que se deu à democracia. A questão da liberdade até a década 70 era relativa. Eu acho que nós queríamos liberdade para gente, mas queríamos algo como uma ditadura para os outros, né? E a gente começa a perceber que a democracia é um valor inestimável! Você chegar na frente de um PM, que nem a gente chega agora, como as pessoas dizem: “Au, au, cachorrinho do Cabral!” – isso não tinha... Não tem nada que pague numa democracia você poder dizer isso. Claro que se você for dar uma pancada, ele vai te dar outra pancada, ele vai te dar dez pancadas, não vai te dar uma não – algumas manifestações tiveram pancadas. Mas de qualquer maneira, a gente vai sem medo, apesar das bombas... Mas ninguém tem medo de ser preso e de desaparecer num quartel da PE e nunca se saber onde está o corpo de uma pessoa. Porque tem movimentos, hoje tem grande tecnologia, esse negócio aqui é fabuloso (mostra um celular), filma tudo hoje em dia.

Então isso daí eu aprendi na universidade, o valor da democracia. A ditadura é uma coisa muito ruim. Deve ser evitada de qualquer maneira. Se tiver que recuar, como diz o Vladimir, tem que recuar muitas vezes para evitar uma ditadura. Porque uma ditadura como a brasileira... Tem muita gente que diz: “Ah, mas a Argentina matou trinta mil!” Vem outro e diz: “No Chile eles mataram dez mil! Essa daqui foi branda!” Não foi branda! Nenhuma ditadura é branda! Todas as ditaduras são violentas, particularmente elas são ridículas, né? Elas fazem coisas que até Deus duvida, né? Como prender uma amiga nossa

da UFF que era do cineclube e a primeira pergunta que o delegado fez para ela foi a seguinte: Você é filha do Glauber Rocha? E o Glauber já tinha até morrido nessa época. Então as ditaduras têm que ser combatidas e os estudantes, o movimento estudantil, acho, deve se organizar muito em cima dos seus interesses, mas particularmente pensando que a democracia é um valor inestimável de que a gente não pode prescindir. Então basicamente era isso que eu queria falar sobre o movimento estudantil na década de 70.

Um balanço das lutas estudantis

JÔNATAS AARÃO*

Bom dia a todos! Primeiramente, meu nome é Jônatas Aarão, eu sou estudante de Economia do oitavo período da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Construo a oposição ao DCE da Rural – como já foi dito aqui, existe esse movimento estudantil que pensa em ser uma alternativa para a UNE, que é a organização do movimento estudantil como um todo do movimento... Eu não vivi essa época da ditadura militar, né? Mas eu acredito que eu possa contribuir.

Primeiramente, na década de 50, o movimento estudantil estava se organizando ainda, a UNE se atrelando a um perfil de aparato estatal na década de 50 e aí ela começa a se organizar, a fazer diversos congressos, diversos encontros nacionais entre os estudantes de universidades públicas para discutir qual é a característica da universidade e o que se poderia obter a partir do movimento estudantil, para a universidade pública. E aí é importante citar que, naquela época, o consenso do movimento estudantil, da esquerda, a partir da análise do PCB (Partido Comunista Brasileiro), da CEEAL (Centro de Estudos de Economia da América Latina), dentre outros institutos que vão mudar a questão da América Latina tanto por uma ótica reformista como por uma ótica marxista, era de que o Brasil e os outros Estados da América Latina tinham um passado historicamente feudal, e para se alcançar a revolução nos termos extremamente marxistas, como isso era posto na época, era necessário fazer uma aliança com o empresariado nacional, a burguesia nacional. E a partir dessa aliança seria necessário fazer uma revolução democrático-burguesa, porque não tinha acontecido a revolução democrática no nosso país. Então todos os movimentos sociais eram muito impregnados por essa

* Militante da Oposição classista, combativa e independente ao DCE-UFRRJ e militante da RECC.

caracterização histórica tanto do PCB quanto dos outros institutos que faziam parte do estudo sobre a América Latina e aí com o Brasil não era diferente.

Essa visão já foi considerada ultrapassada, o PCB até lançou uma nota no dia primeiro de abril dizendo que foi um erro. Era uma avaliação equivocada, o Brasil não tinha características feudais nem semifeudais, apesar de que hoje existem muitos que defendem com unhas e dentes essa hipótese. Eu considero particularmente essa hipótese ultrapassada, pois na realidade o Brasil já era parte de um projeto de uma nação capitalista que naquele momento estava entrando no seu estágio número um. Aí o movimento estudantil vai se forjar dentro dessa perspectiva, em 1950 vai fazer diversos encontros para analisar a universidade brasileira e aí chega a diversas conclusões, por exemplo: de que existia a má qualidade dos professores, existia uma remuneração muito baixa; a universidade era elitista principalmente por causa do vestibular, e por aí vai. Quando o João Goulart entrou para a presidência do Brasil, todos os movimentos sociais brasileiros se unificam em torno das reformas de base que eram uma proposta do governo, embora o governo de João Goulart tivesse aplicado uma política econômica muito próxima dos interesses do FMI (Fundo Monetário Internacional) que ditava os trâmites de políticas econômicas da época. Então o governo de João Goulart vem com um projeto de reforma de base que é basicamente a reforma agrária, a reforma universitária.

Há reformas que tinham a perspectiva de ampliar a questão democrática no Brasil, de ampliar, por exemplo, o direito à propriedade, o direito à moradia. Existia um negócio de desapropriação da união de diversas áreas de terras que eram produtivas até então para dar para os camponeses na época. E aí o PCB, a CGT, que era a unidade sindical na época, diversos movimentos sindicais se uniram em torno desse governo e se uniram em torno dessas reformas de base. Foi aí que houve uma articulação muito grande com o movimento estudantil na época na UNE e em todas essas reformas de base e durante o discurso da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964. Queriam construir uma força muito grande dos movimentos sociais de esquerda, o que levou à grande Marcha pela Família por parte da reação brasileira,

financiada pela CIA, para depois tomar o poder por intermédio dos militares em 31 de março ou primeiro de abril de 1964.

A partir daí entra uma nova fase da resposta do movimento estudantil. A UNE começa a se colocar contra o governo e aí é importante frisar que, de 66 a 68, a UNE tem uma caracterização classista no sentido de tomar uma atitude por uma universidade para os trabalhadores. Essa caracterização já vinha no início da década de 60, mas ela se torna mais profunda com o advento da ditadura militar. E aí começa a se questionar, por exemplo, a reforma universitária proposta pelo governo militar, muito caracterizada pelos acordos MEC-USAID, que dava a toda a educação brasileira uma característica muito tecnicista, uma característica voltada para mão-de-obra barata e qualificada em detrimento de uma educação voltada para a libertação e a emancipação de trabalhadores. E aí a UNE começa a fazer diversos congressos e começa a ser, junto com o movimento secundarista, uma maior ameaça para a ditadura militar. Por isso foi tão perseguida e tão reprimida nos anos de chumbo. Porque o movimento estudantil na época era um movimento “classista” que não só tinha um projeto dos interesses dos estudantes, era um projeto que visava o interesse popular, que visava à emancipação da sociedade brasileira majoritariamente composta por setores pobres, por setores da classe trabalhadora... Esse projeto popular era unido claramente à luta do povo.

Se os que estão aí tiverem interesse em dar uma olhada, tem livros interessantes que anexam as declarações dos congressos da UNE e essas declarações eram muito voltadas para o fim da lei Suplicy, que tinha tirado a autonomia dos estudantes, e contra as taxas que eram impostas aos estudantes para financiar a universidade pública, porque naquela época as universidades públicas estavam em um processo de transformação. O interesse do governo militar é que elas virassem fundações, que iriam atender aos projetos privatistas da burguesia tanto nacional quanto internacional.

Aí teve a morte do estudante Edson Luiz em 1968, que foi marcada por mobilizações do mundo inteiro, a marcha dos Cem Mil e a partir de 1968, com o advento do AI-5, houve mais articulação, como já foi falado aqui, do movimento estudantil e diversos estudantes que eram

da UNE, ou da direção da UNE, por exemplo, o Ernestino Guimarães, e foram mortos pela ditadura na luta armada. Muitos estudantes se retiraram do movimento estudantil e foram lutar, e foram fazer a luta junto com a ALN, com as dissidências do PCB e por aí vai.

Depois disso você tem uma desarticulação total com a derrota da luta armada e dos movimentos sociais e aquilo tudo que já foi colocado aqui. A nova articulação em torno do movimento estudantil, na minha concepção é um movimento estudantil que quando a UNE volta a se intitular, ela volta completamente atrelada ao Estado, ela volta ao povo no braço com o Estado para a implementação das políticas públicas que o Estado queria e assim continua nos dias de hoje.

A UNE hoje, através de sua eleição majoritária, não questiona, por exemplo, a União Nacional de Educação que traz à tona uma característica mais tecnicista para a maioria das escolas públicas. E é importante frisar a divisão, o fracionamento das escolas públicas num contexto de lutas de classes. Você tem as escolas públicas estaduais e municipais, onde o estudante é preparado para ser um funcionário do McDonald's, onde ele, muitas vezes, quando sai da escola não tem acesso à universidade, porque a universidade é muito elitista e ainda prega o vestibular, que não dá acesso a todos. Isso é parte de um projeto específico para cada vez mais sucatear as escolas públicas em sua grande maioria, no caso as escolas públicas tanto estaduais quanto municipais são voltadas para esse tipo de projeto, de constituir a classe trabalhadora com mão-de-obra barata e qualificada, para que elas atendam aos interesses do capital. Você tem escolas estaduais como, por exemplo, o CAP-Uerj, que são mais elitizadas, não elitizadas no sentido que são setores do empresariado que estudam, não é isso; são escolas preparadas, por grande parte dos estudantes, que conseguem entrar nas universidades com nível de qualificação melhor e ainda são minoria, que talvez sejam as escolas técnicas que aí são profissionais qualificados que vão, né? – por exemplo, a FAETEC dentre outras aí, que são melhores qualificadas. E a caracterização que nós fazemos é essa, essa divisão fracionada da causa.

O movimento estudantil tem hoje outros aspectos que a gente coloca: a necessidade da reorganização pela base. E isso se dá a partir

da ligação de dois pontos, um que confronte a política do governo e outro que confronte essas correntes do movimento estudantil que só visam o aparato, que só visa o estar na direção e que não tem uma concepção de reorganização, uma concepção que reorganize o movimento estudantil tal qual ele era organizado na década de 60. Um movimento estudantil organizado pela base, um movimento estudantil que atenda às necessidades dos estudantes, dos trabalhadores e que seja conectado pelo povo. Assim, eu tinha um monte de coisas pra falar, infelizmente o tempo é curto, mas basicamente é isso. E aí a gente vai pro debate, pras perguntas. Muito obrigado!

A experiência das lutas da ALN contra a ditadura

CARLOS EUGÊNIO “CLEMENTE” PAZ*

Boa tarde, galera!

Olha só, pra mim foi um problema danado entrar no Colégio Pedro II e vou explicar por quê. Minha mãe tinha na parede um retrato do Luís Carlos Prestes, que era o líder do Partido Comunista Brasileiro. E meu pai tinha, ao lado desse retrato, o busto do Plínio Salgado, que era o líder dos fascistas brasileiros. 25 anos de casamento sustentados por uma paixão imensa e por um amor desvairado, que produziu quatro filhos. E como acontece muito nas famílias, meu pai não ganhou ninguém pra linha fascista; eu e minhas três irmãs “ficamos todo mundo comunista”. Uns mais, outros menos, uns de uma linha, outro de outra. Então, quando chegou àquela época de fazer concurso pro Pedro II... Na época a gente já acabava o primário e eu não tinha idade, comecei muito a estudar, então não tinha idade e tive que fazer o tal de “admissão”. Eu querendo entrar no colégio Pedro II, minha mãe querendo, mas o poder do dinheiro valeu e meu pai falou: “Eu vou pagar uma boa escola particular! Esse Pedro II...”. E me colocou num colégio horroroso, chamado Colégio Andrews, que era muito pior do que é hoje, porque hoje é um colégio de classe média, classe média alta. Na época, na carteira ao lado da minha, estava o Paulo Roberto Marinho, filho do Roberto Marinho... Era daí pra cima.

Eu saía da escola e pegava o bonde, de carona, pra poder comer mariola com o dinheiro do bonde. Eu pegava o bonde no estivo da

* O nome do palestrante é Carlos Eugênio Paz. Clemente, inserido no nome é em menção ao pseudônimo ou codinome usado por ele durante a ditadura militar. Carlos Eugênio Paz é militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), ex-aluno do Colégio Pedro II e atualmente participa da Rede Democrática.

carona e o pessoal ia lá de Mercedes, o motorista ia embora pra casa... E eu não tinha diálogo ali dentro daquele colégio. Tinha um jornal que se chamava... Cara, como que era o nome? Não sei se era “Verdade que só falava mentira”, não sei se era “Mentira e não falava verdade”. Era um negócio assim. Então, eu fui aguentando aquele colégio, fui aguentando aquele colégio e consegui fazer dois amigos naquele colégio, com um esforço terrível e, aos treze anos de idade, acontece um negócio na minha vida e na vida de todos os brasileiros, que foi o golpe de 31 de março de 64. E aos 13 anos de idade, naquele golpe, minha primeira reação foi ficar feliz porque interromperam as aulas. Acabou, vou pra rua jogar futebol!

Eu morava ali ao lado do Palácio Guanabara, que já era o palácio do governador. Na época era do estado da Guanabara, do Carlos Lacerda, que era um crápula, um cretino, além de adventista total. E aquilo foi tomado por tropas... Aquela coisa toda né? Aí eu fui feliz da vida! A gente jogava entre as metralhadoras ali, jogava bola ali no meio, feliz da vida. Aí volta pra casa e se depara com o quê? O que havia de positivo de ter um retrato no prédio, do busto do Plínio Salgado? É que a política estava dentro da nossa casa. Essa é a grande coisa. E não era pouco não. Hoje em dia gente não consegue imaginar o que é a política estar nas nossas casas, sem ser, ter, um camarada que fez caixa 2, caixa 3, caixa 4, se elegendo a deputado. Política não é isso! Política é você ter uma opinião, é ter um posicionamento dentro da sociedade e *tava* lá minha mãe do lado do Luis Carlos e meu pai do lado do Plínio Salgado. Às vezes até esqueço o nome desse homem. Ali tudo era feio pra caramba, mais feio que o Prestes, que também não era lá bonito. Então, a política estava ali.

Meu pai tinha uma política de não conversar muito essas coisas e minha mãe lá, na rádio “Mayrink Veiga”, ouvindo lá... Era a rádio que defendeu João Goulart: “As tropas da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e o terceiro exército, sob o comando do governador Leonel Brizola estão marchando sobre São Paulo pra acabar com o golpe”. Brizola já estava no Uruguai. “Presidente João Goulart, não sei o quê”... Já estava no Uruguai. Tinha um governador lá em Goiás, que diziam que era de esquerda, que era o Mauro Borges, apoiou o golpe. O único

que teve uma opinião, que teve uma participação correta nesse momento, chamava-se Miguel Arraes, era governador de Pernambuco. Os militares ofereceram que, se ele saísse, não aconteceria nada com ele, e ele declarou: “Eu entrei neste palácio pelas mãos do povo e só sairei deste palácio pelas mãos do povo, ou preso”. Saiu preso! Anos depois ele voltou pelas mãos do povo, sendo votado... Depois da anistia, essa coisa toda...

O que aconteceu? Havia um crescimento do movimento político no Brasil, com os sindicatos, as ligas camponesas, a União Nacional dos Estudantes, a UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundários –, a AMES – Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários – aqui no RJ e tudo isso. A gente não esperava que houvesse uma resistência ao movimento de Direita, ao movimento de romper a legalidade, de romper a democracia, a partir da força das armas; que neste dia 31 de março, o primeiro tiro foi dado no Brasil, o primeiro ato de violência foi dado rompendo a legalidade contra o governo João Goulart. Então, o que acontece... A gente esperava, mas a esquerda perdeu por W.O. Sabe o que é W.O? Quando um time chega pra jogar e o outro não vai jogar? Então, a Direita veio jogar. A Direita “botou” suas tropas na rua e a Esquerda resolveu que não ia resistir...

Isso marcou MUITO a minha vida! Desistiu “de cara” e ficava aquele monte de estudante da UNE. A UNE foi queimada no primeiro de abril, a minha irmã era da UNE. Trouxe aquele *faro*, aquele monte de saco dormindo na sala, nos quartos, pessoal fugindo da repressão, vindo dormir lá em casa e eu dizia: “Vem cá, e quando a gente vai reagir?”. Minha mãe, com a sabedoria da zona da mata de Alagoas, dizia “Olha, se depender desse pessoal aí, não vai vir reação nenhuma, não! Nós vamos perder desse jeito mesmo!” E perdemos realmente, entramos no que podemos caracterizar como uma situação de cerco. Ou seja, aquelas movimentos populares que estavam no momento de ascensão, vindos desde final da Segunda Guerra Mundial, movimento da Constituinte, da legislação do PCB, aquela coisa toda... Faz-se a constituição em 46, a constituição das mais democráticas, muito interessante. Por exemplo, você quer ver que legal? Pela Constituição de 46, nenhum brasileiro podia ser preso por roubar um livro ou um

pão pra comer. Eu acho isso o cúmulo da democracia. Acho isso um negócio fantástico. Quer dizer, aquela senhora que ficou seis meses presa, porque roubou um pacote de manteiga, não teria sido presa... Livro então, a gente roubava “adoidado”, os caras mais ajeitados tinham truques, tinha jeito de colocar na maletinha... O que o livreiro podia fazer era obrigar você a devolver. Você devolvia e ia roubar a livraria do lado. Porque como sempre nesse país o livro foi muito caro, a gente queria ler, a vontade de saber, de conhecer, de mudar o mundo e isso não aconteceu nesse dia. Daí o golpe, aquela coisa toda, e de repente nós começamos a ser governados pela extrema Direita, quem estava de frente eram os militares, mas na verdade aquilo era um golpe dado pelo capital financeiro – os donos dos bancos –, pelo capital industrial – donos das fábricas –, e pelo latifúndio improdutivo que hoje em dia é o agronegócio, mas a galera é a mesma, que algumas pessoas no nosso país costumam chamar de “elite”. Aí eu digo: “Elite é vocês, elite é Cartola, elite é Garrincha. Eles são classe dominante, porque elite é o que há de melhor e não vamos continuar a chamar os endinheirado e os donos do país de elite. Elite é o povo nosso, é quem produz cultura, quem produz história. Elite é José Roberto Sigma, elite é Marcos de Holanda da Fonseca. Vocês são a elite, porque vocês estão aqui a essa hora do dia, porque vocês estão querendo saber o que houve há 50 anos, e durante 50 anos tentaram nos impedir de falar, às vezes, com beneplácito da chamada Esquerda Oficial”.

Então, cansei e falei: “Quero ir pro Pedro II!” Aí minha mãe essa hora já tinha tomado o poder da casa, e falou assim: “Vamos conversar com o Aurélio”. Quem era Aurélio? Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que era o “pai dos burros”, o dono do dicionário. O dicionário Aurélio, que era do Partido Comunista, que era lá de Alagoas, minha mãe o conhecia de lá e era catedrático do Pedro II. Aí nós fomos lá na casa do Aurélio. Aí ele vira pra mim e pergunta: “Tudo bem. Você quer entrar no Pedro II por quê?” Eu respondo: “Pra fazer política.” Ele disse: “Então ‘tá’ dentro! Eu sei que você é bom aluno, quer fazer política e pode entrar”. Eu falei: “É, mas eu queria ir ali pro Sul, pra seção Sul”. E era... O que vocês hoje chamam de Humaitá, a gente chamava de seção Sul, PII Sul. E lá, o diretor de lá na época (aí agora eu vou ter que

fazer uma justiça ao Caveirinha) era o Vilaça, o professor Vilaça, que era meu professor de Geografia no Andrews, que me detestava e que já tinha detectado que eu era um futuro subversivo, além de ser muito bagunceiro. Mas ele falou: “Não, não tem problema nenhum. Pode ir lá que hoje mesmo eu ligo pro professor Vilaça e hoje mesmo você tá dentro, eu tô dizendo!” Aí tudo bem, fui lá procurar o professor Vilaça e ele virou pra mim e disse assim: “Já sei que eu vou ter um monte de problema com você aqui, mas um pedido do professor Aurélio eu não posso negar”.

Pronto, entrei no Colégio Pedro II! Entrei num turno que era crepúsculo, era maravilhoso: Começava às 5h da tarde e ia até 9h da noite. Ou seja, a noite era uma criança quando a gente saía e podia dormir até meio dia, que dava tempo de chegar no colégio... Fazer uns deverzinhos ali e depois chegar correndo no colégio. Maravilhoso! Aí eu tive professores como, por exemplo, J.G. de Araújo Jorge, que muitos conhecem aqui por ter sido um poeta; um poeta até hoje o mais publicado no Brasil. Até hoje! Vendia em bancas de jornal e era um professor de História excelente. Nos fazia estudar História como deve ser estudada: com fatos “concretos”, olhando para um lado, olhando pro outro, sabe? Analisando os movimentos da... já ouviram falar na luta de classes? A tal da luta de classes, né? Uma visão marxista da coisa. E justiça seja feita agora! Ao contrário do Vandique, ele que era um homem de Direita e que apoiava a Ditadura, nunca deixou a polícia entrar no Pedro II. Quantas vezes a polícia chegava pra entrar e ele tinha o apelido de “Caveirinha”, vocês devem imaginar porque, né? Ele era magro assim, tinha uma cara de caveira assim... Ele ia pra porta do Pedro II e dizia assim: “Isto aqui é um *Campus*, aqui a polícia não entra!” E o J.G. vinha sempre junto, né, mas por convicção política. Não, ele tinha uma convicção de que o Pedro II era um espaço inviolável. Nunca no Pedro II Sul algum companheiro foi preso, nunca as nossas fichas foram dadas pra polícia. Justiça tem que ser feita a este homem, de Direita, mas que tinha uma dignidade histórica e que dizia “Não, isso aqui é um *Campus*”.

Então, estamos ali estudando... Eu sentava na mesma carteira (lá eram carteiras para duas pessoas, né?), junto com Alex de Paula Xavier

Pereira, que vocês já conhecem aqui pelas fotografias que estão lá atrás. Eu não gosto muito dessas fotos, não, e vou dizer pra vocês por quê. E aí vem uma crítica: Por exemplo, tem uma biografia do Marcos Nonato da Fonseca ali. Aí falam “não sei o quê”... E tudo vai bem até a hora que acaba, porque não pode contar só até a hora que a gente foi preso, foi torturado, morreu. Tem que contar o que nós fizemos também! Tem que dizer que nós éramos lutadores. Não se fala de nós hoje porque nós fomos torturados, fala-se de nós hoje porque lutamos; e tem que se falar de nós porque lutamos. E aliás, fomos torturados e assassinados porque lutamos! Nós não lutamos porque tínhamos sido torturados, nós fomos torturados porque lutamos. Eu, por fora dessa, poupado por meus companheiros que eram torturados e nunca diziam onde eu *tava*, não sei porque me escolheram pra sobreviver... Já disse isso várias vezes.

Eu sobrevivi porque meus companheiros não me entregaram. E muitos dos meus amigos torturados sabiam onde eu *tava* e não diziam... Teimavam pra não dizer onde eu *tava*. Mas eu estou aqui porque os meus companheiros nas salas de tortura, que eu não chamo de porões... Isso não era porão, não! As pessoas eram presas na rua, na frente de todo mundo, que era pra aterrorizar a população. A ordem vinha lá de cima, do general ditador e ia até o cara que arranca a unha. Isso era abertamente uma Ditadura! Então, eu falava assim: “Porra, Alex, a gente tem que sair dessa. Porque não é possível, esse povo aí...” Contaram pro povo uma história que tinha que lutar, que tinha que fazer isso, que tinha que transformar a sociedade, e na hora “H” ninguém reagiu, ninguém resistiu. E a nossa geração disse assim: “Não! Nós temos que resistir!” E eu dizia: “Alex, vamos juntar um pessoal aí, vamos dar um tiros, vamos fazer alguma coisa”. Aí o Alex: “Não, peraí, calma aí que eu conheço um cara que uma hora dessa eu vou te levar lá pra conversar com ele. É que ele é meio complicado, ele tá muito atarefado, mas eu vou levar você pra conhecer... E aí, a gente vai entrar num negócio aí”. E eu confiando total...

Passaram-se dias, semanas, alguns meses... Quando chegamos em meados de 66, já estávamos com o Grêmio reaberto desde 65, já estávamos com as primeiras lutas lá no PII Sul. Divisão curricular era outra nossa luta lá. Houve um acordo que entregou a nossa educação

pública pros Estados Unidos da América do Norte. Estados Unidos da América do Norte! Uma vez eu tava lá, num outro país, quando chega uma pessoa, uma moça nascida nos Estados Unidos da América do Norte, e chega lá e pra todos ela se apresentava: “Eu sou americana”! E quando chegou a minha vez, eu falei: “Eu também sou”. Aí ela: “De que estado”? Eu falei: “De Alagoas”! Aí ela: “Alagoas é na América?” e eu disse: “É! No nordeste do Brasil”. Porque nós tomamos somos americanos. Me recuso a chamar aquele estado imperialista de América; é Estados Unidos da América do Norte. Tem aquela coisa que a gente dá o nome certinho, igual coisa da elite. Se quem tem dinheiro é elite, quem não dinheiro é ralé. Nós somos ralé? Não somos! Somos brasileiros, decentes, trabalhadores, estudantes... essas coisas todas.

Então, um belo dia o Alex chega pra mim e fala: “Olha, vamos lá conhecer o cara”. Aí lá fui eu. Marcamos um ponto ali no Aterro do Flamengo, nos fundos do Palácio do Catete, em frente ao Hotel Novo Mundo. E quando eu chego lá era um baiano, mulato, chamado Carlos Marighella. Esse homem marcou a nossa geração de uma maneira muito clara quando ele foi preso depois do Golpe e reagiu à prisão, resistiu à prisão. Ele brigou com “os caras”, levou dois tiros no peito, batia, apanhava, não sei o quê... E ficou aquela coisa... Eu ouvia até alguns companheiros do Partido Comunista que diziam: “Porra! Esse Marighella é um porra louca, ele se arriscou a morrer. Como é que ele faz um negócio desse”? Só que esse mesmo brasileiro comunista que dizia isso do Marighella, ele tinha na casa dele – era pai de uns amigos meus –, ele tinha na casa dele, uma maletinha. Eu, já sabendo o que era, mas querendo sacaneá-lo dizia: “Seu Fulano, que maletinha é essa que o Senhor tem aqui ao lado do telefone”? Ele falou: “É minha maleta de cadeia”. Aí eu falei assim: “Maleta de cadeia? O senhor tem uma maleta de cadeia”? Ele falou: “É! Essa maleta tem dentro umas quatro cuecas, uns três pares de meias, pasta de dente, escova de dente e um pente. E cada vez que eles vêm me prender, eu já tenho isso aqui, que me dá uma certa comodidade na cadeia”. E eu falei: “E o senhor se prepara pra ser preso? Não é melhor, se a gente quer transformar o mundo, se preparar pra não ser preso, pra poder continuar lutando, ao invés de ficar se preparando, ter uma maletinha pra ser preso com

comodidade”? Aí de repente esse homem reage, sai da prisão uns meses depois e escreve um livro que marca muito a minha vida, a de muitos brasileiros e de muita gente do Pedro II: “Porque resisti à prisão”. Evidentemente, era edição clandestina, porque ele não podia ser publicado, por causa do Marighella.

E compreendemos que ele resistiu à prisão não porque ele era valente, que ele era baiano “cabra” macho, ou que não sei o quê... Que ele gostava de brigar... Nada disso! Ele resistiu à prisão porque ele não outorgava à Ditadura, que tinha tomado o poder pelas armas, aquele governo ilegal, o direito de prendê-lo porque ele era comunista e era contra aquele sistema. Eu falei: “Esse é o cara, né”? O Romário não disse isso? Só que ESSE é o cara! Quer dizer, esse homem finalmente disse para a minha geração que tinha 13, 14, 15 anos de idade: “Porra, cara, não dá pra aceitar esse governo! Não dá pra aceitar sem resistir e outorgar o direito deles de nos ficarem fazendo maletinhas de prisão”.

Aos 15 anos, conheço o Marighella. Eu, Alex e Marighella... Eu falei assim: “Caramba! Esse cara, esse camarada é um líder dos comunistas, e como é que esse cara se sujeita a ouvir um monte de besteiras que eu *tô* falando aqui pra ele”? Eu tinha 15 anos de idade, mas era a grandeza de Marighella; ele se sujeitava a ouvir as prováveis besteiras que um menino de 15 anos estava disposto a dizer a Carlos Marighella, que era um líder que já tinha 50 e poucos anos de idade, e era um líder dos trabalhadores desse país. Então Marighella descreve todo o plano dele, e pasme! Além de tudo ele dizia pra mim: “Olha, nós temos que organizar, fazer uma organização horizontal”. Legal! Agora “tão” vindo falar de novo de horizontalismo, né? Continuo horizontalismo! “Por quê?”, ele dizia. Porque vai, primeiro, fazer com que cada um desenvolva sua iniciativa, com que cada membro dessa organização seja dirigente na prática concreta, diária dessa organização. Então, eu falei: “Porra, esse é o cara!” Falei de novo. Aí então ele chega e diz assim no final da nossa conversa: “Então, o que você acha”? Eu falei tudo que eu achava e no final eu disse: “Eu tô dentro! Pode contar comigo, eu estou dentro da sua organização. Minha vida a partir de agora vai ser dedicada à Revolução em primeiro lugar”. E realmente... A partir daí, de meados de 66 até hoje, a minha vida foi dedicada a

isso: Em alguns momentos de armas na mão, em outros momentos falando aqui com vocês.

O que tá de errado lá na biografia do Marquinhos? É que tá lá, fala tudinho, do cara do restaurante, chamou o DOI-CODI, que entregou eles pro DOI-CODI. Só que se esqueceram de dizer que depois o comando da Ação Libertadora Nacional foi lá e justificou este esse homem. Porque tem que dizer o que fizemos também; tem que dizer que a justiça revolucionária se abateu sobre ele, como se abateu sobre Albert Hening Boilesen, um empresário que assistia sessões de tortura e fazia uma caixinha pra financiar a repressão política. Também se abateu sobre ele! Também se abateu sobre Charles Chandler, capitão do exército dos Estados Unidos da América do Norte, que veio do Vietnã pra cá pra ensinar tortura para os militares brasileiros. Também a justiça se abateu sobre ele! Nós também lutamos, e lutamos durante 7 anos. A Ação Libertadora Nacional, eu *tô* falando da Ação Libertadora Nacional, que é a Ação que eu conheço, eu militei do seu início ao seu extermínio... A partir de julho de 1970, nenhum dirigente da ALB que foi preso ficou vivo, todos foram executados nas masmorras, nas prisões, ou no Centro de Formação do Exército Brasileiro. Todos! Então é essa a questão: saber da luta. Se a gente ficar só sabendo do sofrimento... Daqui a pouco vão achar que a gente gostava de ser torturado, que a gente gostava de ser morto. Não! Tem que saber da nossa luta. Eu pego assim algumas agendas que tem por aí de uns partidos de esquerda de hoje em dia e *tá* lá... Só tem data de morte. Eu digo: “Gente, e as ações que nós fizemos”? Quer dizer, nós somos torturados somente assim?

Primeiro despolitiza a questão: nos prendiam, nos matavam, nos torturavam porque éramos uma oposição concreta dentro nesse país. E num momento dado da Ditadura, somente quem falava era a voz das armas aqui dentro, exercendo o legítimo direito de legítima defesa que um povo tem quando um tirano toma o poder. E sabendo que se algum dia algum outro tirano tentar dominar esse país, algum outro grupo de brasileiros e brasileiras fará a mesma coisa. Nunca deixaremos impune a tirania. Não faz parte da nossa cultura, não faz parte da nossa vontade, não faz parte dos nossos anseios. Nós somos um povo que queremos progredir, que queremos viver à procura da felicidade. Então

não deixaremos nunca que isso aconteça. Então é esse o exemplo que essas pessoas deixaram pra gente; é o exemplo da dignidade política, ideológica e do amor pelo nosso povo.

Então, quando vocês pensarem a partir de agora no Marquinhos... O Marquinhos quando morreu estava escrevendo um estudo sobre a Cabanada. *Tava ali estudando. Outra coisa: Essa carta não é de 74, essa carta é de 71. O Marquinhos morreu em 14 de junho de 72. Essa carta é de dezembro de 71, essa carta chegou às nossas mãos na época. Essa carta é de 71! Marquinhos foi assassinado em 14 de junho de 72.*¹ E aí, agora, uma má notícia: A Ditadura não foi derrubada neste país. Continuam torturando “Amarildos da vida”, arrastando “Cláudia da Silva Ferreira”, batendo em estudante que vai pra rua protestar. E mais: conquistamos alguma liberdade democrática sim, mas mulheres continuam a ser estupidadas, homens não têm trabalho, mulheres não têm trabalho. Nesse país nós não conseguimos derrubar a Ditadura, nem nós e nem ninguém! Nós conquistamos determinadas liberdades democráticas, que nos permitem estar falando isso aqui e não sair e ser preso na esquina, ser torturado. É isso que nós conquistamos, mas falta muito ainda pra fazer. Então essa é a má notícia.

A boa notícia: Dia 14 de junho de 72 fizeram exatamente essa emboscada ao Marquinhos, ao Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacionovic Correa - minha primeira companheira, minha primeira mulher, primeira paixão da minha vida – e Antônio Carlos Bicalho Lana, que foi o único sobrevivente. Ele conseguiu escapar com um tiro no braço direito, um tiro na perna esquerda e um tiro no pé direito. Conseguiu escapar e chegou à nossa casa (morávamos juntos: eu e minha companheira, ele e a companheira dele)... E tinha mais um companheiro sentado lá com um tiro na barriga, nessa casa. Chegou

1 Trata-se da Carta escrita por Marcos Nonato da Fonseca (1953-1972), estudante do Colégio Pedro II e militante do ALN. A referida Carta foi escrita e endereçada à sua família em 1972, durante sua militância clandestina. Para saber um pouco mais sobre Marcos Nonato da Fonseca e a referida carta, ler nessa publicação o artigo de Selmo Nascimento da Silva, *Luta e revolução: Marcos Nonato da Fonseca, ALN e a teoria da Revolução Brasileira*.

nessa casa e soubemos da morte dos três. Vocês imaginam como 14 de junho ficou pro resto da minha como um dia triste, né? Eu sempre acordei em 14 de junho, até 2012, triste. Quando finalmente, aí a boa notícia: Dia 14 de junho de 2013 eu acordei e *tava* feliz, e eu soube porque eu *tava* feliz... Porque no dia 13, na véspera de 14 de junho de 2013, a rebeldia desse país tinha acabado de ser resgatada nas ruas do Rio de Janeiro na jornada de junho. A Presidente Vargas *tava* cheia de gente, cada um pensando o que pode pensar; uns pensando como nós podemos pensar, como eu posso pensar, o fulano, a sicrana e o beltrano, e outros pensando de outra maneira. Mas de qualquer maneira dizendo: “Não!” E saibam vocês que a palavra “sim” não liberta ninguém. A palavra sim escraviza o ser humano, e a palavra “não” é aquela que liberta. E quando a gente começa a dizer “não”, mesmo que a gente não tenha consciência naquele momento de porque a gente *tá* dizendo “não” e a quem estamos dizendo “não”, nós abrimos o caminho o caminho para nossa libertação.

Viva Marighella! Viva Marcos Nonato Fonseca! Viva todos aqueles que lutaram! E viva eu também, que sobrevivi, cara! ... Se não, eu fico de fora da brincadeira.

A experiência das lutas do PCBR contra a ditadura

ANTONIO LÚCIO SOARES*

Grande camarada, grande companheiro! É uma honra estar aqui com vocês. A gente sobreviveu e veio aqui dar esse depoimento, sacudir todo mundo aqui, porque é importante comemorar a vida, como dizia Violeta Parra: “Gracias a la vida, que me ha dado tanto.” Então, vamos agradecer a vida e a morte dos companheiros que estão vivos em nós. Nós somos a continuação da luta e o que é mais importante, e o Carlos Eugênio já ressaltou aqui: nós estamos na luta sem modificar o nosso posicionamento político-ideológico.

Eu surgi com uma trajetória um pouco diferente da do Carlos Eugênio, no aspecto da formação política. Eu entrei para o Colégio em João Pessoa, na Paraíba. De 63 para 64, a gente terminou e já estava indo para o Segundo Grau, quando teve uma manifestação no dia 3 de março em João Pessoa contra a visita do Carlos Lacerda. O Carlos Lacerda ia para a Paraíba fazendo a campanha “Carlos Lacerda para 65”. Olha, o Carlos Eugênio era um privilegiado porque a família era toda comunista, a minha era um carnaval: era comunista, brizolista, mas todo mundo de esquerda. Fui criado nesse ambiente e eu tinha uma família que tinha um pessoal comunista: tinha um que era da esquerda católica, que era meu cunhado e foi da UNE da época. E foi um pessoal que estudou com Geraldo Vandré no Liceu Paraibano. E foi assim que eu conheci as músicas do Vandré, mas ele já fazia isso no Liceu Paraibano nos anos 50 (o meu cunhado me falou).

A nossa geração foi a dos anos 60, a do Vandré, Paulo Pontes, aquele que depois se casou com Bibi Ferreira, veio para o Rio de Janeiro

* Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e atualmente participa do Instituto Mário Alves.

e era a turma que sustentava a mobilização dos anos 50 para os anos 60. E o PCB – Partido Comunista Brasileiro –, tinha uma grande influência no setor ferroviário, no setor operário, no setor estudantil e no setor artístico também. E eu fui recrutado para a Juventude Comunista do PCB entre 64 e 65. Eu ia fazer 15 anos de idade quando fui chamado para compor a Juventude Comunista do PCB, que era vinculado a (e eu falo esse nome porque é importantíssimo aqui, e infelizmente muitos cariocas não conhecem): Astrogildo Ferreira, um homem de Rio Bonito, aqui no estado do RJ. Eu era vinculado a essa organização de base, a Juventude Comunista, e um ano depois eu já estava na base e fazendo parte do Comitê Regional da gente.

Foi quando me passaram a tarefa de reorganizar o Cineclube do Charles Chaplin com outro nome, ele tinha sido fechado junto com o Grêmio Estudantil do Liceu Paraibano. A tarefa era reorganizar o Cineclube, os cineclubistas, os jograis, o teatro, a poesia... Toda aquela atividade que a gente tinha e que o Golpe de 64 ceifou, escondeu no armário. A gente trouxe tudo de volta, a gente conquistou. Aí teve uma greve histórica da Dalva Santiago Rangel, de que o Carlos Eugênio falou também. Fazendo justiça, era professora de Matemática, professora nos anos 40 e 50 da minha irmã e dos meus irmãos que eram mais velhos do que eu, são mais velhos do que eu. E a Dona Dalva foi demitida porque expulsou um cara fascista que era da família do Coronel Capibaribe, e tinha participado do Golpe de 64. E era quem enfrentava a gente no Liceu.

O pessoal do “Partidão” falou pra gente fazer uma campanha direcionada contra eles. A gente fez a campanha, a gente tomou o Diretório e eles ficaram com ódio, quebraram todos os jogos (xadrez, dama...) que tinham lá no grêmio do Lyceu. Eles quebraram tudo e jogaram bombas dentro das privadas, nas portas das salas de aula.. Saímos correndo pelos corredores das salas derrubando as bombas de tempo (cigarros queimando até atingir o pavio)! Era o ano de 1966 e a gente fez uma greve e “botou” lá em cima na torre do Lyceu Paraibano: “Ou Dalva, ou greve”. O que aconteceu? Esse foi um período que, internamente, o PCB estava em fogo... é importantíssima agora a parte histórica: tinha um grupo de baianos dentro do PCB (Partido Comunista

Brasileiro). Mario Alves, Jacob Gorender, Carlos Marighella. Havia um ex-oficial do Exército, um matogrossense, Apolônio de Carvalho. Mario Alves, que seria nosso secretário geral no PCBR e foi barbaramente trucidado no DOI-CODI, no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, 425, na Tijuca, Rio de Janeiro. No dia 16 para 17 de janeiro de 1970 ele foi empalado com cassetete dentado, foi esfolado também com escova de aço. Ele foi o meu dirigente e foi também o cara que deu forma a nossa Linha Política do PCBR, esse documento aqui. Mario Alves redigiu isso aqui, mas ele era junto com Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, o matogrossense oficial do Exército, Apolônio de Carvalho, do Movimento Estudantil Helcio Pereira Fortes (Nelson), que participaram da Corrente Revolucionária do Partido Comunista Brasileiro. Este questionou a passividade da direção do Partido diante do Golpe de 1964. Aquelas pessoas que participaram do Movimento Estudantil como eu, também passaram por essa transição da Corrente Revolucionária do PCB. Daí surgiram o PCBR e a ALN.

Foi a Corrente Revolucionária do PCB que desencadeou uma discussão interna questionando a passividade do Partido, da direção do PCB diante do Golpe de 64. Essa passividade, essa inércia e essa frouxidão diante do Golpe provocaram uma revolta tão grande, que quando eu entrei, já entrei na caudal, o negócio já tava pegando fogo, e a gente pegou essa luta já fervendo, claro, a gente veio com mais lenha pra fogueira, porque a gente tava arretado mesmo. A gente já tava afim mesmo de pegar em armas.

E tinha uma coisa importante: tinha uns amigos companheiros nossos, que eram escoteiros e alguns tinham umas armas. Tu sabe que no nordeste todo mundo tem mania de ter umas armas em casa. Lá em casa o pessoal tinha, a gente treinava... e eu comecei a treinar com o pessoal que era escoteiro lá. A gente começou a fazer coquetel Molotov, porque a gente passou a levar a linha política da corrente revolucionária para o Movimento Estudantil, que eram os grupos de autodefesa. Então, o que se vê hoje em dia é uma luta legítima do pessoal também se defendendo da polícia, da repressão, com o mesmo conteúdo da luta contra as classes dominantes, da burguesia que está presente aqui também.

E quando pegamos em armas, levou essa discussão... Rompemos com o PCB. Claro! Houve divergências entre a gente. Na época, eu me lembro que a gente tinha feito uma passeata em abril de 67 contra o Acordo MEC-USAID e eu estudava até Inglês na época também com o pessoal, e falava pro professor: “Olha... esse Acordo vai trazer tudo quanto é fundação pra privatizar as escolas públicas, financiar pesquisas a fim de se apropriar dos resultados...” Foi um projeto da época, trazer tudo quanto é fundação e acabar com o serviço público de qualidade. Essa discussão pegou... Fomos expulsos do PCB, fomos expulsos do Partido Comunista Brasileiro, porque eu era dirigente já da Juventude Comunista e do Cineclub. Só teve um problema: eu era presidente da União Pessoense dos Estudantes Secundaristas, a UPES. Quando a gente saiu, gente, só ficaram duas pessoas no PCB... Duas pessoas! Aquela galera todinha que tava com a gente, que conhecia a gente da mobilização veio pra Corrente Revolucionária. Teve um pessoal que foi pra ALN depois, que é o grupo do Carlos Eugênio, e o pessoal que veio pro Partido Brasileiro Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBRR, que foi a minha organização, e a gente manteve a mesma linha política de uma organização marxista leninista...

Agora, o que eu queria trazer pra vocês é o seguinte: Eu fui intimado a comparecer à Polícia Federal a 31 de agosto de 1968. Em 68, eu tinha 17 anos e faria 18 no dia 29 de dezembro de 1968 - duas semanas após a edição do Ato Institucional nº 5, o AI-5. O que aconteceu? Eu fui chamado, intimado oficialmente para a Polícia Federal porque eu estava boicotando o desfile de 7 de setembro... E foi em 31 de agosto. E eu fui chamado OFICIALMENTE pela Polícia Federal. Agora, imaginem qual era a figura que estava me interrogando... Emílio Romano: foi braço direito do Felinto Müller, no Estado Novo, na primeira fase do governo getulista... Na Polícia Metropolitana aqui do Rio de Janeiro, na Rua da Relação. Aqueles torturadores dos anos 30 que o Getúlio tinha juntado já estavam velhos, aposentados, mas continuava a repressão e por ideologia, este era superintendente Regional da Polícia Federal. O que ele fez? Mandou, por trás, escondido, no jipe da Polícia Federal, me levar prum Quartel onde ficava a 2ª Seção do Exército (S2), onde ficava o Major Fernandes,

carioca servindo na Paraíba e que era também o comandante do 1º Grupamento de Engenharia do Exército. E queriam saber: “Ah, foi esse que chegou aqui, é o que gosta de cantar... Gosta de Beatles, Vandrê...”. É verdade, o pessoal da minha época só me chama *Help*. “Então tu vai cantar aqui pra mim”. E mostrou assim um telefone de campanha e disse assim: “Olha lá! Com aquele telefone de campanha, você vai cantar nele!” Aí eu já conhecia os instrumentos de tortura de leituras e relatos... A gente tinha estudado muita coisa em formação. O próprio PCB tinha dado uma formação tão boa pra gente, que formou os próprios coveiros, sem perceber, né? Então, a gente conhecia aquilo ali como sendo uma máquina de tortura.

O superintendente da Polícia Federal falou: “Major: Ele é de menor ainda, e, segundo: o pessoal tá todo de fora, tem lá uns dois, três mil estudantes, tudo de quanto é estudante de faculdade, tudo esperando que ele saia. Se ele não for solto até às 8 da noite vai ter greve geral, eles vão sair em passeata lá, vai chegar aqui vai pras pessoas porque eles sabem que o senhor está conversando com ele aqui dentro”. Aí o coronel ficou com ódio, me empurrou na cadeira, eu caí na poltrona. Gente, tem uma coisa: quando você tem 17 anos de idade, você anda analisando assim, recordando, fazendo um retrospecto... Ou você caga um quilo certinho quando passa por isso, ou você radicaliza. Naquela eu radicalizei! Nunca tinha visto aquele cara, e eu digo: “Eu não canto pra você, eu canto pra quem eu quiser”. Nesse momento, ele me empurrou na poltrona, eu caí com poltrona e tudo.

“O pessoal tá lá fora mobilizado”, disse ele. E o major continuava com aquela encenação: “Eu já tô sabendo, já me informaram que o pessoal tá lá... Esse filho da puta!” Aí ele falou uma coisa interessante: “Esse “bundão” que é o Presidente da República, - Marechal Costa e Silva, que era superior dele -, é que fica permitindo que essas coisas aconteçam. Isso aqui tem que radicalizar mais ainda, pra que esse “bundão”, esse corno, (chamando o Costa e Silva de corno?!)... Esse corno vai ver só se ele vai ficar muito tempo...”.

E foi o que aconteceu: o AI 5 veio em dezembro. Eu não estava mais em casa, tive que sair de casa duas semanas antes do AI 5. Fugi porque estava muito sério. Eu já estava percebendo que estava havendo

um recesso nas universidades, nas escolas. E ainda queria dizer uma coisa: lá na Paraíba, a gente denunciava muito a presença desse conterrâneo, desse safado, Vandique da Nóbrega era paraibano e foi um dos pilares do Golpe interventor no Pedro II dedurava, e a gente ainda anunciava ele toda vez assim, ó: “Tá lá no Rio aprontando, delatando as pessoas lá no Colégio Pedro II!” Entendeu? E era paraibano também. Então, o que foi que a gente fez? A gente foi fazendo treinamento, o pessoal chamava o grupo de agitação e de propaganda, começou a ser chamado de grupo de propaganda armada. A gente ia fazer propaganda armada.

E teve uma questão muito séria, que foi a discussão da entrada do PCBR na luta armada à resistência, porque o pessoal da ALN já tinha entrado na luta armada. E a gente do Nordeste, conforme Jacob Gorender, que era do “grupo dos baianos” também... disse que éramos “ofensivistas” no livro “Combate nas Trevas” e que “forçou a barra” no dia 05 de maio de 1969 – meu pai trabalhava na Souza Cruz e, todas as vezes, o Banco da Lavoura de Minas Gerais vinha e recolhia a fêria do dia e levava para o Banco da Lavoura de Minas Gerais; eu sabia e um companheiro nosso que trabalhava lá também e decidimos: “Vamos fazer lá um confisco...” só que foi outro grupo, eu não podia participar... imagine eu tendo sido cassado e caçado – com com dois “s” e com “ç” – porque em março havia sido decretada minha prisão preventiva pela 7ª Região Militar do Recife, tinha sido publicada nos jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio” do Recife, em tudo quanto era lugar...aí a gente fez o que? Mandou um “recado” pro pessoal sobre a questão da luta interna, se o PCBR entraria ou não na Luta Armada.

Mario Alves, que era nosso principal dirigente, o “Vila” (que era o codinome dele), apoiava a gente e era o nosso principal quadro, tinha sido o editor do jornal Novos Rumos do PCB na transição de 1959, 60, 61 e tinha se afastado também porque tinha de tratar de uma ulcera gástrica e tinha voltado de Cuba recentemente e apoiou politicamente a gente...e dessa ação, gente, não era brincadeira não, 56 mil cruzeiros novos que tinham de ser distribuídos pro país todo..eu me lembro que lá pro mês de novembro, dezembro... o pessoal marcou um ‘ponto’ com ele lá no Recife, na Igreja da Piedade onde tem um monte de

tubarão hoje em dia, e meu pai olhou pra mim: “Você está bem, né?!” (a gente num sufoco arretado), mas estava ‘preto’ de praia, dourado de praia porque a gente tinha um “aparelho que era a casa onde a gente morava clandestino, na Praia de Candeias e meu pai perguntou: “Você e seu pessoal tem alguma coisa a ver com aquele assalto do Banco da Lavoura, da Souza Cruz?!” E eu: “Tem tudo a ver...”(risos). A imprensa do Rio publicou tudo errado “Assalto na Souza Cruz” - porque o Banco da Lavoura já havia passado o recibo pra Souza Cruz e estava com o dinheiro - e foi assim que o PCBR mandou o “recado” de que também estava na Luta Armada e que não tinha como... a gente não podia vacilar, tinha que fazer o trabalho no setor operário, no setor estudantil, mas não podia deixar de fazer ataques à ditadura também... esse foi o processo da gente, de radicalização... agora, vocês têm de prestar atenção numa coisa, a gente quando fez a Resolução interna, pra romper com o reformismo que era muito forte na esquerda, o Mario Alves preocupado também fez uma redação que eu considero brilhante, olhem o que a gente fez na época, uma Resolução de abril de 1968- a fundação do PCBR foi em Niterói em abril de 1968, com a participação de nosso companheiro Bruno Maranhão (Tião), falecido recentemente no Recife, eu estava lá, no dia 25 de janeiro, prestem bem atenção, olha como as coisas são tão atuais.

No curso da luta, devemos estar preparados para a possibilidade de substituição da ditadura por outro governo que se revista de uma fachada democrático-representativa mas exclua o povo do poder político e defenda os privilégios da reação e do imperialismo. Em vista do crescente desgaste do governo ditatorial, as classes dominantes podem antecipar-se à ação revolucionária das massas, substituindo-o por outro governo reacionário com uma roupagem constitucional. Transferências de poder deste tipo, puramente formais, têm ocorrido no Brasil e na América Latina. Em face de tal eventualidade, cabe às forças revolucionárias desmascarar a manobra da reação e revelar

ao povo o conteúdo anti-popular do novo regime, prosseguindo na luta pelos objetivos da Revolução. Necessária para derrubar a ditadura militar, a luta armada continuará a ser necessária se, após a queda do regime ditatorial, se mantiver no país o estado da burguesia e dos latifundiários, base da dominação imperialista. (Resolução Política do PCBR)

“Gente, a gente, por acaso, está no poder, o povo está no poder, a burguesia está no poder?”. Essa é a grande discussão de cunho político e ideológico que eu quero trazer pra vocês, eu participo de todas as manifestações, Carlos Eugênio também, meu Facebook é cheio de manifestações de tudo quanto é coisa que está rolando eu coloco... a gente está sofrendo um cerco muito grande da mídia, a mídia mente: a Rede Globo e todos os cadernos especiais (sobre o golpe de 64) O Globo, a Folha..é como se eles não tivessem nada a ver com a Historia...a Folha de são Paulo usava os carros de entrega do jornal pra levar os cabras da repressão da OBAN em São Paulo, O Globo sempre atuou à direita nesse país, eu pergunto: como é que O Globo e a mídia tratam as manifestações? Chamam de baderneiros, vândalos..

Agora em setembro (2014), eu fui chamado para depor na reunião das Comissões da Verdade de Pernambuco e da Paraíba, quase juntaram para pagar para eu ir lá depor sobre a morte de meu cunhado Luis Alberto de Sá e Benevides - eu sou servidor publico federal concursado do INPI - deixei bem claro que NÃO APOIO NENHUM GOVERNO MUNICIPAL, ESTADUAL NEM FEDERAL; foi aquela “saia justa’ em um monte de gente, aquele mal estar, porque havia várias pessoas que estão empregadas na prefeitura, governo do estado, tudo “ex companheiro” da gente e eu afirmei que continuo sendo o mesmo comunista, o mesmo revolucionário, participo de todas as manifestações, a minha função é ensinar ao pessoal como se defender da repressão nas ruas também; porque para que a gente sobrevivesse, os companheiros da gente morreram, foram massacrados. Quero denunciar e colocar esse alerta aqui também porque a luta deles, o sacrifício, não pode ter sido em vão. Por que é que a gente ficou no

Brasil? Um monte de gente ficou exilada, sofrendo às pampas lá fora. A imprensa burguesa só fala no 11 de setembro dos Estados Unidos, não fala do 11 de setembro de 1973, no golpe contra o governo de Salvador Allende no Chile que também foi derrubado por um golpe de estado financiado pela CIA (EUA). Isso que a gente tem que colocar. Antes da queda de Allende, nossos companheiros mandaram um recado para a gente sair porque iríamos morrer. Aí teve uma discussão séria entre a gente aqui. A gente está aqui, vivos ainda, porque nossos companheiros deram a vida pela gente. Foram mortos, massacrados, torturados. Eu estava em Porto Alegre (RS) para fazer uma ação em conjunto com a Var-Palmares em março de 73, quando chegou esse recado pra gente sair do Brasil. Eu disse: “A gente não vai (sair do país). Os que decidiram ficar como Ramires Maranhão do Valle, Almir Custodio de Lima, Vitorino Alves Moutinho e Ranusia Alves Rodrigues foram assassinados. Houve mais gente na legalidade que nunca foi clandestina que atuava junto com a gente. A gente decidiu que ia ficar. Mantivemos nossa estrutura, a rede de aliados de apoio (logístico) porque a gente não pode deixar o bastão caído no meio do caminho. É como uma bandeira. Cai alguém, aquele que ficou vivo, segura a bandeira. Dentro desse espírito. Em 1975, eu estava no interior do Nordeste para uma ação. Combatíamos em grandes dificuldades. Conjuntura totalmente adversa, defensiva e sob cerco total. Tínhamos que manter várias pessoas, aluguel de casas, soldo - a gente ganhava “soldo” para se manter, como um soldado e tinha uma reserva financeira para alguma emergência. Porque a gente decidiu que não poderia entregar a luta assim. A gente ficou. Acho engraçado quando dizem “ah, acabou a luta armada”; O PCBR continuou no Brasil até o processo da anistia. Eu fui anistiado dentro do Brasil. Eu estava no Cine Palácio/Passeio (Cinelândia, Rio), no dia 31 de agosto de 1979, quando o Jornal do Brasil publicou a 1ª lista dos anistiados. O juiz militar da Aeronáutica Teócritio Miranda Filho emitiu essa lista pautado no decreto da anistia. Eu estava na lista com o nome de Antonio Soares de Lima Filho. Não com codinome de Lucio, nem Ricardo nem Sergio, eu estava no cinema vendo “Alien” com um companheiro meu da Paraíba, Eric Jenner Rosas, que morreu; ele me mostrou o JB e me perguntou como eu me sentia

anistiado... eu falei: “Azar deles, porque eu nunca vou anistiá-los... anistia é esquecimento? Problema deles porque eu continuarei o mesmo.” Eu estava me lembrando da minha prisão de 31 de agosto de 1968 lá em João Pessoa - quando eu havia sido levado clandestinamente – quer dizer, eu fiz a minha opção quando tinha 17 anos e eu avisei ao meu pai que um dia eu teria de sair de casa. Ele me indagou porque, então, eu continuava estudando, você fala Inglês, tão inteligente...”. Minha resposta foi: “Continuo estudando porque eu quero ser um quadro revolucionário”. O Partidão já tinha nos formado e sugeriu que eu fosse mandado para a Universidade Patrice Lumumba, na União Soviética, era uma forma de tentar me cooptar a continuar no PCB. Me afastar da luta interna aqui no Partidão. Iria pra lá e voltaria como um quadro do Partido. Eu, que sob hipótese alguma, iria para a URSS. Centro da “burocra”, da “coexistência pacífica com o imperialismo... Já estava comprometido com o pessoal da “Corrente” – Corrente Revolucionária do PCB – com Mario Alves e o pessoal do Comitê Regional com sede no Recife.

Hoje, eu sou funcionário publico federal e sofri uma punição administrativa por conta da greve de julho-agosto de 2012 dos servidores públicos federais. Sofri um processo administrativo disciplinar e fui punido com uma advertência na folha funcional. Isso após a própria comissão disciplinar ter reconhecido ao final do relatório que os depoimentos me eram favoráveis, no entanto, a própria comissão avocou para si a responsabilidade de me punir; que eu teria de ser punido por ter “exacerbado” na minha postura por ocasião da tentativa de negociação com o administrador. Há até um abaixo assinado online protestando contra essa medida e que vocês podem acessar na internet. Eu pergunto: qual a relação entre minha punição e as manifestações de rua?

Em 1989, eu era instrutor de Inglês na CACEX (Banco do Brasil) e fui preso numa atividade de greve em 24 de abril de 1989. Fiquei com mais três bancários presos por uma semana na Polícia Federal na Praça Mauá. Respondi ao processo por dois anos e meio. Eu nunca me afastei da luta, se eu fizesse isso, me consideraria um zumbi, um morto vivo. Como muita gente que eu encontro, ex companheiros, eu percebo

a morte presente no corpo daquelas pessoas que relegaram suas convicções de luta, as ideias, a ideologia às estantes. O que aconteceu? Fui enquadrado por formação de quadrilha e depredação do patrimônio privado do Banco Itaú da Graça Aranha que está lá até hoje, próximo à antiga sede do MEC, o Palácio Capanema. Aparecemos no RJ TV e tudo, a Rede Globo não ia deixar de aproveitar, né? Baderneiros e vândalos. A própria burguesia enquadra nas leis ordinárias do Código Processual Penal e no Regimento Jurídico Único que rege o funcionalismo publico. Banco, símbolos da repressão?

Quer dizer que me consideraram desrespeitoso com aquele administrador jovem de 40 anos de direita. Eles dizem que não estão punindo a ninguém por conta de greve e, sim, porque desrespeitaram a legislação vigente, comportamento desrespeitoso. Ele já havia sido enquadrado na chamada Lei da Ficha Limpa no Espírito Santo, onde o Tribunal de Contas do estado o condenou a devolver ao erário publico o prejuízo causado. Ele havia contratado uma fundação privada sem licitação. Depois, tentou se candidatar a uma função parlamentar, mas havia sido pego nessa Lei da Ficha Limpa. Olha quem era o cabra que me acusava. E está no INPL.

Gente, observem as artimanhas; há que se ficar de olho. Eles dizem que estamos numa democracia, mas, no dizer de Sergio Porto, o Stanislaw Ponte Preta, estamos numa “DEMOCRADURA”. A mesma burguesia, o latifúndio, engendra, cria esse estado, esse arcabouço jurídico. E os ex companheiros estão administrando esse estado burguês latifundiário, leiloando o pré sal como a Dilma está fazendo, privatizando os aeroportos, como o Galeão que foi entregue às empreiteiras. Enfraquecendo a Infraero. Isso é que é doloroso. A toda hora chora porque foi torturada. Essa pessoa morreu. Essa pessoa, o sistema conseguiu vencer. Se um dia a tortura não a venceu, hoje, o sistema a cooptou, a conjuntura, todas as injunções, a trouxeram para dentro, está fazendo o jogo das classes dominantes. Esse processo de acomodação, de trazer para o sistema pessoas que estavam a fim de se acomodar. Ninguém vai ali para dentro se não estiver afim. Junta a fome com a vontade de comer. Se fizer acordo coma União Democrática Ruralista, a reforma agrária não sai. Até pro sistema capitalista a

reforma agrária é importante porque amplia o mercado de consumo de bens. Eles estão preocupados com “o mercado”. É o grande “deus mercado”. A discussão que eu quero trazer para vocês é de cunho ideológico. Estamos sujeitos a leis que a eles não interessa mudar. Tanto no serviço público quanto nas ruas, a gente tem de conviver com Sergio Cabral, com o neto de Arraes, Eduardo Campos, em Pernambuco. Ontem, um jornalista foi preso porque jogou sangue na porta do Hospital Central do Exército lá no Recife por conta dos assassinados no DOI-CODI e que o Exército disse que iria investigar. Vocês acreditam que o Exército vai investigar mesmo?!

Pra encerrar, eu não quis trazer o calhamaço que é o meu fichário do SNI (Abin). Quando a gente dizia nos anos 80, anos 90 que a estrutura de repressão estava intacta e que ainda nos monitoravam no ovo da serpente em Brasília, muitos diziam que era paranoia, sectarismo. Pois bem. Eu fui lá, pedi meu *habeas data* (livre acesso aos dados da própria pessoa nos arquivos públicos), no Arquivo Nacional, que recebeu os arquivos do antigo SNI (hoje Agencia Brasileira de Inteligencia, Abin) e vai até os ANOS 90! Quer dizer, não é o ovo da serpente que está em Brasília, é o ninho da serpente que está em Brasília. Chama-se Gabinete de Segurança Institucional. Tudo decorrente do grande acordo. Na época, sabe quem era o chefe de gabinete? O nome, para vocês, não vai significar nada: Era o Coronel Nelson Oliva, irmão de Aloizio Mercadante... OLIVA, filho do Gal. Nelson Oliva e que era comandante da Escola Superior de Guerra e que levou o Lula para fazer uma palestra lá na ESG. Mercadante não usa o sobrenome do pai, usa o da mãe. Era esse Cel. Nelson Oliva que estava no GSI em Brasília. Tem toda uma composição político-ideológica que foi mantida. Isso me lembra de Tommaso di Lampedusa, em sua obra prima “O Leopardo” - que virou filme, uma obra prima de Luchino Visconti. Na obra, se narra a anexação da Sicília à Itália, como aconteceu com a região do Piemonte, e o príncipe de Salinas chegou e disse “não tenho nada contra, vocês querem mudanças?!...Desde que tudo continue do mesmo jeito...tenho até um candidato ao Senado...” Foi exatamente o que aconteceu aqui no Brasil nos anos 80, quando tivemos a grande mentira. O que foi que aconteceu? Houve mudança de estrutura? Citando Karl Marx no 18

Brumário quando ele comenta sobre a Revolução Francesa: a História acontece primeiro como tragédia, e quando se repete, como farsa. Luis Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, deu outro golpe. Isso É UMA FARSA, o tio dele já havia feito isso.

Foi exatamente o que aconteceu aqui no Brasil nos anos 80, quando tivemos a grande mentira. O que foi que aconteceu? Houve mudança de estrutura? Não. O que tivemos foi UM PACTO. OS VELHOS E TRADICIONAIS PACTOS DO BRASIL. De COMPOSIÇÕES POLITICAS, Vão-se os anéis, mas ficam os dedos. O Poder está na mão deles. Era só isso que tinha de colocar para vocês. Refletir sobre a realidade da gente. Se houve mudança essencial ou se houve uma mudança meramente superficial pra inglês ver.

Obrigado, gente.

A experiência das lutas do movimento estudantil contra a ditadura no Colégio Pedro II

HELENA GODOY*

Queridos alunos do PROEJA,

No dia 23 de abril de 1960, aos 22 anos, fui convidada por Clóvis Monteiro, catedrático e Diretor do Colégio Pedro II, meu professor durante todo o Curso de Letras Clássicas na PUC-Rio de Janeiro, para ingressar na instituição. Aceitei o desafio e fui designada para dar aulas para turmas, sem professor até aquela data. Assumi as duas últimas séries do Curso Colegial, hoje Ensino Médio, dividido em Clássico e Científico.

Era pequena a nossa diferença de idade. As injustiças nos indignavam. Tínhamos a mesma inquietação e os mesmos sonhos de todos os jovens daquele tempo. O Rio de Janeiro fervilhava. Era intensa a participação dos alunos nas atividades oferecidas dentro e fora do Colégio. Todos, professores e alunos, se conheciam. Os alunos que eram de outras turmas eram chamados de “alunos de corredor”, porque nos intervalos saíam das salas de aula para divulgar ou, até mesmo, planejar atividades. Interessavam-se por tudo: música (clássica ou popular), cinema, teatro, literatura e filosofia. Para que vocês tenham uma idéia do privilégio que era estudar no Pedro II, levei os meninos (é assim que me refiro a eles até hoje, embora a maioria esteja hoje com sessenta, setenta anos...) à Faculdade Nacional de Filosofia para palestra e debate com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir sobre o Existencialismo! Como nas aulas de Filosofia, haviam lido alguns livros dos dois autores, a platéia foi surpreendida com a seriedade e o alto nível das perguntas

* Professora aposentada, ex-Chefe do Departamento de Português e Literaturas do Colégio Pedro II. Durante a ditadura acompanhou as lutas dos alunos e dos Grêmios contra o regime de 1964.

sempre pertinentes e instigantes. Os grêmios explodiam com ideias e ações. Seus dirigentes ampliaram a atuação política e se tornaram importantes líderes estudantis do Colégio e de outras entidades com representação local e nacional, como UBES (União Brasileira de Estudantes Secundarista, e UNE (União Nacional de Estudantes) Havia novidades na música, com o nascimento da Bossa Nova, no teatro, com a estreia de novos autores Vianinha e Guarnieri, e no cinema, com o lançamento de filmes de Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos Joaquim Pedro de Andrade, Cacá Diegues e outros. Nossos alunos, embora ainda estudantes, participavam de manifestações artísticas. Antonio Guedes Barbosa, pianista, Turíbio Santos, hoje considerado um dos maiores violonistas do mundo, Cecil Thiré, ator e diretor de teatro, Marcos Flaksman, arquiteto e cenógrafo, Ronaldo Bastos, músico, compositor e parceiro de Milton Nascimento, começavam a deixar marcas nas carreiras que seguiram posteriormente, sem deixar o colégio. Outros brilhariam na Medicina, Engenharia, Economia, Jornalismo, Diplomacia.

Vocês podem imaginar o impacto causado pelo golpe de 1964. Censura, perseguições, prisões e, a partir de 68, torturas e mortes. Alunos com militância no Grêmio ficaram marcados e sofreram toda espécie de arbítrio. Um de nossos mais brilhantes alunos não conseguiu se inscrever no exame para o Instituto Rio Branco que, até hoje, prepara os futuros diplomatas. O motivo? Tinha sido Presidente do Grêmio da Seção Sul, hoje *Campus* Humaitá. Depois da Anistia, entrou na Justiça e, após análise de seu excepcional currículo no Colégio, na Faculdade de Economia e na Faculdade de Direito, recuperou o direito de ingressar na carreira diplomática onde ficou até a aposentadoria, como embaixador.

Nós, professores de Português, tivemos muitos problemas. Não podíamos indicar livros de autores que tratassem de problemas sociais. Era muito “perigoso”... João Cabral, José Lins do Rego, Jorge Amado, Ferreira Gullar eram proibidos. Nas aulas ouvíamos músicas de Chico Buarque. Interpretávamos suas letras: “Cálice” (Cale-se!) e “Apesar de você” rendiam belas discussões. “Vai passar”, “A coisa aqui está preta”, “Como vai resistir, se o galo insistir em cantar”, “Podem me bater, podem

me prender, podem até deixar-me sem comer, que eu não mudo de opinião”, de Zé Kéti, possibilitavam diferentes leituras e interpretações. Os Festivais da Canção facilitavam nosso trabalho, porque todos acompanhavam pela televisão, que tinha enorme audiência. As canções faziam enorme sucesso e não despertavam “suspeitas”... A imprensa apoiava o golpe. O jornal “Última Hora” era exceção e já sob censura, no dia primeiro de abril, estampou na primeira página a letra da “Marcha da Quarta-feira de Cinzas” de Carlos Lira: “Acabou nosso Carnaval, ninguém ouve cantar canções...”, traduzindo o abatimento e a tristeza do que, supúnhamos, estava por vir. Líamos as entrevistas do semanário “O Pasquim”, com reportagens, charges e caricaturas que driblavam a censura e amenizavam o clima pesado que o país vivia. Era uma pequenina luz no fim de um ameaçador, terrível e longo túnel. No aniversário do golpe, o Diretor Geral, Vandick L. da Nóbrega, convocava os professores para uma reunião com presença obrigatória em São Cristóvão. Tínhamos que ouvir uma saudação em Latim à Revolução Redentora de 1964, como alguns se referiam à data. Nem revolução, muito menos redentora... Lavagem cerebral. Muitos eram os lemas: “Este é um país que vai prá frente, ô,ô,ô,ô,ô,ô,...”, “Prá frente, Brasil!”, “Ninguém segura esse país”.

Estou aqui para dar meu testemunho de um tempo difícilíssimo que tivemos de enfrentar. Era impossível para um jovem ficar indiferente ao que se passava no país. Começaram as perseguições: “Fulano foi preso”, “Beltrano “caiu”. O triste saldo: oito alunos do Pedro II foram torturados e assassinados. Quando entro no prédio da Direção Geral, hoje Reitoria, e vejo o nome do Almirante Augusto Radmaker, membro da Junta Militar e a revoltante e triste homenagem prestada pelo Colégio, não consigo conter minha indignação. Enviei ontem para ser apreciado pelo CONSUP (Conselho Superior) um requerimento para que o Pedro II, como reparação, conceda o título de aluno eminente, IN MEMORIAM, aos oito estudantes desaparecidos. Um deles, José Roberto Spiegner, foi meu aluno na terceira série ginásial. Como seu nome não foi citado no início de nosso encontro, peço que gritem: Presente! ao ouvir o nome dele. (Os alunos respondem: José Roberto, Spiegner, Presente! Hoje e Sempre!) Como já disse, o crime desses jovens

foi ousar lutar por seus sonhos e ideais de Justiça e Liberdade, crime considerado hediondo naqueles tristes tempos. Temos que colocar o nome deles em uma placa na entrada de cada prédio do Colégio - Homenagem aos alunos desaparecidos na luta contra a ditadura. Luto pela homenagem, ainda que tardia, para que jamais nos esqueçamos do arbítrio que sofreram. Eles merecem. (aplausos). Não sossegarei, enquanto o colégio não reconhecer o valor daqueles “meninos”. Há pessoas que acham que educar é apenas transmissão de conhecimentos. Havia professores indiferentes, mas muitos defendiam o golpe. As discussões travadas nos recreios enriqueciam os debates. Fico feliz ao constatar que os tempos mudaram e que os professores que estão chegando agora vieram para somar. Costumo dizer que as mudanças no Pedro II me lembram um camelo deitado. Já viram esse animal se levantar? Primeiro levanta uma pata, demora um pouco, tenta com a outra, até que, finalmente consegue! Só depois de muito tempo, faz um movimento, sacode todo o corpo para finalmente retomar seu caminho... O que posso dizer para vocês é que fiquem atentos, de olhos bem abertos. Pensar é a melhor coisa que aprendemos aqui no colégio. Ouvir o que dizem os outros, fazer uma análise dos fatos para formar a sua opinião, é riqueza que jamais alguém vai tirar de você. Perguntar sempre. O que está atrás disso? O que está acontecendo? Por quê? O professor não se prepara para ser ator, porém, está sempre no palco. Assim que termina o espetáculo, o ator recebe aplausos. Nós, não. O aplauso vem muito mais tarde e pode demorar, dez, vinte anos ou até mais. Quando chega, que emoção! Impossível traduzir. Ontem recebi um e-mail de um ex-aluno que dizia: Heleníssima, você sempre lutando para preservar a memória de nossos colegas, seus eternos alunos, sem desistir. Ele era da turma do Spiegner e sabe que não vou desistir nunca. Durante 47 anos fui professora no Pedro II. É uma vida. O que posso lhes dizer é que o tempo em que vocês permanecem aqui passa muito depressa. Não desistam de seus sonhos. Os problemas podem ser superados. Nosso país tem jeito, se vocês conseguirem tomar conta dele Pela oportunidade de contar essas histórias que até hoje me emocionam e mexem tanto comigo, muitíssimo obrigada.

Artigos

Os 50 anos do golpe civil-militar de 1964

ADJOVANES THADEU SILVA DE ALMEIDA*

O presente texto foi redigido a partir da oficina *50 anos do golpe civil-militar de 1964*, realizada no dia 30 de março de 2014 no âmbito do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades, e destinada a estudantes secundaristas do terceiro ano do Colégio Pedro II, *Campus Engenho Novo II*.

Procuró analisar, no texto, o lapso temporal 1954-1964, pois parto da hipótese de que o golpe de estado levado a efeito entre fins de março e começo de abril de 1964 já vinha sendo articulado, em alguma medida, desde o segundo governo de Getúlio Vargas – mais especificamente a partir da crise de agosto, que culminaria, ao cabo de algumas semanas, com o suicídio do presidente; a intensa comoção ocorrida nas camadas subalternas inviabilizaria, naquele momento, o fim da experiência liberal-democrática iniciada em 1946.

Inicialmente, abordarei as mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil ao longo das décadas de 1950 e 1960, em especial a urbanização e a industrialização, e seus desdobramentos políticos, com a crescente organização de setores populares contrários aos interesses dominantes fundamentais. Posteriormente, procurarei fazer uma análise da história política do decênio 1954-1964, discutindo as sucessivas sublevações militares que marcariam os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart; em relação a este último, discutirei, rapidamente, as articulações empresariais e militares, assim como a radicalização de alguns grupos sociais – em especial no

* Professor do Departamento de História do Colégio Pedro II. Graduado em História pela UERJ. Mestre em História pela UERJ e Doutor em História pela UFRJ. Pesquisador do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades/Colégio Pedro II (NUTH).

campo; sem esquecer, obviamente, a conjuntura latino-americana do período, marcada pela Revolução Cubana.

Por fim, apenas um lembrete: o texto foi apresentado a turmas do ensino médio em uma oficina; por isso, a ausência de notas de rodapé e/ou referências acadêmicas no corpo do texto; as únicas citações referem-se às fontes utilizadas.

1. O prelúdio: o período 1954/1961

O Brasil, ao longo de meados do século XX, passou por profundas transformações sociais. Assim, a partir da década de 1950 o país deixou de ter a maior parte da população vivendo na zona rural e ocorreu notável crescimento do parque industrial. O crescimento da população vivendo nas áreas urbanas foi acompanhado, ainda, pela queda da natalidade em relação ao período anterior a 1950; igualmente, ocorreu o crescimento da escolarização de crianças e adolescentes, reduzindo-se a população analfabeta.

O maior número de habitantes nas cidades acarretou mudanças em outros aspectos da vida social, ocorrendo um aumento da escolarização da população. Percebe-se, nitidamente, um aumento do número de jovens que frequentam a escola por um lapso temporal suficiente para lograrem êxito na alfabetização – o que não significa, obviamente, que tenham conseguido concluir sua educação básica; afinal de contas, a evasão escolar permaneceu elevada até bem recentemente na história da educação brasileira.

Assim, o Brasil a partir da década de 1950 poderia ser considerado um país mais moderno, cuja população detinha melhor nível cultural que seus antepassados, além de maiores possibilidades de emprego e ascensão social, em função da presença de maior quantidade de indústrias no país. Todavia, o panorama social apresentava graves dificuldades, expressas na ausência de saneamento básico e na persistência do analfabetismo entre a população adulta.

Foi neste contexto que Getúlio Vargas elegeu-se presidente da República; escolhido pela maioria dos eleitores, o ex-presidente aparecia

como o “pai dos pobres”, com uma plataforma nacionalista que, se trazia o apoio de sindicatos, acarretava a oposição dos grupos políticos liberais, reunidos em torno da União Democrática Nacional (UDN). Uma vez na presidência, Vargas criou a Petrobrás, instituindo o monopólio estatal do petróleo, no bojo da campanha *O petróleo é nosso*, além de ampliar a participação do Estado brasileiro nas atividades econômicas.

Ao mesmo tempo, a oposição ao governo trabalhista atuava no parlamento e na imprensa, com o intuito de dificultar ao máximo as ações de Vargas; um recurso particularmente utilizado nesta época foi a divulgação de “escândalos” envolvendo autoridades da União associadas a situações de corrupção, de modo a erodir a popularidade do presidente.

No início do mês de agosto de 1954, Carlos Lacerda, um dos principais líderes da oposição udenista ao governo Vargas foi vítima de um atentado, que resultou na morte de um oficial da Aeronáutica que o acompanhava. Logo, a notícia ganhou as manchetes dos principais jornais que criticavam o presidente:

Não é nosso propósito reproduzir os sangrentos acontecimentos que, a esta hora, estão pesando sobre as responsabilidades do Governo. [...] Nem de leve podemos atribuir a inspiração do crime ao Sr. Presidente da República. [...] [Mas] não há ninguém que deposite a menor fé numa investigação feita pelos métodos policiais ordinários, sob o controle dos agentes diretos do Poder Executivo. (*O Globo*, 06/08/1954, p. 1).

Com o andamento da investigação, sob controle de setores simpáticos à oposição, o inquérito logo chegou próximo ao presidente Vargas; as acusações criminais agravaram os problemas políticos, que logo assumiriam feições de crise institucional:

No clima do desgoverno e da apatia cresceu a onda de excessos verbais e de nervosismo, só contida pela

serenidade [ilegível] dos chefes militares. Mas a disciplina subverteu-se, o Governo viu-se sentado no banco dos réus [...] O resultado foi que a autoridade constituída apagou-se gradualmente como uma lamparina [...] Chegados a este ponto, que novo e imperativo dever une civis e militares? [...] a manutenção da ordem jurídica, tal como ela se exprime no texto constitucional. (*O Globo*, edição vespertina, 23/08/1954, p. 1)

Sem o necessário apoio político no Parlamento, atacado pela imprensa, e carente de sustentação no meio militar, Vargas suicidou-se no dia seguinte, 24 de agosto de 1954; as condições de seu óbito produziram clamor popular que se voltou contra os adversários do trabalhismo: ao mesmo tempo em que uma multidão acompanhava o cortejo fúnebre em direção ao aeroporto, ocorriam manifestações em diversos locais da capital, com a depredação de prédios e veículos identificados com a oposição ao falecido presidente.

Nos dias que se seguiram ao suicídio, houve uma tentativa, por parte dos órgãos jornalísticos que apoiavam a oposição, de acalmar os ânimos, em especial das camadas populares. Assim, *O Globo* conclamou ao isolamento das lideranças que promoviam “o incitamento à divisão dos brasileiros, o apelo à desordem [...] de provocar a luta e o caos.” (*O Globo*, 26/08/1954, p. 1).

A perda de apoio entre a cúpula das Forças Armadas iria se revelar trágica para os trabalhistas; com efeito, a partir de 1954, os oficiais gerais, em nível crescente, aproximaram-se dos políticos udenistas, privando o PTB de um importante sustentáculo – vital em períodos de crise institucional.

As eleições presidenciais de 1955 tampouco foram um exemplo de concórdia; em um pleito extremamente acirrado, Juscelino Kubitschek elegia-se presidente, consolidando a aliança PSD/PTB, com pouco mais de 1/3 dos votos válidos e tendo João Goulart (herdeiro político de Vargas) como seu vice; neste ambiente político dividido, JK assumiria a presidência sob constante pressão da UDN e enfrentando

a eventual oposição de setores das Forças Armadas, como se percebe no “contragolpe preventivo” (novembro de 1955) e nas sublevações de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959).

O governo JK incentivou a industrialização do país, abrindo a economia nacional à participação do capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que construía Brasília, e, desta maneira, transferia a capital federal para o Planalto Central; no entanto, o período também foi marcado pelo crescente custo de vida, que corroía o valor dos salários, tornando mais aguda a questão social.

A eleição presidencial de 1960 foi vencida, finalmente, pela UDN, que havia “adotado” Jânio Quadros como seu candidato; no entanto, a vitória da agremiação liberal não seria completa, pois não elegeu seu candidato a vice (Milton Campos), derrotado por João Goulart. Assim, os udenistas elegeram um candidato que não era orgânico do partido, e no confronto direto foram derrotados pelo seu principal antagonista (João Goulart).

Logo após assumir, Jânio Quadros afastou-se, paulatinamente, do partido que lhe havia dado guarida, procurando se aproximar de outras forças políticas; ações como a “política externa independente”, a condecoração a Ernesto Che Guevara e a rejeição à expulsão de Cuba da OEA podem ser interpretadas como exemplares desta tentativa de se distanciar da agenda udenista, em especial no que tange ao alinhamento automático com a política externa estadunidense. A nova atitude do ex-udenista desagradou profundamente seus antigos aliados:

Não adiantaria, sob nenhum ponto de vista, tentar diminuir nesta altura a extensão e gravidade da crise política sobrevinda em consequência da aparente tendência esquerdizante em nossa política externa, como resultado das últimas atitudes assumidas pelo Presidente Jânio Quadros. [...] O que fez transbordar o cálice foi a convicção de que dia a dia vamos saindo de nossa órbita natural, renegando nossos compromissos com o Ocidente [...] Ousamos, assim, pedir-lhe que reflita bem nos males que a crise acarreta ao Brasil e

seu futuro. O Governo impõe deveres. E, entre eles, o da compreensão das circunstâncias. (*O Globo*, 23/08/61, p. 1)

Recado mais nítido do que este? Impossível. O jornalão carioca alertava o presidente de que sua política externa antagonizava-o com seus aliados de véspera; por conseguinte, o país deveria retornar ao caminho de sempre, aquele trilhado, no mínimo, desde a entrada na Segunda Guerra Mundial e durante a administração de Eurico Gaspar Dutra; em bom português, o Brasil não deveria afastar-se da órbita de influência estadunidense, e o governo que ousasse tal atitude sofreria retaliações bastante severas.

A situação econômica do país tampouco podia ser considerada tranquila: crescente inflação dilapidava o poder de compra dos salários, e o governo adotara a saída clássica dos economistas liberais: promover uma recessão para solucionar os problemas; ao mesmo tempo, persistiam as dificuldades com a balança de pagamentos, tornando ainda mais complicada a administração do Brasil.

A postura do presidente Jânio não obteve sucesso, pois resultou na perda de apoio da UDN e dos grupos conservadores, sem conseguir, todavia, a adesão do PTB e das forças progressistas. Isolado e sem sustentação social, renunciou no “dia do soldado”, mergulhando o país em nova crise institucional, visto que o vice-presidente encontrava-se na República Popular da China em visita oficial.

2. Réquiem para a democracia liberal brasileira: o governo João Goulart (1961/64)

Aturdida pela renúncia, a sociedade brasileira logo deparou-se com um problema ainda maior: o veto dos ministros militares à posse de João Goulart; pesava contra o vice-presidente seu passado como ministro do Trabalho, e, principalmente, ser herdeiro político de Getúlio Vargas e líder do trabalhismo.

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada dos seus Ministros, manifestam a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente, Sr. João Goulart. [...] Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao Chefe da Nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas. (*Manifesto dos Ministros Militares*, 30 de agosto de 1961).

Em alguma medida, o comando das Forças Armadas expressava a base social antivarguista, isto é, a burguesia liberal, as camadas médias urbanas e os grandes proprietários rurais – estes últimos, atemorizados com a organização do campesinato e a possibilidade de uma reforma agrária que consistiria no confisco puro e simples dos latifúndios e sua redistribuição aos trabalhadores rurais. A associação João Goulart / subversão / caos / comunismo seria usada quase que à exaustão no discurso político do período pré-golpe de 1964.

A conjuntura internacional influenciava de modo significativo a situação política brasileira: os desdobramentos da Revolução Cubana e sua opção pelo Socialismo Real afetavam a América Latina, direta ou indiretamente; doravante, o governo estadunidense assumiria uma postura francamente hostil a qualquer ameaça de uma nova “revolução cubana”, passando a apoiar governos ditatoriais, vistos por Washington como os únicos capazes de fazer frente ao comunismo soviético.

Entretanto, as forças progressistas, aglutinadas em torno do PTB, não permaneceram passivas, à espera de um golpe de estado que

rasgaria a Constituição e entregaria o governo nacional aos derrotados de 1946, 1950 e 1955, ou seja, aos políticos da UDN; lideradas por Leonel Brizola, constituíram a *Cadeia da Legalidade*, colocando como possibilidade a eclosão de uma guerra civil.

Com a renúncia intempestiva e desarrazoada do Sr. Jânio Quadros, só um poder político permaneceu no Brasil, com autoridade legal e competência moral [...] o Congresso Nacional. Esse poder indiscutível e irrecusavelmente constitucional já se pronunciou soberanamente, modificando em virtude de um Ato Adicional à Carta Magna do país o sistema de governo e determinando que deveria ser empossado como presidente do novo Governo o Sr. João Goulart. [...] Do contrário, será o caos, a desordem, a luta fratricida, a divisão da família brasileira (*O Globo*, 05/09/1961, edição matutina, p. 1).

Diante do impasse, os grupos políticos envolvidos na disputa concordaram com a emenda parlamentarista, que possibilitaria a posse de João Goulart como presidente – mas com poderes limitados. A crise institucional fora momentaneamente solucionada, mas os problemas políticos persistiriam, pois o governo eleito pelo Congresso Nacional administraria o país em detrimento do ocupante da presidência, eleito em votação direta pela população para o cargo de vice e, portanto, legítimo sucessor de Jânio.

A continuidade da crise econômica e a manutenção dos problemas políticos inviabilizaram o Parlamentarismo como sistema de governo; em janeiro de 1963 ocorreria o plebiscito (originalmente planejado para acontecer junto com a eleição presidencial de 1965) que restaurou o presidencialismo.

Possuidor de plenos poderes, João Goulart iniciou efetivamente seu governo em janeiro de 1963; no entanto, às dificuldades políticas e econômicas acrescentaram-se as questões sociais até então inatacadas, em especial a luta pela reforma agrária; a organização das Ligas

Camponesas no interior do país e o aumento da atuação do movimento operário, cada vez menos receptivo aos “pelegos” nomeados pelo Ministério do Trabalho, contribuíram para a radicalização ideológica.

No entanto, seria um grave equívoco transformarmos os acontecimentos do governo Jango em uma espécie de luta maniqueísta; ao contrário, os agentes políticos e sociais articularam-se de modo a realizarem seus objetivos. Os grupos conservadores, todavia, possuíam apoio de uma das duas únicas potências nucleares do período, ao passo que as forças progressistas – em que pese o apoio do governo cubano – não dispunham de sustentação internacional similar.

Com efeito, o apoio internacional à oposição brasileira revelou-se bastante importante. Articulando setor externo / empresariado / cúpula das Forças Armadas / lideranças católicas, órgãos como IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), com apoio de setores da imprensa, promoveram eficiente campanha de desestabilização do governo João Goulart, utilizando-se de modernas técnicas de propaganda política, e assim disseminando a sensação de que o Brasil vivia o caos e encontrava-se à beira da revolução comunista.

Com cada vez menor margem de manobra, fustigado pela UDN no parlamento e por governadores oposicionistas em estados fundamentais (por exemplo, Guanabara e Minas Gerais, administrados respectivamente por Carlos Lacerda e Magalhães Pinto), Jango e o PTB disputam a opinião pública com a oposição, propondo as “reformas de base” como solução para os problemas nacionais; incapaz de obter a aprovação do Congresso Nacional a tais medidas, o presidente iniciou uma série de comícios, objetivando pressionar o Poder Legislativo federal a acatar os projetos presidenciais. No comício da Central do Brasil, Jango confrontou os opositores, além de apresentar as proposições:

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida

por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do anti-sindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício. [...]

Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo, insurgindo o povo até contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos Papas que informam notáveis pronunciamentos, das mais expressivas figuras do episcopado nacional. [...]

Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria. [...]

Há necessidade, trabalhadores, da revisão da Constituição da nossa República, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação. A Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, uma estrutura injusta e desumana. O povo quer que se amplie a democracia,

quer que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; quer que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facilitado participar da vida política do país, através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e que seja assegurada à representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações, ideológicas ou religiosas. (Discurso do presidente João Goulart no Comício da Central de 13 de março de 1964).

Os campos em disputa definiam-se, agora, de modo cristalino: de um lado João Goulart, o PTB, a CGT e as Ligas Camponesas, entre outras forças progressistas, empunhando a bandeira de mudanças sociais a partir da instauração de mecanismos jurídicos (isto é, a alteração da Constituição de 1946); de outro lado, reunidas em torno da UDN, a burguesia nacional, os latifundiários e as cúpulas das Forças Armadas e da Igreja Católica, difundindo o discurso de que a sociedade brasileira encontrava-se em risco de cubanização e, portanto, de abandono dos valores familiares tradicionais.

A reação das direitas brasileiras ao Comício da Central do Brasil foi devastadora: uma série de editoriais publicados pelos principais jornais, aliada a uma eficaz campanha de mobilização social levada a efeito por líderes religiosos católicos (as *Marchas com Deus e a Família pela Liberdade*) criaram a atmosfera propícia à consecução e legitimação do golpe de estado; a Marcha pretendia expressar “o repúdio ao comunismo”, reafirmando a lealdade da sociedade brasileira “aos ideais democráticos”, destacando seu caráter apartidário e “cívico-religioso”. (*O Globo*, 28/03/1964).

Ao mesmo tempo, a explicitação do conflito político no interior das Forças Armadas – latente desde o início da década de 1950, quando os setores nacionalistas perderam o controle do Clube Militar – contribuiu para inviabilizar a permanência de João Goulart à frente da presidência: afinal de contas, os golpistas haviam aglutinado, em torno de si, os principais expoentes da burguesia brasileira e

significativos setores da sociedade, além de disporem de maior apoio militar (inclusive externo, comprovado pela operação *Brother Sam*, realizada pelo governo estadunidense).

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. [...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. (*O Globo*, 02/04/1964, p. 1).

Julgando inútil qualquer resistência, Goulart exilou-se no Uruguai em abril de 1964; acabava a primeira experiência democrática (ainda que com ressalvas) duradoura da história brasileira. Para os vencedores, no entanto, abria-se um novo tempo, que possibilitaria o enriquecimento de alguns e a formação de conglomerados empresariais, que ainda perduram em pleno século XXI – mas isto é outra história.

Fontes e referências bibliográficas

A) FONTES CONSULTADAS

CPDOC
DIEESE
GEDM/UFRJ
IBGE
O Globo

B) BIBLIOGRAFIA

- MANIFESTO DOS MINISTROS MILITARES. *Manifesto dos Ministros Militares contra a posse de João Goulart na Presidência da República quando da renúncia de Jânio Quadros*. 30 de agosto de 1961. Disponível em <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/4.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2014.
- JOÃO GOULART. Discurso do presidente no Comício da Central de 13 de março de 1964. Disponível em <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/33.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2014.
- O GLOBO. “*Marcha da família, com deus, pela liberdade*”. Rio de Janeiro, 28 de março de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/41.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2014.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *O grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo*. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. 2ª ed., comentada. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 14ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2010

Cálice: as ações da censura à Música Popular Brasileira através da obra de Chico Buarque de Hollanda*

CAROLINA MARY MEDEIROS**

As ações da censura à MPB

O que será que será

O que não tem governo nem nunca terá

O que não tem vergonha nem nunca terá

O que não juízo

(trechos de *A Flor da Terra*, canção de Chico Buarque).

Em meio a ritmos, tons, notas musicais, e letras para compor suas músicas, o compositor que tentava fazer sua arte no período da ditadura militar brasileira, iniciada com o golpe de 30 de março de 1964, tinha outras preocupações. Suas canções, para que fossem gravadas, tinham que passar pela censura dura dos militares. As letras das músicas, diferentemente dos livros, estavam submetidas a uma censura prévia pela Polícia Federal. E é nessa relação, podíamos dizer bélica, entre censura e Música Popular Brasileira que se insere esse artigo.

O que se pretende aqui é discutir as ações da censura sobre as letras de música no período da ditadura militar iniciada em 1964. A ideia central é buscar compreender como estas ações eram feitas e de

* Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado em sociologia do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ.

** Professora do Departamento de História do Colégio Pedro II. Graduada em História pela UFRJ. Mestre em Ciências Sociais pela UERJ. Pesquisadora do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades/Colégio Pedro II (NUTH).

que forma elas interferem na produção musical do período. Para isso, assim como na dissertação de mestrado, busquei compreender este processo através da obra musical de Chico Buarque de Hollanda, no período dos anos 60 e 70. Claro que no trabalho de mestrado foi possível desenvolver melhor as diferentes formas de inserção da censura às canções no período. Foi ainda possível verificar que as ações da censura acabam por modificar bastante a produção musical do compositor. Num trabalho metucioso de vetar palavras, expressões ou versos, a censura acaba por agir como uma espécie de coautora forçada na elaboração das letras de música – sem falar na própria modificação que de certa forma a censura costura dentro do próprio campo musical no período. Chico Buarque, por exemplo, passou do cronista social e gênero preferido das senhoras da classe média urbana brasileira, no início de sua carreira com *A banda* ou *Pedro pedreiro*, para um compositor que utilizava sua arte na luta política contra a ditadura militar. Pode-se verificar o quanto a censura acaba fazendo parte desta trajetória do compositor no campo musical.

Porém, foi sem dúvida, o conceito de coautoria, ainda que forçada, apresentado pelo trabalho de mestrado, que acabou por gerar maior polêmica. Como polêmica está longe de ser o maior temor do ofício de qualquer pesquisador que se disponha a pensar a arte na ditadura militar do Brasil, busco analisar neste artigo a defesa do conceito de coautoria e produtividade da censura no Brasil.

Antes de uma análise específica das ações da censura à música popular brasileira e de sua dimensão produtiva é importante estabelecer o conceito de censura e, claro, compreender a censura estabelecida durante o período militar a partir dos anos 1960. O histórico de ações de repressão e censura no Brasil é bastante longo. As produções intelectuais e artísticas sempre foram motivos de vigilância no país. Instrumentos reguladores como lei de imprensa e classificação etária são constantes no cotidiano brasileiro. Não só como instrumentos impostos pelo Estado, mas instituições legitimadas por setores significativos da sociedade brasileira que consideram o ato de vigiar o que é dito em livros, jornais, teatro, música e cinema como atos normais e necessários.

A ditadura militar estabelecida nos anos 1960, portanto não criou mecanismo de censura, mas os adequou aos seus interesses. Em 14 de março de 1967 entrava em vigor um conjunto de dispositivos de legais reunidos na Lei n. 5.250. Estes dispositivos ficaram conhecidos como Lei de Imprensa e esta foi a primeira regulamentação de censura estabelecida pelo regime. A censura à imprensa, objeto de numerosos estudos,* se estabelecia como uma censura prévia aos textos, sobretudo, de jornais e revistas. Aliás, é válido lembrar que a censura prévia era uma atividade legal do Estado desde a Constituição de 1934, que introduziu, no sistema jurídico, a censura prévia aos espetáculos de diversões públicas. A constituição de 1937 aumentou a área de atuação da censura para a radiodifusão, o que foi ratificado pela constituição de 1946, pós abertura política com o fim do Estado Novo.

Os anos 1960 e 1970 consolidaram a indústria fonográfica e a televisiva. A música, por exemplo, teve seu período de maior crescimento e junto à televisão marcou presença constante na vida dos habitantes das grandes cidades. Nesse sentido, a produção artística ou de diversões públicas tornava-se uma preocupação ainda maior durante os governos militares. O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) existia desde os anos 1940, mas com caráter regional. Grupos de censores em cada Estado do país eram contratados para análise da produção para “diversões públicas”, ou seja, canções, peças de teatros, filmes para cinema, programas de televisão programação radiofônica e atividades circenses. Nestas análises, a censura em forma de veto ou sugestões para possíveis modificações interferia diretamente na produção. Em 1961, o governo Jânio Quadros através do Decreto 50.518, concedeu aos Estados Federativos o direito de censura, mantendo o caráter regional das ações de censura.

Em 1965, iniciou-se um processo de centralização da atuação censória. Esta tendência foi mantida pelo Decreto n. 43, de 1966, que

* Entre os trabalhos importantes sobre a censura à imprensa, podemos destacar: Kushnir, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 a constituição de 1988*. São Paulo. Bomtempo. 2004. Soares, Gláucio Ary Dillon. *A censura durante o regime autoritário*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 4 n ° 10, 1989.

estabeleceu a exclusividade da união para a execução de censura. Mas foi a partir de 1972 que o SCDP foi transformado em DCDP, ou seja, Divisão de Censura de Diversões Públicas, através do Decreto n. 70.665 (junho de 1972). A criação do DCDP ratificou a tendência de centralização do processo de análise e censura dos produtos de diversões públicas. Desta forma, a produção cultural deveria ser mandada diretamente para este órgão pertencente ao Departamento de Polícia Federal (DPF), com sede em Brasília. No caso das canções e peças de teatro, de acordo com a região, o DCDP redirecionava o produto cultural para os setores regionais que continuaram existindo com o mesmo nome, SCDP (Serviço de Censura de Diversões Públicas). O SCDP cuidava da produção cultural dos Estados sob o comando central de Brasília. No caso das peças de teatro, por exemplo, o texto era censurado pelos censores do DCDP em Brasília, mas eram os técnicos de censura do SCDP Estadual que acompanhavam os ensaios gerais e também davam seus pareceres, podendo ampliar a censura já feita ao texto, ou somente confirmar que, nas apresentações, os vetos foram mantidos. Os censores regionais funcionavam, neste sentido, como responsáveis diretos pela fiscalização da censura, mas sempre subordinados à censura federal.

Com a censura, o Brasil que se queria criar e difundir pelos meios de comunicação era um país cujo regime não se esgota, com um mercado sempre próspero, sem problemas sociais maiores, sem homossexuais nem comunistas. Um país da ordem, sem conflito.

É importante fazer um parêntese sobre a ação dos censores. Em alguns estudos ela aparece como despropositada, aleatória e ignorante, enfatizando erros absurdos e famosos cometidos pelos censores. É famoso o relato de apreensões de livros como *A capital* de Eça de Queiroz no lugar de *O Capital* de Marx. Em outros textos, a censura aparece como meticulosa, centralizada e organizada ao extremo. Censores muito competentes e bem orientados para que nada que interferisse nos preceitos conservadores dos militares passasse. Esta dubiedade é bastante significativa à medida que, apesar de como vimos, os órgãos responsáveis pela censura serem bastante equipados e organizados em hierarquias rígidas como o SCDP, o DCDP e o DOPS, a censura efetivamente

dependia das ações de técnicos de censura que não necessariamente eram graduados para tal atividade, ou e, principalmente, também estavam sujeitos as suas preferências e concepções.

Um grau de subjetividade deve ser visto como pertencente a todo o aparato de repressão. Neste sentido, apesar das tentativas de uniformizar e centralizar a censura a partir do DCDP, os departamentos censores sofriam com grande falta de critérios, já que estavam também sujeitos a impressões pessoais e subjetivismo. Além disso, com o processo cada vez maior de centralização da atividade de censura, os censores regionais estavam também submetidos à forte vigilância da censura central em Brasília. De lá, da censura central, viam listas do que era necessário censurar e também a fiscalização da censura feita em nível estadual. Era a censura da censura. O temor da fiscalização também acabava por gerar excessos.

Odette Martins Lanzziotti foi técnica de censura durante quase toda a década de 1970 e trabalhava especificamente com letra de músicas. Aposentada da Polícia federal desde 1980, a ex-censora de 85 anos contribui para os estudiosos com depoimentos interessantes para pensar nesta dimensão mais subjetiva das ações da censura.

Muitas vezes, a gente reprovava a música, mas se sentia como se estivesse se prostituindo, porque não concordava com aquilo. Mas os censores tinham de ter o máximo de cuidado. Recebíamos muitas orientações que deviam ser seguidas. Quem aprovasse uma música que depois fosse reprovada em Brasília tinha de responder processo interno. Os censores eram saco de pancada. Recebiam ordens e tinham de executá-las. Recebíamos orientações dos chefes. Algumas vezes, a recomendação era prestar mais atenção na política, no duplo sentido. Outras chamavam atenção para a apologia das drogas, para a preservação dos bons costumes. As autoridades tinham supremo cuidado, às vezes até em excesso. (Odette Martins Lanzziotti, *O Estado de S. Paulo*, 30/01/05).

Estes depoimentos esclarecem uma série de fatores interessantes. De algumas canções serem censuradas por técnicos regionais que trabalhavam para o SCDP, a vigilância sobre eles em Brasília através do DCDP era rigorosa. Como dito, em muitos casos o clima de hierarquia e vigilância gerava um excesso de zelo que acabava vetando além do necessário estabelecido pelo próprio regime. Eram comuns também os conflitos entre os órgãos de censura, sobretudo o SCDP de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde a produção cultural era mais intensa e suas relações com o DCDP com sede em Brasília.

Em outro depoimento a censora deixa escapar como a subjetividade também era um fator importante no ato de censurar. Em entrevista ainda para o *Estado de São Paulo*, quando ouvia por telefone trechos dos pareceres que assinou, perguntou ao repórter:

Não tem aí uma música chamada *Dois homens*? Sou louca para encontrar essa música. Era uma letra muito inteligente, bem elaborada, mas eu sentia algo que não podia aprovar. Li de cima para baixo, de baixo para cima e demorei muito a descobrir o que era. Não me lembro dos versos, mas fazia apologia a dois homens juntos. Nunca mais vi esta música. (*Ibid.*).

Em relação ao campo da música especificamente, a política federal foi mais dura, pois era a expressão preferida da juventude, com maior capacidade de reunir essa juventude canalizando força para o movimento político, vide canção de protesto, quebrando o silêncio e a paz dos cemitérios. Dessa forma, maior força de protesto, maior repressão. Como declarou Gilberto Gil em entrevista ao Pasquim de março de 1970, “As aves daqui não gorjeiam como as de lá - mas ainda gorjeiam.”

A abertura de Geisel trouxe à tona, com o afrouxamento da censura, no caso da imprensa, o debate sobre as consequências de uma política de controle rígida dos meios de comunicação, em termos de desenvolvimento social. Um debate sobre a censura em si e suas consequências sociais. Nesse debate, são relevantes os artigos de Gustavo Dahl ao *Opinião* em março de 1975. Diz ele:

Subordinada à área do Ministério da Justiça e vista de um ponto de vista funcional, a competência da cultura é exclusivamente policial. [...] Crescendo no organismo que representa dentro da população a autoridade do Estado, a censura tende a comportar-se dentro dos métodos e normas desse mesmo organismo. Ou seja, a censura proíbe ou corta, baseada na mesma fonte de direito que permite o uso de armas pelos policiais ou fecha com grades as prisões: a meta é a defesa da sociedade como um todo e a repressão aos que estejam fora da lei. (DAHL, 21/03/1975).

É à população como um todo que a censura se dirige. Suas conotações são sociais à medida que atinge a todo um público dos meios de comunicação. Diferente de um assaltante que é preso, pois as consequências referem-se só ao assaltado, ao assaltante e a sua família. A censura produz cultura. Deixa de ser meramente policial quando analisa aquilo que é bom ou ruim para a população,

Não é possível deixar de constatar em suas intervenções uma proposta de comportamento humano, uma filosofia de vida. Esta proposta se manifesta tanto no que é aprovado pela censura quanto no que ela condena, e termina formando um sistema, que é ele mesmo integrante da cultura nacional. [...] Na sociedade atual, a censura sempre presente na criação ou expressão, participa do processo de informação ou da elaboração artística, conjuntamente com o produtor de cultura. (*Ibid.*).

Informação e cultura que demonstram a visão que o governo tem do país. Tal concepção vai ao encontro de nossa ideia sobre a censura como coautora imposta no processo de produção artística. Da mesma forma, sobre como o aspecto produtivo da censura que obriga os autores a consumir essa produção e a produzir segundo estas regras.

A respeitabilidade da obra, dos autores e da tradição de seu trabalho não é suficiente para sobrepor-se aos critérios repressivos. Além disso, o censor não pode se separar de sua condição de brasileiro e, assim sendo, se vê retratado nos filmes, peças e músicas:

No momento em que o censor censura, este cruzamento de função legal com sua subjetividade o leva a censurar a si mesmo. Queira ou não queira, pelo simples fato de ser brasileiro, daquele ser um produtor cultural de seu grupamento social, de sua nação, o filme ou peça ou música que estão sendo censurados são dele também. Há na censura um componente de autoagressão cultural muito forte, justificada pela necessidade de manutenção da ordem. (DAHL, 28/03/1975)

Um fato que a própria censura evidencia é a utilidade social da arte e a importância da arte no período de ditadura. Ou seja, não se censuraria tanto aquilo que não tivesse relevância, os departamentos de censura sabiam o quanto a música era um instrumento importante na luta política do período. Como diz Chico:

Às vezes me passa pela cabeça se a música, mesmo a música de forma mais revolucionária, teria mesmo condições de alterar, em alguma coisa, o processo político. Agora proibem tanto que sou obrigado a acreditar que uma música, uma peça de teatro, um filme, importam, de fato, dentro de um contexto geral. Essa é uma impressão de fora para dentro, causadas pelas proibições. (CHICO BUARQUE, “Eu só podia resistir.” Revista *Veja*, 27/10/1976).

Cabe ressaltar, ainda, que o próprio compositor, o objeto de estudo e outros tantos do período, mesmo produzindo com status e locais diferentes dentro do campo musical, como Gonzaguinha (Luís Gonzaga

Jr.) Tayguara, Milton Nascimento, Jards Macalé, Ivan Lins, Caetano, Gilberto Gil, dentre outros, teve que aprender o jogo da censura para aí sim conseguir produzir em tempos de repressão. Ou seja, para transgredir a ordem é preciso conhecê-la. Seria preciso, pois reconhecer o jogo da censura, entrar nele para poder driblá-lo. Desta forma, se estabelecem os diálogos entre as ações dos censores, sob a imposição dos departamentos de censura, e a produção cultural. É nesse sentido, que o conceito de coautoria de insere. Não que o diálogo ocorra num mesmo sentido. Produtor musical e censores não estão do mesmo lado, não falam a mesma língua e não têm o mesmo objetivo. Mas como o diálogo é imposto e inevitável, a voz produzida pelos censores e departamentos de censura se impõe na coautoria da produção cultural. A canção de Gonzaguinha, *Geraldinos e Arquibaldos* e outra canção de Guilherme Arantes, chamada *Aprendendo a jogar*, nos mostram isso perfeitamente:

*“No campo do adversário é bom lutar com muita calma
procurando pela brecha para poder ganhar” [...]*

“Vivendo e aprendendo a jogar

Nem sempre ganhando

Nem sempre perdendo, mas

Aprendendo a jogar”

As formas de lutas variavam, mas em todas elas... sejam as que primam pela metáfora e sutileza nas letras, como é o caso de Chico, Milton Nascimento, Tayguara, Ivan Lins, sejam as que lutam de forma mais direta como Gonzaguinha é apontado por Alberto Silva (1994), apesar de o próprio compositor notificar na canção *Geraldinos e Arquibaldos* que era preciso mais cautela, seja pela canção marginal de Jards Macalé e Torquato Neto... era preciso reconhecer a obviedade do período, ou seja, vivia-se numa ditadura militar que colocava toda a forma de manifestação artística sob censura e repressão. Era preciso entender o jogo da censura para vencê-la e seguir cantando.

Nesse trecho da entrevista que Chico fez à Revista *Veja* de 1971, fica claro essa ligação de reconhecer a censura e da própria introdução,

extremamente impositiva e forçada, da censura no momento de criação artística. A censura arromba a porta da canção brasileira, não só porque interdita, porque impede e porque cala, mas porque impõe o que tem que ser feito, o que pode ser feito e o que deve ser feito, como uma espécie de coautora imposta à força e aceita pelos autores muito a contragosto. Esse trecho se torna interessante, nesse sentido, porque mostra como a censura passa a atuar diretamente na produção da música. Ou seja, Chico passa a compor tendo em vista o espírito da censura. Diz Chico:

É claro que cheguei à autocensura. Mas, dentro desse limite que já me coloquei, eu acho que ainda tenho campo para fazer o negócio. Esse tipo de música eu tenho feito, que para mim é uma coisa nova, é a razão de eu fazer um disco novo. Elas estão dentro do limite, que, eu acho, no espírito da censura, podem passar. Agora, se eles me fizerem recuar mais, eu paro. Quando eu mando três músicas para a censura e me liberaram uma, essa não me dá vontade de gravar. Não é só o problema de ter que fazer 36 músicas para completar um LP – o que me dá um trabalho. É que vai ficar uma visão mutilada e o que me interessa realmente é mandar o recado inteiro. (CHICO BUARQUE, “De novo na roda viva.” Entrevista dada a Revista *Veja* em 15/09/1971).

No show Phono 73, produzido para divulgar o *cast* MPB da gravadora Phonogram, o microfone de Chico entrou em pane na hora em que ele tentou dizer: “não me deixaram cantar minha música. Não faz mal, faço outras” (CHICO BUARQUE *apud* SILVA, 1994, p. 136). Referia-se à canção *Cálice* composta em parceria com Gil e vetada pela censura. A perseguição a Chico foi implacável e se tornou antológica na história da resistência à ditadura militar. Analisaremos algumas destas ações da censura à obra de Chico, bem como suas principais táticas para driblá-las.

Cabe aqui, portanto, a questão: as ações da censura às canções de Chico Buarque formariam uma coautoria? Para tentar pensar sobre esta possibilidade de conceito, teremos como foco principal algumas táticas usadas por Chico Buarque para driblar a censura. Já que é também no campo das táticas que devemos inserir compositores que, como Chico Buarque, viviam sob as ordens, por vezes bastante arbitrárias, da censura. É claro que, a partir destas ações táticas, fica evidente a produção das ações de censura como coautora na produção musical. Ou seja, ao se debruçar sobre as táticas utilizadas por Chico, é também compreendê-las como uma ação direta da intervenção dos censores: sua dimensão produtiva de coautoria forçada. Vejamos como este jogo da elaboração das canções se dava.

A censura à obra de Chico Buarque, principalmente no início da década de 70, seguiu uma perseguição implacável. Não importava muito o que ele fizesse, só seu nome como autor já levava os censores a analisarem as músicas, que eram submetidas à censura prévia, com mais rigor. Havia esquemas duríssimos de censura, e uma espécie de censura da censura que fazia com que os censores, por medo, pecassem por excesso, pois eram extremamente vigiados.

Das táticas, surgiu Julinho da Adelaide, pseudônimo inventado por Chico Buarque para que suas músicas passassem pela censura. Seu nome já estava muito “marcado” pelos censores. Surge então a ideia do pseudônimo para despistar a censura. Até ser descoberta a farsa em 1975, por uma reportagem no Jornal do Brasil, Julinho da Adelaide chegou a compor três canções: *Milagre Brasileiro*, *Acorda Amor* e *Jorge Maravilha*. Muito elogiado pela crítica, Julinho da Adelaide surgiu como revelação em meio à “crise de fertilidade” pela qual passavam os compositores da época. Óbvio que não havia crise nenhuma, ou melhor, a crise era de outra ordem. Chico explica sua farsa em depoimento à Rádio Jornal do Brasil em maio de 1990:

Bom, é evidente que você, uma vez proibido, ficava marcado. Eu e outros autores. Quem tinha uma ou outra música proibida ficava numa espécie de índice da Censura. Então uma música que chegava com o

meu nome chamava a atenção. E eu comecei a sofrer cortes bastante arbitrários. [...]

Enfim, e aí eu senti que a barra tava pesada e falei: “Vamos Experimentar com outro nome que pode ser que melhora”. E realmente melhorou. Quer dizer, as primeiras duas músicas que eu mandei, ou três, as músicas que eu assinava Julinho da Adelaide, elas passaram. Se fosse com o meu nome, provavelmente não passariam, né? Foi um artifício que funcionou durante um tempo... Depois ficou meio marcado porque só eu gravava esse tal de Julinho da Adelaide. Começou a correr a suspeita de que o Julinho da Adelaide seria um pseudônimo, até que o Jornal do Brasil divulgou a verdade, que o Julinho da Adelaide era um pseudônimo. (CHICO BUARQUE. *Semana Chico Buarque*. Rádio Jornal do Brasil, 14-20/05/90, apud SILVA, 1994, p. 131-132).

Chico fala à Rádio Jornal do Brasil de 17 de maio de 1990 sobre Julinho de Adelaide como uma tentativa, um artifício de burlar a censura. O alter-ego de Chico ganhava espaço na mídia, dava entrevista e era admirado por sua semelhança com a obra de Chico. A *Veja* de 21/08/1974 fala do compositor originário da Rocinha, como uma opção aos cantores e compositores que estavam passando por uma crise de infertilidade e falta de imaginação. Como sabemos, ao contrário do que se pensava, a censura impunha a necessidade de uma fertilidade e criatividade enormes para burlá-la. “Ao ponto de o próprio Chico, acuado por uma terrível síndrome de infertilidade, estar sendo obrigado, pela primeira vez em sua carreira, a recorrer a trabalhos de outros autores” (CHICO BUARQUE, Estilos Irmãos. Revista *Veja* 21/08/1974).

Na talvez única entrevista de Julinho da Adelaide, para os entrevistadores Mário Prata e Melchíades Cunha Jr., da *Última Hora*, em setembro de 1974, o pseudônimo contava sobre sua história de menino pobre e criativo que não podia se deixar fotografar devido a uma grave cicatriz em seu rosto. Irônico, Julinho não criticava as ações

da censura e falava sobre uma tática inventada por ele para agradar aos censores. Era o samba-duplex. Em suas palavras:

São sambas que você pode mudar, entende? Ele é duplex quando eu componho. Quando chega nos canais competentes, o samba assume uma das duas versões. Se eu pudesse, eu faria samba duplex de um lado e outro. Tem que agradar gregos e troianos. Então eu tenho que fazer em primeiro lugar para gregos e troianos, depois vai ver se o censor é grego ou é troiano e vê o quê que ele acha bom. Porque muitas vezes eu não sei mesmo se devo falar a favor ou contra a meningite. Eu sou contra a meningite, mas eu devo dizer que a meningite está brava aqui em São Paulo, porque é um fato que parece que é real, ou devo dizer que a meningite não está brava aqui em São Paulo? Então eu faço samba duplex. (JULINHO DA ADELAI-DE. *Jornal Última Hora* em setembro de 1974. Entrevistadores: Mario Prata, Melchíades Cunha Jr.).

A necessidade de criar táticas de sobrevivência para sua música exige, pois, maior criatividade. O compositor Chico Buarque, em entrevista à revista *Veja*, fala sobre como a censura prejudica seu trabalho, analisando toda a dimensão negativa. Apesar da ênfase neste artigo seja compreender a dimensão produtiva da censura, ou seja, os discursos e as modificações que suas ações acabam produzindo, ainda que forçosamente, é importante ressaltar que em nenhum momento nega-se sua dimensão de negatividade, de silenciamento. Na visão de Chico, não há nada de benéfico na censura, nem mesmo um suposto desenvolvimento da canção como parte do público costuma apontar.

Aqui, Chico desabafa sobre um senso comum que acredita ter sido o período da censura o mais fértil para a canção brasileira como se a censura, mesmo que por vias tortas, forçasse os compositores a sofisticarem suas canções como forma tática para driblá-la. Chico dá como exemplo, ainda, o LP *Chico Canta*, com as canções da peça

Calabar, em que a até o nome estava proibido de ser dito ou divulgado e por isso o nome do disco teve de ser alterado, pois se não fosse a censura, se chamaria *Chico Canta Calabar*.

Não se trata de estabelecer um juízo de valor para a censura como se sua dimensão produtiva fosse benéfica para o campo musical. Acredito que a contribuição do trabalho esteja no sentido de analisar esta dimensão produtiva, sem diminuir a negatividade de suas ações ou estabelecer como esta produtividade das ações de censura como benéficas às artes. A intenção é verificar as consequências de suas intervenções. Em alguns casos, como em *Calabar*, as consequências foram menos lucrativas; por outro lado, são inegáveis como algumas das modificações geraram ganhos de capitais econômicos e simbólicos produzidos pela censura.

Outro ponto complicado nas declarações do compositor, como veremos, é a compreensão de que a MPB seria a única possibilidade existente no campo musical e não perceber suas formas de renovação. É importante compreender a amplitude do campo musical que começava a ocorrer nos anos 1960 e 1970 e que hoje toma dimensões ainda maiores, e as formas de renovação deste campo dentro do campo maior que é a MPB que hoje também se amplia inclusive como conceito. São declarações possíveis, seguramente, no calor dos anos 1970 e sob forte pressão da repressão.

Os momentos de perplexidade, quando bem digeridos, só podem conduzir à ação. Nada daquela história de coitadinho. Nem de dizer que artista censurado é artista promovido. [...] Com a proibição da peça, o título diminuiu. A capa também, censurada ficou toda branca. E o *Chico Canta* do título cantava o quê? Muito pouca coisa, apenas algumas letras ou pedaços de letras permitidos pelos censores. Pensa que isso gerou promoção? Foi o disco que menos vendeu. Censura não rende nada, nem divulgação.

Eu me sinto um indivíduo vigiado e por isso mesmo marginal. Não é que me tratem mal, mas é uma rotina

a qual eu nunca vou me acostumar, mas que já assimilei como sendo parte integrante da minha vida, desde que resolvi viver nesse país [...] Isso perturba minha vida particular e minha atividade de criação. O resultado é um medo, exagerado até, de todos os lados, e o que se vê é que pouquíssima coisa aconteceu na música, que é o meu campo, nas gerações que vieram depois de mim. Minha geração é a de Gil, Caetano, Edu e mais uns dez de depois da bossa-nova. Depois disso, pouca coisa aconteceu e a tendência é virar um Portugal, é cada vez acontecer menos coisas. E isso não é só na música, mas em toda a cultura. [...] Não há mais a possibilidade de reunião, de trocar ideias, de criação coletiva ou qualquer tipo de movimento mais produtivo e fecundo. (CHICO BUARQUE. “Eu só podia resistir.” Revista *Veja*, 27/10/1976).

A canção *Acorda Amor*, escrita por Julinho da Adelaide, foi gravada por Chico no LP *Sinal fechado* (1974). Cabe aqui uma nota sobre esse LP, que para nossa pesquisa é bastante interessante, já que demonstra outro tipo de tática desenvolvida pelos compositores e artistas em geral que sofriam com a censura. No LP Chico grava somente canções de outros autores, já que suas canções, a essa altura, já não passavam só pelo fato de terem sido escritas por ele. Não era mais a canção ou seu conteúdo, mas Chico se tornara um autor marcado pela censura, entrando, então, na lista negra da ditadura.

As canções de Chico não passavam pela censura, isso se torna claro nesse disco, onde Chico interpreta outros compositores. Todas as músicas, com exceção de *Acorda amor*, são de outros compositores. As análises de Alberto Silva (1994) são relevantes para elucidar essa questão. Tais análises seguem caminho da invenção da tradição dentro da MPB, ou seja, nos períodos mais duros, recorre-se a autores antigos da MPB e através deles fala-se aquilo que se queria dizer, mas foi calado pela censura e nem adiantaria tentar, pois seria inevitavelmente censurado. Recorre-se, então, ou a músicas de compositores da época

como Caetano e Gil que já tivessem passado pela censura, ou a compositores consagrados e já mortos, que obviamente não podem ser censurados.

Cabe ressaltar que tal tática, recorrer à tradição, expõe o caráter polissêmico das canções, ou seja, assim como as formas de apropriações são diversas, elas dependem também do contexto histórico em que foram usadas, porque fazem parte dele, ou melhor, porque também o constrói. Dessa forma, pouco importa se a canção fora escrita na década de 1920, por exemplo, e tinha outros fins no período, o que importa é como ela é usada hoje e que tipo de interpretações pode gerar a partir desse novo contexto. Esse é o caso da música *Filosofia*, que é de Noel Rosa, mas talvez fosse tudo o que Chico gostaria de dizer, na situação que passava em 1974, um dos anos mais duros da censura de Médici. Nessa canção, o mundo condena Chico Buarque, a ditadura o condena, o reprime, e a sociedade se mostra hostil.

É relevante, ainda, analisar a Capa do LP. Esta sim também é um objeto de análise no mundo da indústria cultural. É um objeto cultural e artístico com certa relevância para o mercado. A preocupação com a estética, com a materialidade do LP começa a despontar neste momento. Em *Sinal Fechado*, como um tabuleiro de xadrez, a capa é cortada por linhas brancas em pequenos quadrados e em vários deles há o rosto de Chico, ora cantando feliz, sorridente, ora com uma expressão agressiva, como se tivesse gritando. E entre esses pequenos rostos, há um rosto maior de Chico cantando sorridente. Lembremos que o nome do LP é “Sinal Fechado”, ou seja, quando o sinal está fechado, e tudo é calado, Chico grita bravamente e canta feliz. É esse o desejo em tempos de profunda repressão, gritar para todos ouvirem o que se tem a dizer. Apesar de tudo, Chico grita.

Poderíamos interpretar dessa forma, não? Forma de análise bastante plausível ao público de Chico Buarque, estudantes, classe média urbana, intelectuais, universitários e que, certamente passavam pela mesma angústia da qual padecia o compositor censurado. Esse público, a quem as mensagens, que chegavam por meio de táticas, pelas brechas, nas entrelinhas, nas capas de discos, se dirigiam, poderia

certamente fazer tal tipo de análise. Não é, seguramente, a única forma de consumo ou interpretação, mas uma possibilidade.

Voltando à questão da canção *Acorda amor*, também presente no disco tendo como compositores Julinho da Adelaide e seu irmão Leonel Paiva, ambos pseudônimos, como vimos, criados por Chico. *Acorda amor*, se fosse para os departamentos da censura tendo Chico como compositor, certamente não passaria. Primeiro porque Chico já estava marcado pela censura, suas músicas eram passadas a pente fino, e depois, porque a intenção da música parece bastante clara. Conta a história de um homem que teve seu apartamento invadido pela polícia, fato que Chico vivenciou em 1968. No início da música há sons de sirenes de viaturas policiais, evidenciando que “os homens”, da ditadura estavam chegando e que eram tempos de se ter muito cuidado. Tempos em que as pessoas eram arrancadas de suas casas (já que o AI5 permitia tal absurdo) e sumiam, muitas vezes para não mais voltar.

Algumas músicas eram censuradas totalmente como foi o caso de *Tanto Mar*, feita em 1976, com letra vetada pela censura tendo gravação editada apenas em Portugal e versão instrumental no LP de 1975 de Chico Buarque e Maria Bethânia (gravado ao vivo em show no Canecão em Junho de 75), e *Cálice*, composta com Gilberto Gil em 1973. Mesmo vetada, Chico colocou a música *Cálice* na lista de um de seus shows e mandou tal lista para a censura. Taticamente, modificou o nome da música para *Pai*, já que havia sempre a possibilidade de passar por despercebido pelo funcionário. A música não passou.

Em *Tanto Mar*, que foi composta e gravada em 1975 no LP gravado ao vivo em show feito com Maria Bethânia (somente a versão instrumental, já que a letra estava censurada), Chico fazia referência à Revolução dos Cravos, que derrubou o governo salazarista, também ditatorial, do poder. Cá, ainda carentes, precisávamos urgentemente destes ventos revolucionários com “cheirinho de alecrim”. O censor responsável para liberar a canção para o show era Augusto da Costa, ex-zagueiro da seleção de 1950, quando o Brasil perdeu a copa para o Uruguai, em 16 de julho. Chico ainda conseguia manter o humor : “Porra, Augusto, você perde a Copa e ainda vem me aporrinhar?” (Sobre

a canção *Tanto Mar* ver o site de Chico Buarque, www.chicobuarque.com.br)

Dessa forma, Chico não deixava de gravar as canções. Mesmo que as letras tivessem sido censuradas por inteiro, a melodia seria gravada. Assim, o compositor evidenciava para seu público que aquela canção havia sido censurada. Evidenciava a censura. Que motivos, além da censura, faria um conceituado letrista gravar em seu LP somente o instrumental da música?

Cálice merece atenção. Nela é explorado de forma magistral todo o dilema pelo qual passava a juventude frente a um governo ditatorial asfixiante. Juventude que já lançava “o grito desumano”, quem sabe a luta armada, por ser “uma maneira de ser escutado”. Uma juventude que não queria pegar em armas, mas que pegou, nem muito menos sofrer tanta violência, que como Cristo, o que talvez fosse sua última tentação, pediam para afastar esse cálice de dor e violência. Mas o cálice, em seu duplo sentido, o cálice de Cristo e o imperativo da censura “Cale-se”, a cruz, a tortura e o enfrentamento a toda a opressão se mostravam inevitáveis.

No Estado autoritário temos a repressão e a censura ao corpo. A censura, as prisões, torturas... tenta-se, desesperadamente, aprisionar o corpo, com o intuito de calar a mente. Mas como mesmo diz Chico na letra de *Cálice*: “mesmo calada a boca resta o peito” e “mesmo calado o peito resta a cuca”. Estes versos soam como um aviso à repressão. Não adianta reprimir o corpo, continuaremos lutando, o quanto for possível, onde for possível e da maneira que for possível. Foucault trata dessa mudança ou desenvolvimento estratégico normal de uma luta, onde antes se aprisionava o corpo, mas como restava sempre algo como nos mostra Chico, passou-se então a usar o corpo aprisionando a mente. Da repressão para a vigilância.

O poder passa investir no corpo e o domínio e consciência dele. Obstinação, a censura reprime o corpo de sua ação livre. O efeito que é produzido é a reivindicação do corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade. Ou seja, A revolta do corpo como contra-efeito desse investimento do poder sobre ele. Por fim, o corpo aprisionado lança chamadas de desespero por

liberdade, querendo “inventar seu próprio pecado” e “morrer do seu próprio veneno”. Atentando ainda para o fato de que “talvez o mundo não seja pequeno, nem seja a vida um fato consumado”, ou seja, pode-se mudar o que não está consumado.

Um pouco antes de *Cálice*, composta em 1973, em 1970, Chico Buarque havia composto a música *Apesar de você*, em que se referia ao então presidente Médici. A censura não entendeu a sutileza das críticas ao ditador, o “você” da letra, e permitiu sua gravação. O fato evidencia, mais uma vez, as falhas inevitáveis na relação cotidiana entre censores e a produção cultural. Não sendo um todo homogêneo ou reflexo direto dos objetivos repressores dos militares, as ações dos censores estavam sujeitas à subjetividade inerente ao trabalho e às brechas do cotidiano. Rapidamente a então gravadora do compositor, Polygram, produziu um compacto com as músicas *Apesar de você* e *Samba de Orly*. Um mês depois, com mais de cem mil cópias vendidas, o disco foi proibido e recolhido da gravadora. Só então entenderam as críticas, mas já era tarde. Essa música é outro brado de esperança aos que, como ele, lutavam contra a ditadura. “Hoje você é quem manda”, o silêncio nos cala, só há pecados, mas não há perdão nem anistia, mas “amanhã há de ser outro dia” e, esteja certo, “esse dia há de vir antes do que você pensa”.

Referências bibliográficas

A) LIVROS

BAHIANA, Ana Maria. *Nada será como antes: a MPB nos anos 70*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 a constituição de 1988*. São Paulo. Bomtempo. 2004.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A censura durante o regime autoritário*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 4 n ° 10, 1989.

B) PUBLICAÇÕES EM JORNAIS E REVISTAS

Odette Martins Lanzotti. “*Era como se a gente estivesse se prostituindo, diz ex-censura.*” O Estado de São Paulo, 10/01/2005.

DAHL, Gustavo. *Censura e Cultura (I)*. Opinião de 21/03/1975

_____. 28/03/1975 - *Censura e Cultura (II)*.

“*Eu só podia resistir.*” Revista Veja de 27/10/1976.

“*De novo na roda viva.*”. Entrevista dada a Revista Veja em 15/09/1971.

Semana Chico Buarque. Rádio Jornal do Brasil, 14-20/05/90. In: Silva, Alberto. op cit. p.131/132. O documento transcrito foi ao ar em 17/05/90.

Estilos Irmãos. Revista Veja 21/08/1974

Entrevista para o Jornal Última Hora em setembro de 1974.
entrevistadores: Mario Prata, Melchíades Cunha Jr.

Interpretações sobre 64: um balanço bibliográfico para o professor*

LEONARDO BRITO**

O texto em questão tem como propósito apresentar ao professor as linhas gerais do debate historiográfico sobre o golpe civil (empresarial) militar de 1964. Entendendo a sala de aula como um espaço, por excelência, da construção do conhecimento e saber históricos, defendemos a hipótese de que, de forma didatizada, é possível e necessário trabalharmos com nossos alunos da educação básica a forma como os historiadores, professores, jornalistas e demais estudiosos do passado constroem as narrativas sobre eventos e processos históricos da realidade social. Na História republicana brasileira, 1964 ocupa papel de destaque, erigido inclusive a tema “sensível” para a sala de aula do professor da educação básica.

Nas pesquisas acadêmicas propriamente ditas, a crise que culminou com o início da ditadura civil militar é objeto de uma profusão de análises. Podemos afirmar com toda certeza que o golpe de 1964 é um dos temas mais caros dos estudiosos que se debruçam sobre a realidade social brasileira na segunda metade do século XX. Foram análises que trilharam diversos caminhos para explicar a conjuntura política do país no início dos anos 1960.

Devido à miríade de possibilidades de análise e leituras sobre o golpe, buscaremos nestas breves notas remontar algumas das teses explicativas mais correntes sobre a crise que culminou com a ruptura

* Uma versão ampliada deste artigo foi originalmente publicada na 2ª edição do livro *O Golpe Começou em Washington* do jornalista Edmar Morel. Jundiaí. Paco Editorial. 2014.

** Professor efetivo do Departamento de História do Colégio Pedro II (RJ), Mestre em História Política pela UERJ e Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

da legalidade democrática naquele conturbado contexto da história republicana brasileira. Compreendemos que as principais “linhas de força” para compreensão daquela conjuntura podem ser agrupadas, em linhas muito gerais, em três grandes correntes: as teorizações da ciência política, as análises de corte marxista e valorização do papel dos militares.¹ De forma mais isolada, mas não menos importante, merece grifo a ampla análise histórica oferecida pelo cientista político radicado na Alemanha, Luiz Alberto Moniz Bandeira, sobre as lutas sociais no Governo João Goulart, trabalho considerado desde fins da década de 1970 lapidar para compreensão da complexa dinâmica histórica que perpassou o curto período circunscrito entre a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, e a deposição de Jango em março de 1964 (BANDEIRA, 2001). Nosso propósito aqui é fazer uma espécie painel de exposição das principais linhas de força explicativas sobre o colapso do período liberal-democrático pós Estado Novo. Ao professor, em sala de aula, cabe apontar ao aluno a historicidade do conhecimento e das interpretações históricas. Olhar o passado é também produto de um devir histórico, social, necessariamente ideológico.

Pela grande diversidade de textos e publicações seria impossível analisar *in totum* aqui, em poucas páginas, os trabalhos das referidas correntes explicativas acerca do golpe de 1964. Sendo assim, recorreremos a uma estratégia de escolha das obras que, ao nosso ver, foram os mais relevantes de cada uma dessas linhas de explicação.

E, por último, buscaremos situar algumas das mais recentes publicações sobre o golpe militar, lançando comentários críticos sobre a produção historiográfica mais recente no Brasil sobre a temática.

1 FICO, 2004. Artigo publicado no contexto do aniversário dos 40 anos do golpe militar. Neste texto, concordamos com a organização feita pelo historiador Carlos Fico sobre as principais linhas explicativas acerca de 1964. Divergimos, no entanto, da inclinação mostrada pelo referido autor em qualificar, as análises marxistas sobre o fenômeno, de deterministas.

1. A exaltação do “aspecto político”: as teorizações da Ciência Política weberiana

O esforço primeiro, no campo da ciência política, acerca do papel dos militares na ruptura institucional observada em 1964 foi a análise do pesquisador norte-americano Alfred Stepan, apresentada nos EUA em 1969 (STEPAN, 1975). Neste importante estudo sobre atuação política das forças armadas na sociedade Brasileira, Stepan afirma que os militares não devem ser pensados como agentes autônomos da realidade, mas como parte integrante de um sistema maior. O enfoque de sua análise parte da premissa que “considera os militares como um subsistema do sistema político global” (*Ibid.*, p. 9). Partindo de um paradigma teórico liberal e profundamente influenciado pelas premissas teóricas do sociólogo alemão Max Weber, Stepan compreende a sociedade civil de forma fragmentada. “Sistemas e subsistemas” que formariam um todo coerente, no qual, especificamente os militares tiveram no decorrer da história brasileira um papel político “moderador”, em especial no período anterior a 1964. Neste sentido, “neste padrão moderador que existiu entre militares e civis, tal como existiu até 1964, os militares se colocaram muitas vezes acima do Executivo sem, todavia, assumir o poder de fato” (*Id. ibid.*). A atuação dos militares diante contextos de crise e instabilidade política, segundo Stepan, estaria absolutamente associada à movimentação política dos segmentos civis.

A singularidade da crise de 1964, para Stepan, estaria precisamente na capacidade que teve de transformar o mencionado “padrão moderador” de relacionamento entre militares e civis na política brasileira. Havia a percepção de que os civis estavam falhando, bem como a sensação difusa nos meios militares do temor da quebra da hierarquia e disciplina suposto passo inicial para a dissolução as próprias Forças Armadas (FICO, 2004, p. 42). Da mesma forma, ainda no curso da reflexão de Stepan, havia um sentimento cada vez maior, entre os oficiais das três forças, de rejeição dos limites tradicionais à ação militar. De forma mais específica, na oficialidade brasileira

ganhava corpo uma avaliação de que, naquele contexto de crise alguns *atores políticos* importantes, tanto civis quanto militares, eram tão corruptos ou simpáticos ao comunismo que se tornavam participantes ilegítimos do sistema e tinham que ser removidos de alguma forma (STEPAN, 1975, p. 124). Paralelamente, crescia também a sensação, nestes círculos militares, de que os sistemas políticos e econômicos estavam tão profundamente conturbados que exigiam por si só uma mudança radical. Essa ação política “saneadora” da oficialidade militar observada por Stepan o conduz a qualificar o golpe ocorrido em março de 1964 como uma “Revolução”. Expressão esta, diga-se de passagem, com a qual o autor tem deliberada concordância, qualificando-a inclusive como uma “ação preventiva” diante das opções políticas adotadas por João Goulart, a partir do Comício das Reformas de Base, realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março daquele ano. O cientista político norte-americano foi enfático ao afirmar que:

Em meados de 1964, Goulart decidiu solucionar a crise política tentando fazer a balança do poder pender a seu favor. Esta decisão iria alterar profundamente o futuro a política brasileira. É legítimo, portanto, analisar sua ação como uma estratégia e como Goulart foi deposto apenas três semanas mais tarde [...] um relato gradativo da crise mostrará que ela evoluiu para a solução [golpista].² (*Ibid.*, p. 140)

As fragilidades da tese de Stepan, a nosso ver, derivam em parte de sua inclinação simpática à atuação dos militares no quadro político, em especial no que tange à conjuntura de crise observada naquele período. Não é irrelevante mencionar as referências elogiosas feitas por ele a alguns de seus interlocutores no período em que esteve estudando no Brasil. O expresso agradecimento feito ao coronel Vernon

2 Um relato detalhado da “estratégia” de Goulart é feito por Stepan no capítulo 9 “A Tomada do poder- A revolução de 1964”, do referido livro.

Walters, adido militar na Embaixada brasileira no Rio de Janeiro e homem forte da CIA (*Central Intelligence Agency*),³ revela ao leitor de sua tese uma parte do círculo de figuras políticas as quais Stepan teve acesso. De uma certa maneira, infere-se da análise do autor uma clara disposição de entender a ação interventora dos militares em 1964 como necessária naquele contexto de crise. Uma ação saneadora das relações entre civis e militares, onde os militares agora se sentiriam qualificados a ocupar as posições de poder. Esta seria a “mudança de padrão” tal qual apontada por Stepan. Se até 1964 cabia à oficialidade militar apenas uma ação moderadora, após a “revolução”, quadros desta mesma oficialidade egressos das fileiras da Escola Superior de Guerra tinham condições de ocupar as posições de poder no Estado brasileiro.

Além disso, a ideia de que os militares representam um “subsistema” dentro de um sistema político global maior parece mecânica e estática e contribui muito pouco para compreender a dinâmica das relações sociais que perpassam necessariamente os conflitos políticos. A ideia de “padrão moderador” de atuação militar também é exposta de forma estática, na lógica do modelo proposto pelo autor, sem fazer uma necessária historicidade do que ele chama de “padrão moderador” atribuído aos militares. Ainda, a heterogeneidade dos posicionamentos políticos no seio a oficialidade militar é mostrada de forma muito superficial. “Embora ele faça a distinção entre grupos que propõe que sejam chamados de ‘internacionalistas liberais’ (moderados) e ‘nacionalistas autoritários’ (duros), tal tipologia não parece ter muita importância para a sua tese de ‘mudança de padrão’ do papel dos militares” (FICO, 2004, p. 43). Fica pouco precisa, na leitura da tese de Stepan, a relação entre mudança de padrão e a atuação política dos dois grupos mencionados. Há de se reconhecer, no entanto, que Stepan contribui com sua tese para o estudo dos militares na política brasileira, em especial no contexto que culminou com o golpe de 1964. A despeito da “politologia” proposta pela ciência política à qual Alfred Stepan se

3 Próximo ao então general Humberto Alencar Castello Branco, o coronel Vernon Walters foi um dos principais agentes diplomáticos norte-americanos articuladores da conspiração que derrubou Jango.

filia, onde a política é entendida de forma dissociada do restante da realidade social, *Os militares na política: as mudanças de padrão na política brasileira* apresenta um bom quadro de fontes documentais utilizados pelo autor ao longo de seus cinco anos de pesquisa no Brasil.

O estudo do também cientista político Wanderley Guilherme dos Santos é básico na elaboração desse modelo teórico explicativo “politológico-liberal” para a crise que culminou com o Golpe. O livro *Cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira* escrito originalmente como tese de doutorado em 1979, na Universidade de Stanford (EUA), é uma espécie de tentativa de responder às insuficiências e “ilações generalizadas” do modelo clássico de análise da realidade brasileira. Mas que modelo clássico é esse? O autor, de início, é parcimonioso em relação ao alvo de suas críticas. No entanto, ao longo do texto, Santos evidencia sua crítica ao modelo explicativo estruturalista cepalino⁴ de análise, em especial as interpretações do economista Celso Furtado⁵ que, segundo ele, não tratam de forma adequada a relação entre as “variáveis macroeconômicas e sociais” aos elementos políticos da crise que conduziu à ruptura institucional. Para Santos, falta ao “modelo consagrado de análise” (a forma como qualifica as análises de Furtado) a introdução de “variáveis políticas específicas” e que seriam capazes de fornecer uma explicação mais precisa acerca do que de chama de natureza iminentemente política da crise. A objeção

4 CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) criada em fins dos anos 1940 em Santiago do Chile, contava com a participação efetiva do economista Brasileiro Celso Furtado. A CEPAL é responsável pela fundação do pensamento econômico estruturalista latino-americano”.

5 Especificamente o trabalho de Furtado citado por Wanderley Guilherme dos Santos é o *Political Obstacles to the Economic Development of Brazil*, publicado em 1978. O que Santos chama de “modelo consagrado” a interpretação que se assenta na ideia de desenvolvimento explicitada por Furtado para compreender as contradições da realidade brasileira do pós 1930. De forma bastante geral, Furtado entende que “os conflitos entre as massas urbanas, sem organização definida e sob liderança populista, e a antiga estrutura de poder que controla o Estado brasileiro provocaria o cisma fundamental que levou ao funcionamento inadequado das instituições de governo”. FURTADO, *apud* SANTOS, 2003, p. 174.

central de Santos ao modelo geral de matriz cepalina relaciona-se ao que ele qualifica como “ilações mecanicistas extraídas de como variáveis econômicas e sociais afetam o sistema político” (SANTOS, 2003, p. 177). Haveria a necessidade de se compreender as “variáveis políticas intervenientes” que, segundo o cientista político, seriam fundamentais para a explicação da crise do período (1961-63). O ponto alto da noção “autonomizada” que Santos tem da política em relação aos demais aspectos da realidade histórico-social está na afirmação de que “a dinâmica da competição política interpartidária e de facções dentro dos partidos não representa um balé metafórico daquilo que ocorre na economia” (*Id. ibid.*). O esforço para negar o suposto determinismo da descrição do desenvolvimento brasileiro tal como proposta por Furtado, leva ao autor ao exercício teórico politológico de clivar a política da totalidade histórico-social.

A hipótese geral de Wanderley Guilherme dos Santos para explicar a crise do governo João Goulart está situada no que ele qualifica como “paralisia decisória” do Poder Executivo e do Parlamento frente às pressões e demandas da sociedade civil, e decorrente dos “recursos de poder dispersos entre os atores radicalizados em suas posições”. Um colapso político precedido da incapacidade de ação das instituições em mediar os conflitos latentes e explícitos na sociedade civil. O diagnóstico de “paralisia decisória” é central na chave de análise do autor para explicar a crise brasileira. E, para ele, esta “inoperância decisória” atribuída ao governo e ao Parlamento ressaltaria a *estrutura do conflito*, dimensão inequívoca daquela crise. O golpe, de acordo com essa perspectiva de análise, fora um resultado mais da imobilidade do governo trabalhista de Goulart do que qualquer política coerente e deliberada patrocinada e executada por ele (*Ibid.*, p. 202).

O ponto alto da análise de ciência política proposta pelo autor certamente está na exaustiva pesquisa empírica e no esforço em mensurar a atividade legislativa congressional do período. O caráter improdutivo da atividade legislativa é esboçado por Santos em tabelas que mensuram o trabalho legislativo (relação entre a quantidade de projetos de leis apresentados e aprovados) no período. A quantidade decrescente de projetos aprovados entre 1959 e 1963 evidenciava,

segundo Santos, a dificuldade do Congresso Nacional em atender de forma efetiva uma agenda política bastante polarizada. Temas como a reforma agrária, a reforma do sistema bancário, da administração pública, do sistema fiscal e do próprio sistema político não avançavam no Parlamento em função da natureza conflitiva dos mesmos. Haveria, segundo ele, a “ausência de propostas concretas” e uma crônica dificuldade da frágil coalizão, que sustentava Jango, em aprovar as iniciativas do Executivo enviadas ao Congresso Nacional (*Ibid.*, p. 211). Outro aspecto que merece grifo na análise do autor é a rotatividade ministerial registrada entre 1961 e março de 1964, fenômeno que certamente teria contribuído para a proclamada paralisia decisória ou de “governança” atribuída ao governo João Goulart.

A crítica de natureza teórico-metodológica a ser feita à tese de Wanderley Guilherme dos Santos está, em nosso entendimento, na matriz weberiana que perpassa seu estudo. A perspectiva institucionalista também apresentada se propõe a negar as teses, até então predominantes na literatura sobre o golpe, que priorizavam as estruturas econômicas e sociais como elementos indissociáveis e explicativos da totalidade histórica (que inclui, diga-se de passagem, a dimensão dos conflitos políticos que emanam da realidade social). A opção teórica weberiana/institucionalista na qual o autor se agarra equivocadamente ao desvencilhar a “dimensão política” dos demais aspectos da realidade social. As instituições “pairam”, segundo este paradigma teórico, sobre a sociedade civil. O estudo de Wanderley Guilherme dos Santos, ao priorizar excessivamente o funcionamento das instituições criadas pela legalidade constitucional de 1946, oblitera a compreensão das composições de classe necessariamente presentes nos blocos parlamentares existentes no Congresso Nacional, bem como as relações dos ocupantes de postos chave (ministros) do governo Goulart com segmentos da sociedade civil organizada. A ciência política institucionalista é “míope” ao não compreender que o funcionamento ou não das instituições é decorrente dos conflitos ou consensos produzidos no âmbito da sociedade civil. Além disso, as noções de “sistema político”, de “política” ou de “variáveis políticas” onipresentes no estudo de Santos são imprecisas, quando não ambíguas. “Em algumas passagens a

política aparece referida apenas ao plano estritamente institucional das decisões oficiais tomadas, tanto pelo Executivo, quanto pelo Legislativo, enquanto em outras (e de forma bastante superficial) abrange as ações políticas de sindicatos e do próprio Exército” (FICO, 2004, p. 47). No entanto, o esforço em negar análises totalizantes da realidade social não é exclusivo do trabalho de Wanderley Guilherme. Em fins da década de 1980, também a ciência política de matriz liberal weberiana produziria outro trabalho lapidar: *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política* de Argelina Cheibub Figueiredo (1993). A tese de Figueiredo (que inaugurou em fins dos anos 1980 um esforço revisionista historiográfico para explicação do golpe de 1964) se apresentou como uma tentativa de análise da atuação dos “atores políticos” e “das possibilidades de sucesso de soluções político institucionais que dadas aquelas condições pudessem combinar democracia com reformas sociais” (*Idem*, p. 22). Isto é, a necessidade de observar as “escolhas” que e “ações específicas” que, segundo ela, teriam solapado as bases de sustentação dos grupos que defendiam as reformas (de Base) e reduzido as margens de possibilidade para manutenção do regime democrático. Perpassa o estudo da autora uma noção de democracia restrita aos arranjos institucionais liberais, uma opção teórica que prima pelo “individualismo metodológico”, bem como pela “teoria da escolha racional”.⁶

Fica evidente em seu quadro teórico-metológico o desenvolvimento da ação dos sujeitos políticos entendidos dentro de uma perspectiva de ação de classe. É notório também o esforço da autora em negar a preponderância do papel de frações do empresariado brasileiro como agentes conspiratórios e desestabilizadores da base social de sustentação de Goulart. O enfoque antimarxista e avesso às análises macroestruturais é evidente na tese de Argelina Figueiredo e isso se traduz na recusa de tais explicações (que ela afirma serem determi-

6 A “teoria da escolha racional” aplicada à Ciência Política é uma teoria que pressupõe que os agentes sociais (indivíduos) são racionais, livres e interessados na maximização da riqueza e do bem estar. Esta teoria prima pela compreensão da ação individual e do indivíduo numa dada coletividade.

nistas) para o golpe. A inevitabilidade da ruptura política de março de 1964 que, segundo a autora, se pode inferir de leituras de orientação marxista, deve ser refutada, devendo a crise ser vista como o produto de ações e combinações dos agentes políticos em voga.

O vaticínio da autora tem alvos certos na literatura sobre o golpe de 1964: as explicações qualificadas como “estruturais” e as “intencionais” ou “orientadas para o autor”. Especificamente entre as “leituras estruturais” da crise e citadas pela autora destacar-se-iam os trabalhos de O’Donnel (1972) e Cardoso (*In: STEPÁN, 1973*), estudos que, segundo Figueiredo, se situariam entre aqueles que enfatizam os fatores econômicos para compreensão das transformações do desenvolvimento brasileiro. O’Donnel, nas palavras da autora, oferece um modelo complexo de análise que buscaria exhibir as conexões entre os estágios de industrialização na América Latina e a ascensão de regimes autoritários. Cardoso, por sua vez, apresentaria uma visão mais claramente determinista, afirmando que o processo de acumulação exigiu o desmantelamento dos instrumentos de pressão e defesa disponíveis às classes populares (FIGUEIREDO, 1993, p. 23). Em segundo lugar, estariam as teses *intencionalistas* ou “orientadas para o autor”, no termos utilizados pela autora, que mereceriam um assertiva crítica. Situam-se entre estas teses o enfoque marxista/gramsciano, acerca da atuação da “elite orgânica tecno empresarial-militar”, realizado pelo cientista político René Armand Dreifuss no já então clássico *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (1986) e o trabalho de Alfred Stepan já comentado aqui. Dreifuss, nas palavras de Argelina Cheibub Figueiredo, “falha em fornecer uma explicação real [para a crise], pois toma a mera existência de uma conspiração como condição suficiente para o sucesso do golpe político. Os conspiradores são vistos como onipresentes” (*Ibid.*, p. 27-28). Por sua vez, Stepan argumentaria, afirma a autora, que “o que conduziu o regime ao ponto de ruptura foi a qualidade da liderança política de Goulart, cujos atos nos últimos meses de regime, minaram crucialmente todos os apoios existentes” (*Id. ibid.*).

Um último aspecto, mas não menos relevante, que merece grifo é o ponto de vista da autora a respeito do compromisso (ou a falta

dele) dos grupos postulantes das Reformas de Base com as regras do jogo democrático, o que é explicitado logo no título de sua tese. A oposição “Democracia ou reformas” traz como pressuposto semântico a ideia de que as esquerdas que defendiam Goulart e o pressionavam para seguir adiante com as reformas reivindicadas prescindiriam das liberdades democráticas caso isso fosse necessário. Caberia aqui “uma observação de natureza ideológica acerca do problema que orienta o trabalho de Argelina Figueiredo, tal oposição é sintomática da adesão a um conceito específico de ‘democracia’, que se liga ao pensamento liberal e que reduz a mesma a uma noção estritamente procedimental e relativa à escolha das elites políticas.” (MELLO, 2013)

Além da evidente opção teórica weberiana/institucionalista, há outro paralelo a ser destacado entre o trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos e o de Argelina Figueiredo: a ideia de que o golpe foi ou produto do imobilismo/esgotamento institucional ou reação às esquerdas radicalizadas “antidemocráticas” e reformistas. Um esforço (talvez não deliberado) que condena os derrotados de 1964 e oblitera a ação conspiratória de segmentos civis, militares e agentes estrangeiros no processo político desestabilizador que conduziu ao golpe de 1 de abril.

2. As interpretações marxistas sobre o golpe de 1964

As análises de corte marxista foram aquelas que, sem dúvida, predominaram, até a década de 1980, no conjunto de produções bibliográficas sobre o Golpe civil-militar de abril de 1964. E, invariavelmente foram aquelas que lograram êxito ao fazer as relações necessárias entre as transformações do capitalismo periférico brasileiro inserindo-as nos marcos da atuação imperialista norte-americana. O golpe e a ditadura, que se seguiu, são dimensões inequívocas de um mesmo processo característico da dominação capitalista no Brasil. O golpe como o evento que abriu espaço para a ditadura do grande capital. Matizes explicativas à parte, esse é o cerne analítico das teses de orientação marxista.

O primeiro trabalho que merece destaque é de natureza ensaística e fora produzido ao longo de mais de dez anos de reflexão sobre a realidade brasileira do pós-1964. *A revolução burguesa no Brasil*, clássico de Florestan Fernandes (1975) no qual o sociólogo foi categórico ao afirmar a natureza contrarrevolucionária da modernização capitalista brasileira. A obra máxima de Florestan Fernandes era uma espécie de tentativa de “dar uma resposta intelectual a situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964” (FERNANDES, 1975). O Golpe e a ditadura que se instala naquele contexto representariam a exacerbação da natureza autocrática da classe dominante brasileira. Afirmava Florestan que “se em 1946 a dominação política foi feita com a manutenção de procedimentos típicos de uma democracia liberal, dando à *autocracia* burguesa um aspecto velado, com a ditadura militar a burguesia continuaria seu ‘baile sem máscaras’” (*Ibid.*, p. 340). A dimensão coercitiva da dominação de classe no Brasil se expressaria sem maiores constrangimentos no pós 1964. Era a saída autoritária para a crise do período anterior.

Ainda no campo da produção sociológica, o também clássico *Crítica à Razão dualista*,⁷ do sociólogo pernambucano Francisco (Chico) de Oliveira (2003), estabeleceu as necessárias conexões e implicações entre o estágio de acumulação do capitalismo brasileiro e a dimensão política da crise que levava ao golpe de 1964. Escrito no ocaso do chamado “Milagre econômico brasileiro”, Oliveira chamava a atenção para a eficiência do regime ditatorial implementado no Brasil em garantir as bases de um crescimento econômico expressivo e assentado num modelo de brutal concentração de renda e de agudização das já gritantes desigualdades sociais.

Mais do que tratar do golpe ou dos aspectos políticos *stricto sensu* da realidade brasileira da 2ª metade do século XX, o análise de Chico de Oliveira é uma ótima digressão sobre a dimensão econômica das

7 Publicado em 1972. Em 2003 foi reeditado com um posfácio o *Ornitotrinco* que teve ampla repercussão nos segmentos marxistas das ciências sociais no Brasil.

formas da dominação burguesa e acumulação capitalista no Brasil no pós 1930. Especificamente no que tange ao pós 1964, golpe (na sua condição episódica) e ditadura são elementos indissociáveis dessa dominação burguesa. “Mais do que uma nova revolução econômica burguesa, a expansão [econômica] do pós 1964 representou a progressão das contradições existentes no Brasil” (OLIVEIRA, 2003, p. 93). A economia política apresentada pelo autor foi peremptória ao apontar a dimensão contrarrevolucionária da realidade do pós 1964, que consistiria numa combinação de expansão econômica e repressão, possuindo, deveras, semelhança com os regimes de orientação fascista.

No bojo das análises marxistas, a ampla coletânea organizada em fim dos anos 1990 por Caio Navarro de Toledo trouxe uma excelente panorâmica sobre a sociedade brasileira do pré 1964. Condizente com a premissa de buscar refazer a totalidade histórica na análise da realidade, a publicação organizada por Toledo buscou observar a conjuntura econômica, a luta pelas reformas sociais nas dimensões políticas e ideológicas, a mobilização popular, o fracasso das esquerdas, a participação latino-americana, o conflito Executivo *versus* Legislativo e os movimentos culturais do período.

O papel dos militares, por exemplo, foi observado por João Quartim de Moraes no artigo *O colapso da resistência militar ao golpe de 1964*. Neste texto, Moraes procurou, entre outros objetivos, confrontar a ideia de que os militares agiram como agentes autônomos naquela conjuntura de crise. De fato, os militares se constituíam, na visão de Moraes, como setores decisivos, mas instrumentalizados pela burguesia brasileira num golpe reacionário de direita (MORAES, 1997, p. 131).

O trabalho de Jacob Gorender trouxe, outrossim, importante contribuição sobre o Golpe de 1964. *Combate nas trevas*, publicado em 1ª edição em 1987, possuía como objetivo maior o estudo da esquerda em geral e da luta armada, em particular. Na análise de Gorender, aspectos econômicos e políticos estão inexoravelmente associados na sustentação da chave explicativa do autor para os eventos do limiar da década de 1960. A crise econômica do período, para ele, deveria ser entendida como uma crise cíclica, a primeira a surgir de forma endógena da dinâmica do desenvolvimento e das contradições

do capitalismo brasileiro. É central na hipótese de Gorender a ideia do golpe (e da ditadura) como elementos subsequentes da modernização conservadora estabelecida no Brasil pelo “núcleo burguês industrializante” e os setores vinculados ao capital estrangeiro. Infere-se na tese de Gorender a ideia de que a ação golpista de 1964 tem uma inegável característica de ação preventiva da classe dominante e do imperialismo. “1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores neste século”, afirmava Gorender pouco mais de vinte anos depois da derrubada de Jango. Para ele, a “classe dominante e o imperialismo tinham razões de sobra para agir antes que o caldo entornasse”, pois se vivia naquele contexto (os primeiros meses de 1964) “um esboço de uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo” (GORENDER, 1999, p. 73).

Anterior às interpretações marxistas leninistas de Gorender sobre o golpe como ação preventiva e de classes, situemos o importante trabalho de René Dreifuss, *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (1982). *Best-seller* desde seu lançamento no limiar dos anos 1980, a tese de doutorado de Dreifuss (defendida em 1980 na Universidade de Glasgow na Escócia) empreendeu a mais célebre e completa pesquisa acerca da atuação organizada de segmentos de classe no esforço de desestabilização do governo João Goulart. Tendo como objeto estudo o complexo IPES/IBAD⁸ Dreifuss, à luz de um arsenal teórico gramsciano, buscou explicar o processo que levava à desestabilização de Jango e à implantação da ditadura civil-militar no Brasil como uma ação orquestrada por uma elite orgânica e segmentos

8 Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (1961-1972) e Instituto Brasileiro de Ação democrática (1959-1963). Institutos que funcionaram como *Think Tanks* de segmentos conservadores da sociedade brasileira, claramente *antijanguistas*. Edmar Morel fez ao longo de 1962 uma série de reportagens no jornal nacionalista *O Semanário* onde denunciou a atuação do IBAD no financiamento ilegal de campanhas eleitorais. Estas reportagens levaram à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no Congresso Nacional, e acabaram por contribuir para o fechamento do IBAD em dezembro de 1963.

organizados do bloco tecno-empresarial-militar associado ao capital estrangeiro. Dreifuss propõe, de forma pioneira e muito sofisticada, uma “formulação conceitual na qual dever-se-ia entender o golpe e a ditadura a partir do adjetivo ‘civil-militar’, tendo a expressão ‘civil’ um sentido claramente classista” (MELLO, 2013, p. 35). O golpe, na visão de Dreifuss, foi:

O momento em que o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada. Como afirmou o líder do IPES, Antonio Carlos do Amaral Osório, ‘uma das grandes realizações da revolução de 1964 foi, sem dúvida, a de reforçar uma nova concepção das relações entre o Estado e as classes empresariais’. (DREIFUSS, 1981, p. 419)

Além da notória sofisticação teórica, a pesquisa de Dreifuss tem como ponto alto a extensa pesquisa documental realizada pelo cientista político uruguaio. Permitindo com isso mapear com riqueza de detalhes a atuação política do diversificado segmento tecno-empresarial (e auxiliado por militares) na campanha orquestrada de viés anti-comunista e *antijanguista* empreendida por esses “aparelhos privados de hegemonia”. Noção esta que se coaduna com a perspectiva gramsciana de “Estado integral” e que perpassa todo o paradigma de análise do autor sobre a dinâmica das contradições de classe na sociedade civil e na sociedade política (categorias muito caras à teoria política do pensador italiano Gramsci). Dreifuss logra êxito, da mesma forma, ao mapear os postos chave no Estado Brasileiro ocupados no imediato pós 1964, observando que tais posições foram deliberadamente ocupadas por figuras de relevo (intelectuais orgânicos) desta “elite orgânica” civil empresarial que conspiraram abertamente contra Jango e alçaram ao poder após a ruptura institucional de março/abril de 1964. Coação e hegemonia fundiam-se, segundo Dreifuss, naquela nova forma de dominação burguesa no Brasil, erigida das ruínas de um regime que padecia em suas próprias contradições:

Mais de trinta anos após ser escrita e publicada *1964: A conquista do Estado* é, sem dúvida, a grande tese a “ser batida” nas ciências sociais brasileiras.⁹ Nas batalhas historiográficas feitas pelos usos e representações do passado, a tese do cientista político uruguaio, muito em função da monumentalidade de sua pesquisa empírica, é o alvo dos esforços revisionistas de uma historiografia de corte liberal e que teve como trabalho inaugural, como já dissemos, o estudo de Argelina Cheibub Figueiredo.

3. A memória dos militares sobre 64: a documentação produzida pelo CPDOC/FGV

Outro viés analítico importante para a compreensão de um panorama sobre leituras e interpretações acerca de 1964 é o relato de militares que direta ou indiretamente possuíram algum envolvimento na conspiração e nos fatos que conduziram a deposição de João Goulart naquele ano. A memória dos militares é, indubitavelmente, um propício campo para a análise do período por historiadores e estudiosos em geral do tema. É imbuído deste propósito que se insere o farto material de entrevistas e depoimentos produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (CPDOC-FGV/RJ). No alvorecer dos anos 1990, momento no qual a incipiente institucionalidade democrática apresentava seus primeiros sinais de consolidação, os projetos *O Estado durante o regime militar brasileiro, 1964-1985* e *National security state during the brazilian military regime, 1964-1985*, ambos coordenados pelo sociólogo Gláucio Ary Dillon Soares¹⁰ brindaram os estudiosos do período com um extenso material

9 Com justiça devemos fazer um paralelo entre as pesquisas de Dreifuss e a de Moniz Bandeira. Ambas possuem as mais valorosas contribuições documentais para a compreensão da temática.

10 Figuram também entre os financiadores dos dois projetos mencionados à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e o CNPQ, que financiou o projeto *National Security State...* em parceria com a Universidade da Flórida e com o North-South Center (EUA).

memorialístico sobre a atuação dos militares no golpe que inaugurou a ditadura militar brasileira. Os resultados destas pesquisas e coletânea de depoimentos produziram, em 1994, a celebrada publicação *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*, organizada pelo próprio Soares em parceria com os historiadores Maria Celina do Araújo e Celso Castro. O livro trazia, pela primeira vez, os depoimentos sistematizados de militares que tiveram destacado papel em postos chave do Exército brasileiro e que, na condição de oficiais não generais à época do golpe, foram espectadores privilegiados e artífices diretos das conspirações ocorridas nas casernas verde-oliva brasileiras, sendo decisivos para o acionamento do dispositivo militar que executou o golpe de Estado.

O livro se propunha a “não comemorar, não condenar e não julgar” o passado e a atuação dos militares depoentes no advento e ao longo da ditadura brasileira. Apresentou-se ao leitor como uma possibilidade de mostrar os pontos de vista de militares, agentes daquele processo histórico e que se mostravam dispostos em revelar suas versões sobre os momentos cruciais das últimas três décadas da vida política brasileira. A publicação, não por acaso, coincidia com o aniversário de trinta anos do golpe, descuidadamente (ou não?) qualificado pelos pesquisadores como “Revolução”.

De fato, o projeto tem como principal aspecto positivo a possibilidade de trazer para os estudiosos sobre o período uma vasta massa documental produzida a partir de entrevistas orais. Fontes históricas são indícios preciosos os quais o observador do passado não pode prescindir e contribuem se forma singular para a produção de leituras e interpretações sobre o passado. Discutia-se pela primeira vez, no Brasil do pós-ditadura, o papel dos militares sem os fantasmas da censura ou da coação direta, elementos tão presentes durante o período militar e que praticamente inviabilizariam o trabalho de quaisquer pesquisadores do tema. No entanto, a memória como elemento limitante e limitado da condição humana geralmente conduz o historiador a caminhos tortuosos ou deveras equivocados. “Quando falamos em memória devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, se alimentando de lembranças vagas, contraditórias, sem nenhuma

crítica às fontes que, em tese, embasariam esta mesma memória” (MOTTA, 1998, p. 76).

A memória individual como resgate subjetivo de uma dada realidade do passado se distingue da História, à medida que esta última se constitui sempre numa operação intelectual, crítica e que exigirá sempre do historiador distanciamento, problematização e reflexão. Os ilustres pesquisadores acima mencionados parecem ter negligenciado isso (ou não? – Fica aqui a provocação) ou operado de forma deliberada ao encararem os depoimentos dos militares envolvidos sem o devido filtro crítico imprescindível ao trabalho do cientista social. A forma como as impressões e pontos de vistas expressos nas entrevistas são apresentadas ao leitor está eivada de uma pretensa *desideologização* – uma perigosa suposição de neutralidade que visa dar ares de cientificidade ao relato e aos depoimentos obtidos junto aos militares.

Tal postura dos pesquisadores diante do objeto de estudo desliza também para o uso de expressões que, de alguma forma atenuam o significado histórico e político do que fora a ditadura civil militar brasileira. Expressões do tipo “regime militar” ao invés de ditadura, “Revolução”, tal qual usada pelos militares entrevistados e a omissão do termo “civil” para qualificar o regime político vigente no Brasil, por mais de duas décadas, são elementos marcantes na análise produzida por Soares, Marina Celina do Araújo e Celso Castro. Some-se a isso, a ausência da crítica à fonte histórica.

Numa espécie de “historicismo rankeano” reificado, os pesquisadores do CPDOC-FGV tomam como fato consumado algumas visões expressas pelos militares depoentes como, por exemplo, a de que o comunismo era algo presente na corporação militar e a influência dos comunistas sobre Jango era algo onipresente e justificador de toda e qualquer ação saneadora e “cívica” dos militares brasileiros. A “Revolução”, como afirmado pelos entrevistados, tem um caráter (contrarrevolucionário) preventivo. Uma necessidade diante do perigo da “cubanização” do Brasil. A despeito das variadas nuances, Goulart é sempre visto com um fraco, inepto, sujeito à “maléfica influência” do então deputado pela Guanabara, Leonel Brizola. O fantasma da

“República sindicalista” assustava a oficialidade militar e a impelia à ação direta contra o presidente da República, segundo o relato dos entrevistados. Pairava, na leitura que estes oficiais tinham da crise que culminou com a deposição de Jango, a ideia de que a corporação atendia a um pedido da sociedade civil: “A Revolução’ só saiu sobre pressão da sociedade civil, não podemos esquecer isso. Tenho o hábito de repetir, e se não ouviram de alguém, vão ouvir pela primeira vez: acho que as Forças Armadas até hoje são ressentidas com a sociedade brasileira, agora o Exército é intrigado pela mídia de esquerda, que faz dele um Exército de matadores, torturadores, isto é uma safadeza histórica, *uma safadeza histórica*”, afirmava em sua entrevista o verborrágico e histrionico general da reserva Leonidas Pires Gonçalves (SOARES *et al.*, p. 128-129).

Há outros problemas que merecem destaque no esforço memorialístico realizado pelos pesquisadores do CPDOC. Um deles se refere ao fato de que, entre os militares entrevistados, nenhum deles se encontrava na condição de oficial general em 1964. Eram, à época, oficiais superiores (maiores, tenentes coronéis e coronéis), que ocupavam posições intermediárias ou de assessoria aos seus generais comandantes. Ou seja, integravam o corpo da burocracia do Exército brasileiro e agiam mais de acordo com suas expectativas em relação à progressão na carreira e respeito à hierarquia militar, do que de formulação política *stricto sensu*. Necessitavam de um general comandante tal como Castelo Branco (Chefe do Estado Maior do Exército) à frente do dispositivo que estava sendo montado para destituir Jango. “Quando o general Castelo aceitou participar é que nós praticamente desencadeamos o movimento” (*Id. ibid.*).

Outro problema analítico a ser grifado no esforço engendrado pelos pesquisadores do CPDOC-FGV é a compreensão que eles possuem da relação entre os militares e o restante da sociedade civil. A ênfase proposta pela natureza do trabalho (uma coletânea de depoimentos) acaba por emascular as relações de setores da oficialidade do Exército com políticos civis e agentes externos ligados à CIA e à Embaixada norte-americana no Brasil. Tais relações não são mencionadas pelos militares entrevistados e também são omitidas na interpretação

oferecida pelos organizadores na apresentação ao livro. O demasiado enfoque ao papel dos segmentos da oficialidade do Exército conduz, ainda que de forma muito sutil, à equivocada ideia de que o regime instaurado em 1 de abril de 1964, estabelecido de forma discricionária, foi *a priori* militar. O epíteto “civil-militar” à ditadura brasileira nos parece bem mais apropriado na medida em que a conspiração que levou à queda de João Goulart foi erigida por uma miríade de segmentos conservadores da sociedade brasileira, em boa medida atrelados às frações do capital privado nacional dependente e associado. Tanto a conspiração quanto a ditadura foram erguidas sobre sólidas bases civis, entre setores avessos à orientação nacionalista e progressista buscada por Jango naquele contexto. Parece-nos um esforço consciente, mas não deliberado em “absolver”, ou pelo menos em esquivar a responsabilidade histórica e política que segmentos importantes da sociedade civil brasileira possuíam ao apoiar o golpe ou o regime autoritário subsequente.

Por último, a historiografia produzida pelo CPDOC-FGV acerca da visão dos militares sobre 1964 parece acreditar que houve um caráter “espontâneo” por si só no dispositivo militar que derrubara Jango. O golpe como produto, por excelência, de uma conspiração mal articulada. De forma quase que irrefletida, os organizadores da coletânea *Visões do Golpe* apropriam-se (ainda que de forma velada) da opinião militar dominante nos depoimentos: de que o golpe foi produto de ações isoladas. Células conspiratórias, anticomunistas e temerosas com a quebra da hierarquia e disciplina militares, que surgiram no seio da oficialidade e que possuíam escassos pontos de contato com lideranças civis. Toda análise do passado significa uma tomada de posição em relação às questões do presente. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964* desliza numa perigosa neutralidade axiológica muito cara às interpretações weberianas acerca a realidade social. E, por outro lado, a conhecimento histórico, quando refém da memória, produz algo que acaba por obliterar o estudioso do passado de compreender que, necessariamente, este passado é uma representação socialmente construída e em contínua disputa.

4. A interpretação da crise por Moniz Bandeira

O trabalho de Luiz Alberto Moniz Bandeira é um lapidar exemplo de obra na qual texto e contexto de entrecruzam e propiciam aos historiadores, cientistas sociais e estudiosos do passado em geral, interpretações consideradas já clássicas praticamente desde o nascedouro. Em *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964* (2001), Moniz Bandeira produziu aquela que (ao lado da tese de René Dreifuss) se constitui na maior contribuição, no campo acadêmico, para compreensão das contradições, conflitos e da dinâmica social que permitiu a ruptura da legalidade democrática em março de 1964. Escrito entre fins de 1976 e o primeiro semestre de 1977, se propôs, segundo o próprio autor, “à tentativa de desmistificar, em termos acadêmicos, o golpe de Estado que implantara o regime discricionário vigente no Brasil à época” (BANDEIRA, 2001, p. 11).

Condensando sua condição de espectador privilegiado da ambiência de crise do governo Goulart com a habilidade de exímio pesquisador, Bandeira produziu um trabalho que possui como ponto alto a extensa massa documental apresentada e analisada a fim de se produzir uma interpretação deveras global e minuciosa acerca das duas dimensões inequívocas que permeiam o processo político que permitiu a derrubada do ex-presidente trabalhista: a conspiração no campo civil e a articulação entre segmentos da oficialidade brasileira avessos à orientação progressista imprimida por Goulart, além da ingerência de figuras do corpo diplomático estadunidense radicado à época no Brasil. O conhecimento direto do que ocorria nos bastidores da política brasileira (desde a renúncia de Jânio Quadros, em setembro de 1961), segundo o próprio Bandeira, o permitiu “argamassar as informações recolhidas para sua através de documentos e das entrevistas que as *dramatis personae*¹¹ gentilmente o concederam, independentemente

11 Moniz Bandeira faz referência às elucidativas entrevistas feitas com Goulart e Brizola (ambos no exílio, entre 1975 e 1976), com o ex-embaixador norte-americano no Brasil no início dos anos 1960, Lincoln Gordon e com o ex-adido militar dos EUA à época do golpe, o já citado Vernon Walters.

do papel que desempenharam, contra ou a favor do golpe” (*Id. ibid.*). Fora assertivo ao afirmar que o caráter do golpe de Estado ocorrido no Brasil naquele contexto; “representava um episódio da luta de classes, com o qual o empresariado, sobretudo o seu setor estrangeiro, tratou de reprimir a ascensão dos trabalhadores, cujos interesses, pela primeira vez na história do Brasil, condicionavam diretamente as decisões da presidência da República, devido às vinculações de Goulart com as centrais sindicais” (*Ibid.*, p. 21).

Um governo sensível às reivindicações das centrais sindicais não poderia ser tolerado. Multinacionais investiam no Brasil e em outros países da América Latina e por isso qualquer governo de orientação progressista ou inclinado a estabelecer um regime de contornos “social democráticos” não deveria perdurar no continente. *Pari passu* e inserido na geopolítica da Guerra Fria, a ruptura institucional de 1964 contou com a fortuita colaboração *ianque* que, se não teve papel prioritário na *manu militari* que derrubou Jango, obteve proeminente atuação nas complexas articulações políticas entre segmentos militares e civis que conspiravam e desestabilizavam o governo constitucionalmente estabelecido. Em seu estudo Bandeira busca ressaltar as conexões estabelecidas entre os atores endógenos e exógenos da conspiração golpista. O intuito intervencionista dos governos Kennedy/Lyndon Johnson na América Latina são esmiuçados na interpretação do autor, bem como a preocupação dos agentes políticos estadunidenses de garantir algum caráter de legalidade à deposição de Goulart e ao imediato reconhecimento americano ao novo governo empossado ao “arrepio da legalidade” no dia 2 de abril. Bastante esclarecedor foi o telegrama enviado pelo secretário de Estado norte-americano Dean Rusk ao seu representante da embaixada do Brasil, Lincoln Gordon:

É altamente desejável, portanto que, se uma ação for empreendida pelas forças armadas, ela deve ser precedida ou acompanhada por uma clara demonstração de ações inconstitucionais empreendidas por parte de Goulart ou seus partidários ou que a legitimidade seja confirmada por atos do Congresso Nacional

(se ele estiver livre para agir) ou por manifestações dos governadores dos estados mais importantes do país ou por outros meios que deem apoio substancial à legitimidade [da ação golpista]. (Telegrama de Dean Rusk para Lincoln Gordon de 30 de março de 1964. Citado por BANDEIRA, 2001, p. 32.)

Um golpe antinacional, antipopular e de irrefutável caráter contrarrevolucionário. É desta forma que Luiz Aberto Moniz Bandeira qualifica a intervenção civil militar de abril de 1964. Um momento em que “a crise das instituições” se transformou na “instituição da crise”. Mormente à descrição detalhada do processo que derrubara Jango e da “descrição densa” da ação dos agentes que mobilizaram recursos materiais e políticos de monta para romper com aquela frágil legalidade em crise, Moniz Bandeira ressalta também a violenta repressão que se abateu sobre as lideranças (civis e militares) pró Jango. “Necessário era erradicar todos os focos de contestação existentes no país, sobretudo no Congresso e nas Forças Armadas” (*Ibid.*, p. 183). No dia 9 de abril, os ministros militares Arthur da Costa e Silva (Exército), Francisco de Assis Correia de Mello (Aeronáutica) e Augusto Rademaker (Marinha) promulgam aquele que se constituía o segundo “presente” da ditadura recém-estabelecida (o primeiro havia sido o golpe): o Ato Institucional nº1, elaborado pela “pena” dos juristas Carlos Medeiros da Silva e Francisco Campos. Iniciavam-se assim as cassações de mandatos, prisões, e/ ou retirada de direitos políticos de mais de cem cidadãos brasileiros, “alguns dos políticos mais votados do Brasil, tudo em nome da democracia representativa, cristã e ocidental”.

O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil é um convite à reflexão acerca de um processo político com desfecho trágico para a frágil democracia brasileira. Uma crise que teve como resultado evidente a abertura de um tortuoso caminho rumo a um estado de exceção, “escorado pelos interesses internacionais, que, mediante um processo de contrarrevolução permanente, impuseram sua hegemonia econômica e política à sociedade brasileira”, encerra Moniz Bandeira (*Ibid.*, p. 183-184).

5. Do *politicismo* ao *revisionismo*: as publicações recentes sobre 1964

A década de 2000 foi especialmente profícua para o debate acerca do golpe e sobre a ditadura civil militar no Brasil. O aniversário de 40 anos do golpe militar se constituiu numa importante efeméride que fomentou importantes discussões no campo historiográfico e fora dele. As discussões produzidas sobre aniversário do golpe se materializaram em publicações de relevo nos meios editoriais. Nunca havia se discutido de forma tão profícua e aberta a ambiência histórica e política que conduziu àquela ruptura institucional. No entanto, os historiadores e jornalistas que se propuseram a “resgatar” 1964 (re)produziram as narrativas que se propuseram, em grande medida, a negar teses explicativas e totalizantes sobre o processo histórico que conduziu à queda de João Goulart – narrativas fragmentadas e individualizantes que ressaltam o papel de alguns atores em detrimento de outros. No limite, esta foi a tônica da historiografia produzida por historiadores “de profissão” e jornalistas sobre o golpe de abril de 1964.

Grosso modo, dois aspectos importantes podem ser destacados destas narrativas recentes, ambos de natureza teórica e que evidenciam formas de observar e apreender o passado. *Disso eles não sabem, mas o fazem*, tomando de empréstimo as palavras do historiador Caio Navarro de Toledo.¹² Tal ideia sintetiza o esforço revisionista e “relativizante” das teses consagradas sobre o Golpe civil (empresarial) militar e no que se refere ao regime autoritário subsequente. A primeira

12 TOLEDO, Caio Navarro. *1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*. Crítica Marxista. Nº 19. Junho-2006. Situo este como um dos textos publicados nos anos 2000 que não se propôs ao politicismo e ao revisionismo que é predominante nas leituras acerca de 1964. Cito também os textos *trabalhadores e o golpe de 1964* do historiador marxista Marcelo Badaró, de 2005, *1964, o ano que não terminou* de Paulo Eduardo Arantes e a ótima dissertação de mestrado do historiador João Amado, *Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964* defendida em 2008 no Programa de Pós Graduação em História Política da UERJ.

destas operações teóricas e conceituais é a disjuntiva feita entre golpe/ditadura e capitalismo. Ou seja, coube a esta literatura “deslocar a explicação da ditadura inaugurada em 1964 da problemática do capitalismo” (DEMIAN, 2013, p. 37). Conectar o processo político à dinâmica do econômico seria, segundo esta historiografia revisionista, incorrer no equívoco do economicismo, característica sempre presente na literatura de corte marxista. Por outro lado, o politicismo reinante nesta literatura revisionista opera com a lógica explicativa de que o golpe teria sido resultado de um suposto “déficit democrático” na sociedade brasileira. Tal chave explicativa para o golpe não é original das publicações dos anos 2000. Remontam, em linhas gerais, à tese *Democracia ou reformas alternativas democráticas à crise política (1961-1964)* de Argelina Figueiredo, defendida em fins da década de 1980. Tal tese é tomada como baluarte, esforço original desta chave explicativa que ganha contornos de “modismo historiográfico” neste início de século.

O segundo aspecto central deste revisionismo também remete à disjuntiva “Democracia ou Reformas”. Vistas de forma contraditória excludentes, democracia institucional e reformas de base são consideradas elementos antagônicos na pauta política dos setores progressistas alinhados à base de João Goulart. Tal lógica explicativa conduz quase que irremediavelmente ao argumento de que as esquerdas também eram golpistas. O golpe de 1964 como uma ação “contrarrevolucionária” de uma “direita assustada” com as bravatas de Brizola, Luis Carlos Prestes e com a incipiente movimentação das Ligas Camponesas no interior do Nordeste brasileiro. Tal tese encontra lugar, de forma mais específica, nos trabalhos escritos e organizados pelo historiador Jorge Ferreira,¹³ prestigioso professor da Universidade Federal Fluminense. Textos, artigos e publicações em geral que, de

13 Refiro-me ao texto que parece ser a expressão maior da leitura que este historiador tem sobre o golpe: *O Governo Goulart e o Golpe de 1964* (In: FERREIRA e DELGADO, 2003). Destaque também para a biografia recém-publicada de João Goulart (FERREIRA, 2011) – um livro que, segundo o próprio autor, se propunha a tirar João Goulart do limbo da História brasileira. Há méritos nisso!

fato, evidenciam a sólida formação desse historiador, mas que optam por uma narrativa revisionista e fragmentada sem se reconhecer explicitamente como tal. Na recente biografia de Jango escrita por Ferreira, publicada em 2011, por exemplo, “a explicação do golpe está centrada nesse suposto déficit democrático, a luta de classes e a conspiração [golpista] estariam ausentes” (DEMIAN, 2013, p. 40). O golpe como resultado, à direita, de uma estratégia de confronto levada a cabo pelas esquerdas. Isso é quase que “colocar a esquerda no banco dos réus”, ou seja, jogar o ônus da derrota sobre aqueles setores que mais foram vitimizados com o golpe de Estado e a ditadura que se seguiu. Não nos parece razoável tal narrativa. Omitir o ativo envolvimento dos segmentos empresariais, partes integrantes do bloco dependente associado ao capital estrangeiro, parece negar o óbvio

Esse revisionismo historiográfico encontrou guarida também em textos publicados por Leandro Konder, Marco Antônio Villa e Alberto Aggio, todos escritos no contexto do aniversário de 40 anos do golpe de 1964. Konder, no artigo *Vaca Fardada* publicado em 2004 pela revista especializada *Margem à Esquerda: Estudos Marxistas* chega a afirmar que o “golpismo entranhado nos costumes e na cultura política da sociedade brasileira, se manifestava também no campo da esquerda”. O *golpismo*, para Konder, sustentava-se nos posicionamentos do líder comunista Luis Carlos Prestes no que tange à proposta de Reforma da Constituição de 1946, então em vigor. A ideia era reformar a Carta para garantir o estatuto da reeleição à Goulart. Infere-se do argumento de Konder a ideia de que como não havia consenso entre os setores políticos em cena naquele contexto, a proposta possuiria então um evidente viés *golpista*. O ponto alto da tese defendida pelo autor é observado em sua conclusão, no mínimo, curiosa para um intelectual que se filiara desde sempre à tradição da crítica marxista: “a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita” (KONDER, 2004).

O historiador Marco Antônio Villa em entrevistas e publicações situadas no contexto do quadragésimo aniversário do golpe também “deu asas à sua imaginação” ao analisar a suposta inclinação golpista dos setores derrotados em 1964. Villa chegou a sustentar, em seu texto

biográfico sobre Goulart, *Jango: Um perfil (1945-1964)*, as pretensões continuístas do presidente trabalhista, usando como fonte fidedigna para balizar seu argumento relatos de dois notórios e insuspeitos golpistas: Jarbas Passarinho, major do Exército à época da deposição de Jango e de Lincoln Gordon, chefe do corpo diplomático norte-americano em missão no Brasil e que conspirou “até a medula” com os segmentos civis e militares na conspiração que encerrou, de forma abrupta, o governo Goulart.¹⁴ Ao historiador profissional, como é o caso de Villa, cabe à rigorosa análise das fontes históricas para sustentar suas hipóteses construídas. Ao não fazê-las, o historiador Villa apreende como verdade factual o relato de dois expontes de setores conservadores e anti-reformistas que lograram êxito em 1964.

Não menos parcimonioso em suas formulações Alberto Aggio (2002) chegou a afirmar em publicação de 2002 que as condições para o golpe de Estado estavam dadas, tanto à direita, quanto à esquerda. Numa síntese desse revisionismo predominante na literatura política recente sobre o golpe, Aggio argumentava que:

[...] na conjuntura que precedeu ao golpe, as lideranças tanto de esquerda, quanto de direita radicalizavam cada vez mais no seu discurso dando uma clara demonstração de que tinham uma baixa convicção na democracia existente no país. Ambos os lados, de fato, conspiravam contra a democracia representativa e preparavam um golpe contra suas instituições: a direita para impedir o avanço e a consolidação das reformas: as esquerdas para eliminar os obstáculos que se antepunham a esse processo.” (citado por TOLEDO, 2004, p. 36)

14 No relato de Jarbas Passarinho apresentado por Marco Antônio Villa há especulações sobre as pretensões continuístas de Jango e sobre as intenções golpistas e de Leonel Brizola. Passarinho fora, de certo, motivado pela verborragia de Brizola à frente de seu próprio jornal *O Panfleto*, circulante à época.

O jornalista Elio Gaspari¹⁵ contribui também de alguma forma com a literatura sobre o golpe e a ditadura ao lançar sua famosa “tetralogia” acerca do período logo nos primeiros anos da década passada. Publicação de grande êxito editorial e bastante aclamada pela grande mídia, as *ditaduras* de Gaspari ilustram bem esse revisionismo “doa a quem doer”. Levar ao grande público, a partir de conclusões vagas e imprecisas (a despeito da grande massa de fontes utilizada pelo jornalista) a hipótese do golpismo de esquerda dá o tom da interpretação do autor sobre a conjuntura: “Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no dispositivo militar e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança de regras do jogo da sucessão presidencial” (GASPARI, 2002a).¹⁶ Gaspari, a fim de sustentar sua argumentação, na mesma passagem, lança mão de um trecho de uma conversa do então governador de Pernambuco, Miguel Arraes que, retornando à cidade de Recife especulava a um amigo ainda no Rio: “Volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei” (*Ibid.*). Por outro lado, para Gaspari, o golpe, o regime autoritário subsequente a dissolução do mesmo se apresentam como produtos de arranjos militares que, no máximo, contaram com a participial tangencial de segmentos civis da sociedade brasileira simpáticos àquela ordem estabelecida.

* * *

O propósito deste balanço bibliográfico é esboçar ao professor e estudioso do golpe empresarial militar de 1964 um panorama das versões sobre este evento que, cinquenta e um anos depois, promove

15 *A Ditadura Envergonhada* (2002), *A Ditadura Escancarada* (2002), *A Ditadura Derrotada* (2003) e *A Ditadura Encurralada* (2004).

16 A passagem citada acima foi extraída por Gaspari do capítulo “A Paisagem” escrito pelo jornalista Araújo Neto para o livro *Os Idos de Março e A queda em Abril*, publicado em maio de 1964. Tal livro foi organizado por Alberto Dines e vários outros jornalistas da redação do *JB*, claramente simpática, nunca é demais frisar, ao golpe que derrubou Jango.

ainda debates acalorados em diversos espaços da sociedade civil. Alçado à condição de tema “sensível” à sala de aula da educação básica o processo histórico que conduziu ao golpe de 1964 foi objeto de importante jornada realizada no Colégio Pedro, em março de 2014. A *descomemoração* do golpe foi uma oportunidade impar para que os professores do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades debatessem com convidados externos a participação de setores da grande imprensa na linha de frente de oposição a João Goulart e a resistência de estudantes e professores da própria instituição ao golpe e à ditadura que se seguiu. A sociedade civil vista como “caldeirão de possibilidades”, contradições, disputas e nuances, o passado como representação socialmente construída e o caráter classista dos setores que deliberadamente optaram pelo “baile sem máscaras” da burguesia brasileira foram elementos centrais nos debates promovidos pela equipe do NUTH naquela ocasião.

Cientes do espaço da sala de aula como locus da construção de saber, a Jornada dos 50 anos do Golpe de 1964 foi uma excelente oportunidade para discutir como nossos alunos a construção de ambiências autoritárias que levaram à abertura da “Caixa de pandora” da história republicana brasileira.

Bibliografia consultada

- AGGIO, Alberto et alli – Política e Sociedade no Brasil (1930-1964): São Paulo. Ed. Annablume. 2002
- ARANTES, Paulo Eduardo. *1964: o ano que não terminou* In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*: São Paulo. Boitempo, 2010.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*: Brasília. Editora UNB/ Revan. 2003.
- BRITO, Leonardo. *A Imprensa Nacionalista no Brasil: o periódico ‘O Semanário’ (1956-1964)*: Jundiaí. Paco Editorial. 2010.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado - Ação política, poder e Golpe de classe*: Petrópolis. Vozes. 4ª edição. 1986.
- FERREIRA, J. *O Governo Goulart e o Golpe de 1964* In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) *O Brasil Republicano*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História. vol. 24 n°47 São Paulo. 2004.
- _____. *Além do Golpe*. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura: Rio de Janeiro, Record. 2004.
- FIGUEIREDO, Aregelina C. *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à crise política (1961-1964)*: São Paulo. Paz e Terra. 1993.
- GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*: São Paulo. Companhia das Letras. 2002^a.
- _____. *A Ditadura Escancarada*: São Paulo, Companhia das Letras. 2002b.
- _____. *A Ditadura Derrotada*: São Paulo. Companhia das Letras. 2003.
- _____. *A Ditadura Encurralada*: São Paulo. Companhia das Letras. 2004.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*: São Paulo. Ática. 6^a edição. 1999.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*: São Paulo. Cia das Letras. 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e o golpe de 1964*. Revista História & Luta de classes. n°1, 2005.
- MELLO, Demian Bezerra. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)* Tese de Doutorado. PPGH- UFF. 2013.
- MORAES, João Quartim. *O colapso da Resistência Militar ao Golpe de 1964*. In TOLEDO, Caio de Navarro (Org). 1964: Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no populismo: Campinas. Editora Unicamp.1997.
- MOTTA, Márcia. *História e Memórias*. In MATTOS, Marcelo Badaró (org); MENDONÇA, S. & FONTES, Virgínia. *História – Pensar e Fazer*: Niterói. Ldh (Laboratório Dimensões da História) – UFF. 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*: São Paulo. Boitempo Editorial. 2003.
- REIS, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*: São Paulo. Brasiliense Editora, CNPQ. 1990.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cálculo do Conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. BH/RJ. UFMG- Editora. 2003.
- SOARES, G., ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, C. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro. FGV. 1994
- STEPAN, A. *Os militares na política: mudanças de padrões na vida brasileira*: Rio de Janeiro. Artenova. 1975.
- TOLEDO, Caio Navarro. *1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*. Crítica Marxista. N° 19. Junho-2006.
- _____. (Org). 1964: Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no populismo: Campinas. Editora Unicamp. 1997.

O Colégio Pedro II durante a ditadura militar

LICIA MACIEL HAUER*

Existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo, esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (BENJAMIN, 1994, p. 223).

No início de 2011, alunos e servidores do Colégio Pedro II fizeram um ato em frente ao prédio principal da então Direção Geral do Colégio, durante o qual reivindicavam, principalmente, a climatização das salas de aula. Nessa ocasião, os manifestantes incluíram na pauta de reivindicações a retirada do nome do Almirante Augusto Rademaker do prédio onde ficava a Direção Geral do Colégio.

Essa questão foi muito debatida pela Congregação do Colégio Pedro II e, durante as semanas que se seguiram, muitas cartas de ex-alunos foram enviadas à Congregação solicitando que essa reivindicação fosse atendida. A comunidade se mobilizou para mostrar que não se deveria aceitar a manutenção do nome de uma pessoa que, além de ter participado diretamente do governo militar, foi um dos responsáveis pela decretação do AI-5, ato que resultou no endurecimento da ditadura, abrindo precedentes para perseguições de dezenas de alunos da instituição e para a morte de, pelo menos, sete deles.

* Professora do Colégio Pedro II. Graduada em Educação pela UERJ e mestre em Educação pela UFF.

Depois de várias discussões, finalmente o nome foi retirado. Para a comunidade pedrossocundense, isso foi uma vitória. Uma vitória simbólica, uma vitória no campo da memória coletiva e política. E, para os estudantes, uma vitória do movimento estudantil.

Em 2012, durante a greve da educação, que durou mais de 100 dias e por pouco não inviabilizou o ano letivo, os estudantes do Colégio Pedro II, em greve, resolveram ocupar o gabinete da Reitoria para que suas reivindicações fossem atendidas. A ocupação durou três dias, e eles se retiraram somente após uma negociação entre os estudantes, a reitoria e o MEC. No momento da retirada, os estudantes “puxaram” o hino do Colégio, que geralmente termina com a tradicional tabuada, mas, naquele momento histórico para o movimento estudantil secundarista, eles finalizaram o hino, evocando os nomes dos estudantes do Colégio que foram assassinados durante a ditadura militar:

Marcos Nonato da Fonseca! Presente! José Roberto Spiegner! Presente! -Lucimar Brandão Guimarães! Presente! -Alex de Paula Xavier Pereira! Presente! -Fernando Augusto da Fonseca! Presente! -Kleber Lemos da Silva! Presente! Agora e sempre!

Em abril de 2014, 50 anos do golpe, vários eventos foram realizados no Colégio. Os grêmios fizeram uma homenagem aos estudantes do Colégio Pedro II que tombaram na luta contra a ditadura. No convite, estavam os seguintes dizeres:

NÓS NÃO VAMOS ESQUECER: a verdade é dura, mas enfrentamos a ditadura.

Homenagem aos alunos que fazem jus ao nosso hino por serem “brasileiros de enorme e subido valor”:

Alex de Paula Xavier Pereira, presente! Lucimar Brandão Guimarães, presente! Kleber Lemos na Silva, presente! Marcos Nonato da Fonseca, presente! José Roberto Spiegner, presente! Fernando Augusto da Fonseca, presente! Lincoln Bicalho Roque, presente!
HOJE E SEMPRE.

“Um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la”

Durante a Ditadura Militar, os estudantes do Colégio Pedro II foram protagonistas na luta secundarista pela redemocratização do país. Estudantes como a gente, sofreram na pele a perseguição política de um regime repressor. A luta deles inspira a luta de todos nós até hoje, e sua memória nos diz a importância dos conceitos de Liberdade e Democracia. Por isso, OS GRÊMIOS ESTUDANTIS DO Colégio Pedro II convidam a todos para a homenagem aos bravos alunos que foram mortos ou expulsos nesses anos de chumbo.

DIA: 02 de Abril de 2014. LOCAL: Teatro Mário Lago – Colégio Pedro II - Campo de São Cristóvão, 177 - São Cristóvão, Rio de Janeiro.¹

A maior parte das pessoas que participou do movimento pela retirada do nome do prédio da Direção, da ocupação da atual reitoria e dos eventos sobre a ditadura militar, que afligiu o país no período de 1964 a 1985, nem era nascida; porém, na memória da luta estudantil, esse período da História permanece presente.

Este artigo² visa, principalmente, trazer a público as formas de resistência que afloraram durante os anos de ditadura no Colégio Pedro II. Também tem o objetivo de contribuir para o resgate de um período da história do nosso Colégio que, ainda hoje, continua obscurecida na memória coletiva da comunidade escolar.

Na memória popular, assim como na história oficial, muito se perde e muito é esquecido. Muito se cria ou se mantém como verdade absoluta, se produzem apagamentos, se fazem escolhas e acaba por perdurar apenas aquilo que interessa para um determinado grupo.

1 Disponível em www.facebook.com/events/1422090211373229/?ref_dashboard_filter=past

2 O presente artigo é fruto de uma parte da dissertação de mestrado intitulada *Colégio Pedro II no período da ditadura militar: subordinação e resistência* que foi defendida na UFF-Faculdade de Educação em 2007.

Segundo Le Goff (1990, p. 477), a memória é um instrumento de poder e toma parte de uma constante disputa da “dominação, da recordação e da tradição”. Numa sociedade que vive em constante opressão, cujas classes dominantes ocupam irrestritamente seus lugares de poder – político, econômico, cultural –, a história e a memória, controladas pelos que dominam, serão, geralmente, aquelas que os favorecem, mesmo quando há conciliação. Porém, nem sempre a história oficial atinge a memória popular, pois a disputa pela memória é permanente, mesmo que, em um dado momento histórico, prevaleça uma história “oficial”.

Porém, em muitos casos, afirma Pollak (1989), mesmo quando se produz um enquadramento da memória ou seu silenciamento documental, o grupo oprimido preserva, nos subterrâneos, a sua memória reprimida: “essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas”. Como forma de sobrevivência, “são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante, [...] afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p. 3-5).

O embate das memórias sobre a ditadura militar no Brasil tem suscitado, ultimamente, diversas discussões em torno da exigência de setores da sociedade civil em liberar os arquivos da ditadura militar. Atualmente, assistimos a uma disputa de memória travada pelos que foram diretamente atingidos pelo golpe militar de 1964 e pelos que participaram do regime ditatorial. E, ainda, a falta de esclarecimento, o apagamento e, principalmente, a impunidade provocam um silêncio da sociedade civil e daqueles que continuam carregando as cicatrizes do que sofreram no passado.

As disputas de memória da ditadura militar têm aparecido com frequência na mídia. Além de alguns documentários que tratam da abertura dos arquivos da ditadura, pudemos assistir alguns filmes que abordaram esse tema. Por outro lado, também houve documentários e entrevistas em programas e noticiário televisivo que abriram espaço para depoimentos de ex-militares que participaram diretamente desses

atos de crueldade, nos quais, acabavam culpando, através de seus discursos ambíguos, as próprias vítimas.

Notamos, portanto, que se continua erguendo, por cima do sofrimento, tanto daqueles que foram diretamente atingidos pela ditadura como por cima do sofrimento de todo um povo, o silenciamento das crueldades cometidas e do “crime” contra o tipo de democracia estabelecida na sociedade da época. Não se discute a questão do golpe militar como uma violação de direitos.

Para Coimbra (2009, p. 7), uma reparação efetiva deve compreender “a investigação e o esclarecimento dos fatos violadores, a publicização e responsabilização dos agentes envolvidos nesses fatos, a garantia de atendimento médico-psicológico e de reabilitação física e social aos atingidos”. A não publicização, o esquecimento e o silenciamento produzem uma dupla violação: além da que foi sofrida – se nenhuma atitude for tomada por parte do atingido e/ou das autoridades governamentais – continua-se, no dia a dia, a ser violentado. O desrespeito do esquecimento, do silenciamento, da não investigação, do não esclarecimento dos fatos e da não publicização significa novas violações (*Id. ibid*).

Quando iniciei a elaboração de uma pesquisa que visava abordar o Colégio Pedro II durante a ditadura militar, me deparei com o fato de não existir, nos arquivos do Colégio, pesquisas sobre o assunto. Resolvi, então, me dedicar a preencher essa lacuna, pois o silêncio verificado, até mesmo nos dias atuais, salta aos ouvidos e nos desperta para o desvelo histórico necessário.

O recorte temporal foi delimitado entre os anos de 1964 e 1979, devido à correlação histórica entre fatores conjunturais nacionais e fatores internos ao Colégio. No âmbito nacional, esse período é considerado o de maior repressão durante os anos de ditadura, tendo como marco inicial o próprio golpe militar e como marco final a anistia e a retomada dos movimentos populares de redemocratização. No âmbito interno ao Colégio Pedro II, esses quinze anos se destacam como uma fase de medo e apatia, com repercussões administrativas e pedagógicas negativas. Através das entrevistas, que de início pareciam não revelar muito, verificamos, em vários momentos, um esquecimento revelador

e uma memória silenciada, que, aos poucos, foi se restaurando. A pesquisa, então, foi elaborada perseguindo as pegadas quase apagadas pela memória silenciada, na qual se refugiam as lembranças que preferimos esquecer.

O Colégio Pedro II que foi sendo revelado através das investigações é um estabelecimento de ensino inserido na realidade imposta por aqueles anos de chumbo. É um estabelecimento inserido no contexto do Brasil sob a ditadura militar que, nos primeiros anos, sofreu com as imposições de atos institucionais, com as imposições da Lei Suplicy, em um contexto educacional sob interferência dos acordos MEC-USAID. O Ato Institucional nº 5 e o Decreto Lei 477 tiveram bastante repercussão no Colégio Pedro II, fazendo com que os anos subsequentes fossem caracterizados pelo controle ideológico da doutrina elaborada através de políticas educacionais impostas.

Os caminhos da pesquisa foram as trilhas do silenciamento histórico de um período relevante da história do Colégio. A proposta inicial era averiguar os impactos das políticas educacionais implementadas naquele período, verificar os aspectos de subordinação e resistência da comunidade escolar a essas políticas e analisar as concepções pedagógicas que vigoravam no Colégio Pedro II. Poucas informações estavam disponíveis sobre as lutas concretas travadas pela comunidade escolar contra a ditadura instalada em 1964 ou contra as arbitrariedades ocorridas dentro do Colégio Pedro II.

As primeiras informações obtidas, em entrevistas informais, eram evasivas ou afirmavam que nada demais havia acontecido, a não ser má administração do Diretor Geral da época. No Núcleo de Documentação e Memórias do Colégio Pedro II (NUDOM), infelizmente, não havia muita documentação, pois, segundo informações, a maioria dos documentos havia se perdido. Mesmo assim, com a ajuda dos responsáveis pelo setor, fomos descobrindo documentos que começavam a despontar os acontecimentos. Os primeiros indícios foram encontrados nas pastas do professor Haroldo Lisboa da Cunha (professor catedrático de Matemática e Diretor do Externato de 1967 a 1968), organizadas pelo NUDOM, contendo recortes de jornais, relatórios, anotações pessoais, etc.

Iniciamos as entrevistas. A primeira entrevista foi marcada com o então Diretor Geral, Wilson Choeri (Diretor Geral do Colégio Pedro II de 1994 até 2008). Ao saber do que se tratava, ele informou que, naquela época, não trabalhava na instituição e, até onde ele sabia, não tinha acontecido nada de relevante. Quando indagamos sobre o esvaziamento do colégio na década de 1970, ele informou que a Lei 5.692/71 tinha acabado com o concurso de admissão no primeiro grau. Esse era um dos motivos do esvaziamento. Esse primeiro encontro não foi muito revelador. Logo depois, entrevistamos o Professor Geraldo Pinto Vieira³ e o Professor Clóvis do Rego Monteiro Filho.⁴ Nessas entrevistas, soubemos mais sobre o funcionamento do colégio naquele período, de alguns acontecimentos relevantes, da gestão do Professor Vandick Londres da Nóbrega,⁵ das perseguições a professores, dos alunos que desapareceram do colégio e de um tal “livro de denúncias” que o professor Vandick instaurou, mas que nunca foi usado. Essas informações abriram o caminho da pesquisa no sentido de nos levar a um olhar mais crítico em relação à gestão do Colégio no período escolhido. A entrevista com o professor do Laboratório de Química, Victor Hugo D’Oliveira Cabral⁶, foi fundamental para conseguirmos os primeiros

-
- 3 Geraldo Pinto Vieira se formou no Colégio Pedro II em 1955 e foi funcionário do CPII desde 1956. Formado em História pela UERJ em 1959, foi professor de História do CPII, tendo exercido o cargo de coordenador e chefe do Departamento de História até 1985. Atualmente, aposentado, é um dos responsáveis pela organização do NUDOM.
 - 4 Clóvis Monteiro Filho foi professor de História do Colégio Pedro II entre 1956 e 2006. Em 1959, fez parte da Congregação do colégio como representante dos professores e foi coordenador de História da Unidade São Cristóvão.
 - 5 Vandick L. da Nóbrega foi Diretor do Internato a partir de 1964 e foi o primeiro Diretor Geral do Colégio Pedro II, de 1967 a 1979. Sua gestão abrangeu todo período ditatorial, entre abril de 1964 e a abertura política em 1979, quando foi dispensado da função de Diretor Geral pelo então Ministro da Educação, Eduardo Portella.
 - 6 Vitor Hugo d’Oliveira Cabral trabalha no Colégio desde 1960. Formado em Química pela Faculdade Souza Márquez em 1975. Atualmente aposentado de uma das matrículas, exerce o cargo de Laboratorista de Química, na segunda matrícula.

indícios dos tipos de repressão e resistências que ocorreram no Colégio. Com ele conseguimos os primeiros jornais estudantis, foram importantes para obtermos informações e encontrar os ex-alunos envolvidos nos Grêmios estudantis da época.

Investigamos também fichas funcionais de alguns professores, nas quais foi possível verificar que o Colégio Pedro II foi, como tantas outras instituições de ensino, atingido de diversas formas pelo regime instaurado pelo golpe de 1964 através de perseguições, afastamentos e aposentadorias de professores e técnicos administrativos, assim como pela repressão a estudantes. Nos documentos arquivados pelo Grupo Tortura Nunca Mais, encontramos a face mais cruel desse regime, a morte sob tortura ou sumária de pessoas que lutaram por liberdade, dentre elas, oito ex-alunos do Colégio Pedro II.

As entrevistas, tanto com os servidores como com ex-alunos, foram, desde o início, o instrumento de pesquisa mais eficaz, por revelarem acontecimentos que, aparentemente, não tinham sido registrados. Essas revelações nos levaram a iniciar a pesquisa nos documentos do DOPS, que se encontram no APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), nos quais pudemos confirmar as histórias contadas, sob outros pontos de vista, e averiguar novos fatos. Nos documentos do Fundo de Polícia Política nos deparamos com um outro Colégio Pedro II, uma instituição sob vigilância, sob controle, silenciada nos porões da ditadura.

A partir das informações obtidas nesses documentos, verificamos que, mesmo antes do período da ditadura militar, o Serviço de Informação elaborava documentos para vigiar o Colégio Pedro II, como era feito também com outras instituições, movimentos populares e partidos políticos. Durante a ditadura militar, essa vigilância foi legitimada pela doutrina de segurança nacional.

Notamos, também, que a vigilância se exerceu no cotidiano do Colégio, com denúncias de supostas subversões e com perseguições políticas a alunos e servidores. Em várias ocasiões, era o próprio Diretor-Geral ou os diretores das Unidades que comunicavam à polícia política ou denunciavam, por meio de boletins informativos, os alunos, ex-alunos e servidores do Colégio que estavam envolvidos em algum tipo de ação.

Considerando a resistência como um outro polo da dominação, inseparável e em constante conflito, o que esteve em disputa no período abordado foram meios diferentes de lidar com a realidade específica vivida naqueles anos de repressão.

No processo dessa construção histórica, o resgate dessa memória de luta favorece o reconhecimento do papel de cada indivíduo como agente desse processo. Nesse sentido, reconhecer a importância que teve o Colégio Pedro II na luta contra a ditadura militar, principalmente na luta em defesa da escola pública, é quebrar o silêncio sobre um período de medo e de resistência, presente na memória até os dias atuais. É essa memória que traz à tona não só as circunstâncias mais opressivas, sofridas por muitos, mas também as vitórias conquistadas, cuja repercussão é vivida ainda hoje.

1. A luta contra a ditadura no Colégio Pedro II: defendendo a escola pública

As lutas travadas pelos estudantes e pelos servidores do Colégio, no período da ditadura, foram publicadas nos jornais estudantis do Colégio Pedro II e em jornais de grande circulação que noticiaram as ações daquele movimento de resistência.

O contato com os impressos estudantis produzidos pelos alunos do Colégio Pedro II, nas décadas de 1960, me permitiu perceber que esses periódicos serviam de diversas formas ao movimento estudantil: informavam notícias locais e internacionais; informavam os eventos culturais que aconteciam no Colégio e fora dele; divulgavam as diversas produções artísticas e intelectuais dos próprios alunos e ainda serviam como um instrumento para a organização do movimento estudantil denunciando os problemas que os estudantes passavam e os chamavam para a luta.

No ano de 1965, iniciaram as diversas manifestações de protesto contra os excessos disciplinares e contra a repressão. Jornais como *Vanguarda Estudantil*, *Reflexo*, *Bossa Nova*, *A Flama* e *Carcará* ajudaram a denunciar as arbitrariedades e unir alunos de todas as seções nessa luta.

A imprensa estudantil tem sido um dos principais instrumentos de mobilização e conscientização dos estudantes do Colégio Pedro II. Desde o final do século XIX, sempre esteve presente a preocupação dos alunos em opinar sobre os problemas nacionais e defender suas ideias.

No início do século passado, a produção de jornais, manuscritos ou impressos, foi intensa no Colégio Pedro II. Nos anos de 1930 e de 1940, a produção de periódicos foi copiosa. Diversos títulos foram produzidos por diferentes grupos de estudantes do Colégio, tais como *O Arauto*, *Pronome*, *Vanguarda*, *A Careta*, *Vamos Ler*, *Ciências e Letras*, *Atalaia*, *Ateneu*, *O Brado*, *O Tangará* e *Alfa-Ômega* entre outros. “Quando há recursos financeiros são as folhas impressas, ganhando aparência de autênticos jornais” (SEGISMUNDO, 1987, p. 45).

Com a expansão do Colégio, através da fundação das novas Seções e, também, com a criação dos diversos grêmios estudantis, proliferou a produção de jornais estudantis e revistas. A partir da década de 1950, outras publicações surgiram nas Seções. Os alunos do Internato fundaram *A Flama*; na Seção Norte, foi fundado o jornal *A Chama* e a revista *CAE (Ciência e Arte Estudantil)* e, nas outras Seções, houve outras publicações de menor alcance. O último jornal criado antes do golpe militar foi o *Padrão*, órgão oficial da Associação dos Alunos do Colégio Pedro II (A.A. Colégio Pedro II), fundado em 1963, logo após a fundação da A.A. Colégio Pedro II. No editorial desse jornal percebemos a preocupação dos dirigentes em valorizar a relação com o alunado afirmando que o *Padrão* era “o elo que une a cúpula da entidade máxima representativa às suas bases. É o diálogo franco entre educando e educador, tendo como objetivo tornar o estudante sujeito de sua própria educação” (*Padrão*, 1963).

No início do ano letivo de 1964, logo após o golpe militar, os grêmios do Colégio foram fechados e as publicações cessaram. O movimento estudantil secundarista, assim como o movimento universitário, foi desmantelado e suas entidades de nível nacional e estadual foram extintas. Nos primeiros meses após o golpe, os secundaristas iniciaram a reorganização do movimento, tendo de preparar novas lideranças e estruturas. Jornais como *A Chama* (S. Norte)

e *A Flama* (Internato), que já existiam antes do golpe, haviam sido interrompidos, mas ressurgiram a partir da reorganização dos grêmios.

No final do ano de 1964, foi fundado o jornal *Vanguarda Estudantil* com o objetivo de ser um meio de divulgação das lutas em defesa dos direitos dos estudantes. Outros jornais como *Reflexo* (S. Norte, 1966), *Bossa Nova* (Sede, 1966) e *Carcará* (Sede, 1966) foram surgindo à medida que os Grêmios foram se reestruturando e as discussões políticas foram se acirrando.

Esses jornais⁷ circularam no Colégio de 1964 a 1968, período no qual ainda era possível se manifestar, protestar e exprimir, com relativa liberdade, as opiniões estudantis. Depois do AI-5 isso se tornou impossível.

Ao falarmos da história dos estudantes secundaristas, através de seus impressos, podemos nos referir tanto aos processos dos quais eles estavam fazendo parte, nos diversos momentos históricos, quanto aos relatos realizados pelos mesmos narrando os acontecimentos de sua época. A imprensa estudantil do Colégio Pedro II foi, naquele período, um importante meio de organização dos estudantes, sendo a principal vinculação entre o grêmio e o conjunto dos alunos, possibilitando uma maior integração dos alunos com as lideranças estudantis, fator decisivo para diversas conquistas e, também para a formação das resistências dos alunos após golpe militar. A partir desses jornais, pudemos acompanhar as diversas lutas organizadas, na ocasião, pelo movimento estudantil e o engajamento da comunidade do Colégio Pedro II nessas lutas.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a ditadura militar teve um projeto para a educação similar ao projeto econômico e político que pôs em curso a partir do golpe. O alinhamento da educação à política e à economia teve como ponto chave os Acordos MEC-USAID.

7 Os exemplares analisados foram disponibilizados pelo professor Victor Hugo e por ex-alunos que haviam guardado alguns desses jornais. Os outros exemplares não conseguimos encontrar. Segundo relatos desses ex-alunos, a dificuldade em encontrar jornais dos estudantes se deve ao fato de não haver por parte do aluno secundarista a preocupação em arquivar todos os documentos. E, também, por muitos jornais e documentos terem sido queimados por precaução, no período da repressão.

A resistência estudantil existente na década de 1960 se tornava, pois, um entrave na implementação dos projetos educacionais da ditadura. Por isso, para acompanhar tal implementação, além do “tratamento de choque”, foi aprovada uma lei específica para a repressão do movimento estudantil, em novembro de 1964, que ficou conhecida como Lei Suplicy de Lacerda. A lei tinha o nome do então Ministro da Educação.

Segundo Arthur Poerner (1968, p. 242), “a Lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação”. Essa era a situação após o golpe, quando a Lei Suplicy de Lacerda limpava a área para garantir os Acordos MEC-USAID. O ministro só não esperava que sua lei servisse como aglutinante de um movimento estudantil que ainda tentava se reorganizar. A sua revogação foi uma das principais bandeiras de luta dos estudantes nesse período.

As principais lideranças tinham sido perseguidas, outras tiveram de surgir, dentro de uma nova situação política que se apresentava, numa situação de refluxo das lutas populares. As experiências e as discussões sobre a realidade universitária e sobre a situação do ensino no Brasil de antes do golpe foram fundamentais para a continuação das lutas estudantis posteriormente.

Os grêmios do Colégio Pedro II tinham sido fechados, desmobilizando os alunos, já perplexos diante do próprio golpe. A nova situação imposta aos estudantes obrigou-os a iniciarem as discussões sobre a reorganização do movimento e lutar pela reabertura dos grêmios, principalmente após a extinção oficial pelo governo militar, das entidades estudantis. Entretanto a existência de um grêmio livre e autônomo já era uma tradição, desde o início da década de 1930, e os alunos do Pedro II já tinham uma história de luta, o que propiciou uma reorganização rápida, logo nos primeiros anos da Ditadura Militar, do movimento estudantil pedrossecundense.

Uma das primeiras manifestações de protesto e de reivindicação, que aconteceu ainda em 1964, foi a luta por mais vagas nas instituições públicas de ensino, nas universidades e nas escolas de ensino médio, a

chamada “luta pelos excedentes”. No início da década de 1960 a sociedade brasileira clamava por reformas. No âmbito da educação, professores e estudantes se uniram para pleitear uma educação mais voltada para a realidade brasileira. Uma das preocupações era o acesso limitado, pela falta de vagas, às universidades e aos colégios de ensino médio de qualidade, porque, para muitos, o diploma de um curso superior era a garantia de ascensão social. A luta em favor dos excedentes⁸ do Colégio Pedro II teve início logo depois do resultado das provas de admissão em janeiro de 1965.

Durante o ano de 1965, os alunos do Colégio lutaram pela aprovação do Regimento Interno do Grêmio Científico Literário Pedro II – Externato⁹(sede), pela reorganização dos grêmios de todas as Seções e pela reestruturação da Associação dos Alunos do Colégio Pedro II, que, naquele momento, era de extrema importância para a união de todos os alunos num propósito comum.

A questão do movimento de massas é o que podemos destacar, em primeiro lugar, como um dos principais avanços do movimento estudantil no período entre 1964 e 1968. A necessidade de mobilização das massas era um imperativo para o prosseguimento da luta política dentro das escolas e universidades, num momento de refluxo das forças populares. Com a forte repressão pós-64, o movimento se reorganizou a partir das questões concretas dos estudantes. Eram elas as lutas contra as anuidades, contra as Fundações Educacionais, por mais vagas e mais

8 A luta dos excedentes foi amplamente noticiada nos jornais da época. Em 1965 os alunos excedentes do CPII tiveram de se matricular em colégios da rede estadual. Em 1966, depois de muita luta, o então ministro da educação Pedro Aleixo foi favorável à ampliação de vagas para atender os alunos excedentes. (Ata do Conselho Departamental fevereiro de 1966).

9 No jornal *Vanguarda Estudantil*, foi noticiado este fato dando ênfase à importância da participação dos alunos na luta pelos seus direitos: “O Grêmio conquistou uma das maiores vitórias políticas no sentido do seu fortalecimento ao ser aprovado pelo conselho departamental e baixado em portaria pelo diretor do externato, Professor Carlos Potch, o seu regimento interno, cujos estudos preliminares absorveram o trabalho de várias gestões, concluído afinal grandes vitórias para os gremistas pela atual diretoria da entidade [...]” (*Vanguarda Estudantil*, 1966, p. 3).

verbas nas universidades, pela manutenção dos restaurantes universitários, contra a Lei Suplicy e os Acordos MEC-USAID, etc.

A luta contra a transformação dos estabelecimentos de ensino público em Fundações Educacionais aglutinou os estudantes de nível médio e de nível superior. Segundo Poerner, em 1966, o movimento estudantil se aprofundou nas denúncias das interferências norte-americanas na educação e propôs o não pagamento de anuidades, principalmente por essa medida simbolizar o “cumprimento da orientação norte-americana de privatizar o ensino brasileiro, mediante a transformação das universidades federais e estaduais e dos colégios públicos secundários, como o Pedro II, em fundações” (POERNER, 2004, p. 241).

No Colégio Pedro II, segundo o jornal *Correio da Manhã* e de acordo com as notícias veiculadas nos diversos jornais estudantis do Colégio Pedro II daquele período, a luta contra a Fundação teve início em março de 1966, em uma assembleia com 6000 alunos, representando todas as Seções. Os protestos se estenderam até ser anunciado que o Colégio viria a se constituir uma Autarquia Federal de administração indireta, o que se concretizou somente em fevereiro de 1967. Essa mobilização fortaleceu os grêmios de todas as Seções.

Os anos de 1966 a 1968 foram marcados por manifestações por mais verbas, por mais vagas nas universidades e nos colégios públicos e contra as anuidades, que desencadearam a mobilização nacional dos estudantes contra o corte de verbas para as universidades. Nesse período, a participação dos estudantes secundaristas cresceu tanto que “formavam uma verdadeira linha dura do movimento, com um radicalismo e uma disposição que chegavam a assustar os universitários” (*Ibidem*, p. 258).

Após a morte do secundarista Edson Luís de Lima e Souto, em 28 de março de 1968, o movimento estudantil assumiu o descontentamento social contra a ditadura. A partir desse episódio, a “passeata dos 100 mil” foi um marco do apoio de diversos setores da sociedade, inclusive de grande parte da classe média, às reivindicações estudantis, demonstrando um desgaste na imagem da ditadura militar.

A partir do segundo semestre de 1968, as lutas estudantis de massas entraram em um relativo refluxo. Muitas lideranças já estavam

na clandestinidade. Em outubro, foi abortada a realização do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em que a polícia prendeu as principais lideranças e, com a implantação do AI-5, o movimento estudantil foi praticamente esfacelado e a resistência sofreu derrotas irreparáveis.

No âmbito do Colégio Pedro II, nos primeiros anos da Ditadura Militar se configurou uma forma de resistência singular em defesa da escola pública, onde houve união de diferentes forças que, naquele momento, defendiam melhores condições de ensino, protestavam contra os excessos disciplinares de alguns diretores, contra a repressão ao movimento estudantil, além de se oporem à ditadura recém instalada no país. No início do ano letivo de 1965, professores, principalmente os catedráticos, que se sentiam ameaçados com as propostas de reforma, e alunos, que temiam perder o espaço da escola gratuita que já haviam conquistado, junto com outros preocupados com a qualidade de ensino, aglutinaram suas forças na luta contra a proposta de transformar o Colégio Pedro II em uma Fundação Educacional, a qual abriria precedentes para a cobrança de anuidade de alunos dessas escolas públicas.

Vários fatores contribuíram para o engajamento político desses alunos e servidores: o contexto político do país, a participação dos alunos no Grêmio do Colégio ou nos diversos movimentos estudantis fora e as atividades políticas exercidas por alguns professores e técnicos do Colégio. O descontentamento da comunidade escolar foi crescendo à medida que a repressão aumentava, principalmente após a promulgação da Lei 4464/64 (a chamada Lei Suplicy), que gerou revolta tanto no corpo docente quanto no corpo discente, o qual começou a se rebelar contra as arbitrariedades dos novos diretores.

Diante da situação estabelecida a partir do golpe, os alunos das diferentes Seções se organizaram nos grêmios com o objetivo de defender seus direitos. Começou, assim, a se delinear uma oposição ao regime ditatorial. No jornal *Vanguarda Estudantil*, os alunos do Colégio Pedro II – Sede já se manifestavam nessa direção:

O presidente do grêmio da sede, colega Maurício, está com grandes planos para a entidade, inclusive a

realização do seminário de estudos gremistas reunindo alunos do externato e internato do colégio-padrão. Segundo declarações exclusivas ao V.E. do novo presidente, esta entidade coordenará a campanha para a realização de eleições livres e democráticas para o grêmio do internato que encontra-se fechado desde o dia 1º de abril de 1964. (*Vanguarda Estudantil*, 1965)

A luta em defesa da escola pública traduziu-se nas reivindicações por mais verbas para a educação, por liberdade de organização e por uma educação livre das interferências externas. Nessa ocasião, os jornais dos grêmios do Colégio Pedro II expressavam as opiniões dos alunos em relação às diversas medidas do governo ou das direções. Pudemos acompanhar o processo da luta contra a transformação do Colégio Pedro II em Fundação Educacional, pelos jornais estudantis da época.

No jornal *Vanguarda Estudantil*, de setembro de 1965, pode-se conferir que a posição dos alunos a esse respeito era, no primeiro momento, a de analisar a questão:

A diretoria do grêmio constituiu um grupo de trabalho para o anteprojeto da fundação educacional Pedro II, elaborado pela congregação e atualmente em estudos por um GT do MEC, de modo que os alunos do Colégio Pedro II tomam posição contra ou a favor consubstanciados nos estudos. (*Vanguarda Estudantil*, 1965).

No início do ano letivo foi anunciado, no jornal *Reflexo* Nº 1, uma assembleia de alunos do Colégio para o dia 20 de março, com o objetivo de debater os problemas relativos à Fundação:

A Associação de Alunos, órgão máximo representativo dos dezesseis mil alunos do Colégio Pedro II formada pelos grêmios, decidiu por unanimidade a instalação de uma assembleia, convocando todos os alunos desse educandário para participarem deste conclave estudantil na sede.

O professor Carlos Potsch na ocasião, debaterá com os estudantes a passagem do colégio Pedro II para fundação. A Associação de Alunos espera o comprometimento maciço dos estudantes das seções.

A assembleia será dirigida pela presidente da associação, devendo se ressaltar que é a primeira assembleia do gênero que se realiza em toda a história do Colégio Pedro II. (*Reflexo*, 1966).

Em maio de 1966, o jornal *Bossa Nova*, órgão dos alunos do Colégio Pedro II – Sede, publica um artigo intitulado “Morreu o Projeto de Fundação?”, no qual os estudantes alertam, mais uma vez, a comunidade escolar. Nesse artigo, o diretor do externato Carlos Potsch afirma: “O corpo docente do colégio, pela maioria do seu quadro, parece também estar contra o referido projeto”.

Esses artigos geraram discussões que ultrapassaram os muros do Colégio. O diretor do internato, Vandick Londres da Nóbrega, escreveu vários artigos¹⁰ intitulados “Fundação ou Subversão?”, publicados em *O Globo* no mês de maio daquele ano, nos quais defendia o projeto de Fundação Educacional e analisava as objeções apresentadas pelos alunos e pelos docentes, em diversos jornais.

A ameaça de transformar o Colégio Pedro II em Fundação Educacional gerou um debate em torno da importância de defender a escola pública e protestos dentro e fora do Colégio. Durante todo o ano de 1966, vivenciaram-se manifestações de vários tipos daqueles que eram contrários à ideia da Fundação. Os alunos pautavam suas reivindicações no sentido de não permitir a privatização do Colégio. A comunidade escolar, como um todo, se envolveu, ex-alunos do Colégio Pedro II solicitaram, através de carta ao Ministro da Educação que o Colégio Pedro II não se transformasse em uma Fundação.

10 O artigo “Fundação ou Subversão”? foi publicado pelo próprio Vandick no livro *A revolução brasileira e o sol de Roma*, de 1969, que reproduz fielmente artigos que foram publicados no jornal *O Globo* em maio de 1966.

Em junho de 1966, através do jornal *Carcará*, os estudantes, assim, se manifestam em relação à vitória conquistada.

Vencemos! Fundação: primeira etapa da luta.

Na BATALHA que ora travamos, acabamos de vencer mais uma etapa! Fato auspicioso e que deveria ser comemorado condignamente. Queimamos mais uma fase, colegas! Vencemos temporariamente [...].

De nosso trabalho consciente e real, objetivo e concreto, dependerá o futuro de toda a nossa geração.

Essa nós vencemos, colegas! Comemoramos vitória temporária transformando-a numa ampla e geral. Começamos desde já a nos preparar para a próxima tacada [...]

Nós, alunos desta geração, cumprimos com nosso dever, lutando pelo direito de muitos de nossos colegas, que não teriam condições de estudar em um regime de, Fundação. (*Carcará*, 1966).

2. Gritos de resistência: a luta continua

A luta contra o projeto de criar a Fundação Pedro II cessa somente quando, em 28/02/67, através do Decreto-Lei nº 245/67, o governo decide transformar o Colégio Pedro II em autarquia. Contudo não cessa a luta contra a repressão. Os estudantes secundaristas uniram-se aos universitários contra a Lei Suplicy, contra os acordos MEC-USAID e contra as propostas educacionais baseadas no Relatório Atcon e engajaram-se na luta pela redemocratização do país, e até se envolveram em movimentos revolucionários mais radicais.

No início de 1966, os estudantes secundaristas já estavam se preparando para realizar o congresso da AMES, No jornal *Reflexo*, podemos conferir o empenho dos estudantes no sentido de reorganizar o movimento estudantil e realizar um congresso cuja a pauta principal era a defesa da escola pública:

O Conselho Nacional de Estudantes Secundaristas de Grau Médio nomeou uma junta governativa que deverá dirigir os destinos da AMES, até o próximo congresso a ser realizado no mês de maio vindouro. A Junta Governativa emitirá nota oficial à imprensa ainda esta semana [...]. A realização do Conselho Nacional dos Estudantes de Grau Médio, nos últimos dias de janeiro, estudantes cariocas compareceram, tendo à frente forte movimento gremista, formados pelos grêmios dos colégios Pedro II, Escola Técnica Nacional e Aplicação.

Naquela oportunidade alegaram os estudantes cariocas a necessidade de estarem presentes a tão importante encontro que representa mais uma tentativa de reorganização do movimento estudantil brasileiro.

Segundo nota oficial que será distribuída à imprensa ainda essa semana, a Junta Governativa da entidade [...] iniciará vasta campanha no sentido de defesa da escola pública, abatimento nas conduções para estudantes, barateamento do material escolar, padronização do livro didático e defesa do funcionamento das entidades estudantis em sua plenitude. (*Reflexo*, 1966, p. 3).

Porém, o Congresso que estava sendo preparado desde o início daquele ano, marcado para se iniciar dia 27 de maio, às 20 horas, com uma *Abertura Solene*, no Sindicato dos Metalúrgicos, foi proibido. Os estudantes, em um artigo redigido na época, assim relatavam esse acontecimento:

Desde cedo os policiais, comunicando-se, constantemente, pelo rádio, com o posto central vigiavam a situação. Os alunos que começavam a chegar tiveram sua entrada vetada ao recinto onde realizar-se-ia, a abertura solene – o auditório do sindicato dos metalúrgicos.

Nisto os líderes estudantis presentes pertencentes a AMES compareceram para conversar com as autoridades. [...]. Enquanto aguardava-se a volta dos representantes da AMES levados para entrarem em entendimento com o general Niemayer, superintendente executivo do DOPS, pediram a todos os estudantes presentes que se dirigissem para o Largo do Pedregulho até às 20, 40, hora marcada para o retorno dos representantes da AMES que haviam ido parlamentar [...]. A decisão sobre a possibilidade de ser levado a efeito o Congresso seria tomada no dia primeiro do corrente, às 14 horas, em nova entrevista com o general Niemayer, na polícia central [...]. Desta entrevista ficou resolvido terminantemente, que o congresso não se realizaria, não sendo para isto apresentadas razões, a não ser as enigmáticas ordens superiores que segundo se apurou vêm do Ministério da Guerra. [...]" (*Bossa Nova*, 1966).

Portanto, em 1966, não foi possível a realização do referido Congresso. Porém, segundo Maria de Lourdes Fávero:

Apesar da violenta repressão policial, as manifestações estudantis continuam durante todo o ano de 1966, e dezenas de estudantes foram detidos. No início de 1967, a situação se agravou: somente no dia 25 de fevereiro, no Rio de Janeiro, cerca de 300 estudantes foram presos ao tentarem realizar o Congresso da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES). (FÁVERO, 2003, p. 577)

Mesmo nesse contexto, os estudantes continuaram se organizando para lutar contra a implementação dos acordos MEC-USAID. A preocupação da diretoria do grêmio em esclarecer os alunos, principalmente os vestibulandos, sobre esses acordos fica evidente nos seguintes trechos do artigo publicado no jornal *A Flama*:

Para uma melhor exposição da eminente situação em que breve nos encontraremos, resolvemos apresentar alguns trechos do relatório Atcon, elaborado pelo professor universitário americano Rudolf Atcon, a pedido do departamento do estado dos EUA, como plano de reorganização das universidades da América Latina, e sua integração econômica, e do acordo MEC-USAID, que tem como ponto primeiro e principal a reestruturação do ensino superior [...]

A reforma que visa a transformação das universidades em fundações privadas pode ser vista como uma tentativa para a elitização do ensino superior. Tal fato ocorrerá; porém não deve esta análise nos levar a crer que este é o objetivo principal do plano. Evidentemente que ao se aplicarem seus ideais não lhe fossem oferecidos obstáculos, ser-lhes-ia bastante melhor. Mas problemas de tal ordem poderão estar sanados na medida em que essa aplicação seja engenhosa e sutil. [...] Uma das consequências da instauração desse plano seria o aniquilamento do movimento estudantil. [...] À primeira vista surge o marcante interesse norte-americano de infiltrar-se na formação de juventude latino-americana, e o pacifismo das autoridades, que ao assinarem acordos como este demonstram claramente procurar solapar o movimento estudantil, sufocando as aspirações da juventude. (*A Flama*, 1967)

Além das manifestações e dos protestos relacionados diretamente com as causas secundaristas ou questões do Colégio, os estudantes do Colégio Pedro II se envolviam, por solidariedade, em outras lutas, como a resistência estudantil, do dia 22 de setembro de 1966, quando se deu a invasão policial à Faculdade de Medicina da UFRJ. A esse respeito, podemos ler no jornal *Vanguarda Estudantil*:

Passado um mês da invasão da Faculdade de Medicina da UFRJ, pela polícia, um dos mais brutais atentados já realizados contra pacíficos cidadãos [...]. O Vanguarda Estudantil publica abaixo o depoimento de um estudante de nosso Colégio, presente na madrugada de 22 de setembro. Por certo este depoimento ficará para a história como um marco de coragem e civismo de nossa juventude estudantil [...]

12, 30 – Em número de cem entre moças e rapazes, chegávamos à reitoria da UB, acompanhados por alguns colegas que nos orientavam, impedindo que muitos de nós cometêssemos excessos e mostrando-nos com clareza e objetividade a importância de nós – secundaristas – estarmos ombro a ombro com os universitários numa luta justa e de real interesse para o nosso presente e futuro. Muitos de nós portávamos o uniforme do Colégio, o que fez nossos colegas nos aconselhar a tirar pelo menos a gravata para que posteriormente, conhecidos demagogos em nosso meio, não dissessem que estávamos “desonrando o nosso Colégio”, o que não é verdade, pois se quisermos honrar nossa tradição, veremos que na história do país, o Pedro II sempre teve o seu papel, desde a revolução de 1930 até os tempos atuais e que é mais importante – sempre terá [...]. (*Vanguarda Estudantil*, 1966).

No jornal *A Flama* de 1967, os alunos comparavam o período ditatorial, de meados da década de 1960, com o nazi-fascismo vivido na Segunda Guerra Mundial:

Realmente, “vivemos num tempo sombrio” (Brecht). Surpreendentemente, podemos usar a mesma frase do poeta alemão para época em que vivemos. Para esta época que, embora seja de pós-guerra, continua sangrenta e amarga; para esta época em que embora já

vencido o nazi-fascismo, vemos ser tantas vezes desonrada a democracia, tantas vezes, humilhado o direito da liberdade de expressão. (*A Flama*, 1967)

Esse mesmo artigo denuncia algumas das arbitrariedades que foram praticadas contra os estudantes como: a proibição da livre expressão dos alunos; a dissolução de assembleias de alunos em várias escolas; o fechamento dos grêmios da Seção Norte e da Sede do Colégio Pedro II, dentre outras arbitrariedades.

Existem, enfim, vários exemplos dessa ordem que atestam o real diálogo que há entre os estudantes e governo. “O diálogo do governo é o cassetete? (Jaguar)”. (*A Flama*, 1967).

Como pudemos notar, as formas de resistência que se articularam nos movimentos estudantis foram as mais distintas. Nesse rol de articulações, estavam os protestos internos, passeatas, greves perpetradas diretamente contra atos arbitrários de algum diretor do Colégio e as greves gerais de estudantes. Houve avanços relevantes como a transformação do Colégio Pedro II em Autarquia Federal, enterrando de vez a possibilidade da proposta de Fundação Educacional. Essa notícia foi considerada pelos alunos do Colégio, e por uma boa parte dos servidores, como uma grande vitória, depois de quase dois anos de mobilização contra as Fundações Educacionais. Porém, esse Decreto-Lei criou o cargo de Diretor-Geral, o qual foi imediatamente ocupado pelo então diretor do Internato, professor Vandick Londres da Nóbrega, nomeado diretamente pelo Presidente Humberto Castello Branco. Com a criação do cargo de Diretor-Geral, houve uma centralização do poder nas mãos desse dirigente, o que facilitou o controle e a vigilância, interferindo tanto no andamento pedagógico quanto na relação professor-aluno e nas diversas relações interpessoais.

A vigilância interna se intensificou com a promulgação do Ato Institucional nº 5, baixado no dia 13 de dezembro de 1968, (AI-5) e do Decreto-Lei 477, que ameaçavam diretamente os estudantes. Com o endurecimento da repressão os grêmios foram novamente fechados, alunos e servidores foram perseguidos, alguns foram presos e outros foram expulsos do Colégio.

A repressão desencadeou uma violência que teve como consequência a perseguição de centenas de militantes e estudantes, a cassação de vários políticos, a expulsão e exílio de outros tantos. Muitos foram torturados e assassinados. [...] Desespero e apatia foram os dois componentes do efeito da repressão nas escolas e nas universidades. Entre o desespero e a apatia caminhavam professores e estudantes que buscavam resguardar a dignidade de sua situação, só possível num ambiente de liberdades democráticas. (CUNHA, 2002, p. 40)

Portanto, o ano letivo de 1969 iniciou-se sob a égide do AI-5, o qual considerava “que todos os fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição” (FICO, 2004, p. 382). A partir dessa ótica, depois de o recém-instituído Governo ter consultado o Conselho de Segurança Nacional, o Brasil entrava em outro período de repressão, no qual se institucionalizou qualquer tipo de violência. O silêncio substituiu os gritos de protesto, facilitando as implantações das políticas impostas pelo regime vigente e suas ações mais repressivas.

No âmbito do Colégio Pedro II, alunos que já estavam marcados, por terem participado de movimentos de oposição nos primeiros anos da ditadura, foram transferidos e não puderam renovar suas matrículas no ano seguinte. O informe do Boletim Reservado nº 3/69, a seguir, nos mostra como isso aconteceu:

O Diretor do Colégio Pedro II – Sessão Externato, o professor (P1), alegando determinações de autoridades superiores, de acordo com o Regulamento Interno do Estabelecimento, informou que cerca de 100 (cem) alunos serão impedidos de renovar suas matrículas na escola, por estarem envolvidos nos movimentos estudantis do ano passado, que perturbaram a ordem

interna do Colégio. Esclareceu o professor (P1) que não se trata de expulsão, o que impediria de requerer matrícula em qualquer outro colégio do Brasil, mas houve impedimento para a renovação de matrícula naquele ano. Tendo “os indesejáveis” o direito de levar consigo um documento válido como transferência. (Boletim Reservado nº 3/69)

A partir de então, outras formas de resistência à ditadura militar foram se organizando. Boa parte desses alunos se engajou numa luta mais radical, seja diretamente na luta armada ou como simpatizante de movimentos revolucionários que visavam, além da luta pela democratização, a revolução socialista. Foram os casos dos ex-alunos Alex Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca, Kleber Lemos, Roberto Spiegner, Lincoln Bicalho Roque, Lucimar Brandão Guimarães, Fernando Augusto da Fonseca e Luiz Afonso Miranda Rodrigues, que foram assassinados no início da década de 1970.

Durante as entrevistas realizadas para a efetivação da dissertação foi possível recolher mais informações e lembranças que esses eternos alunos do Colégio Pedro II deixaram na memória de luta dos estudantes secundaristas do Colégio:

O Alex era uma figura muito particular, era bem jovem no Pedro II, mas já era um dos diretores do grêmio. O Alex tinha essa tradição familiar, era do partido, então entrou em aliança com as diretorias do grêmio. Ele era uma figura muito tímida, o irmão dele [Iuri] já era mais ativo. Eles até que não eram figuras proeminentes, eles ficaram proeminentes à medida que entravam na chapa. A gente tinha: o Alex que já tinha saído, Zé Roberto e o “Sandália”¹¹ também. Esse pessoal era

11 Nome de guerra de Fernando Augusto da Fonseca. Militante do PCBR, foi preso e morto juntamente com mais quatro companheiros. Dentre eles Getulio d'Oliveira Cabral, irmão professor do laboratório de química do Colégio Pedro II – São Cristóvão II, Victor Hugo d'Oliveira Cabral.

contemporâneo nossos que morreram, já na universidade, bem depois. Esses alunos foram expulsos do colégio... Eu lembro dessa greve. Foi a última greve, em 1968. Fizeram uma lista com todos que participaram, e nisso foram cortando as cabeças. (MARIA BEATRIZ A. DAVID, 2007)

O Lucimar foi meu aluno no Clássico, eu lembro que ele estava numa sala de meninas. Por causa do nome ele foi parar lá, achavam que era uma menina. Ele era muito inteligente, se interessava bastante por História e tinha opinião. Aqui no Colégio ele era muito reservado. Quando ele sumiu, foi de repente, acho que foi em 1969, nunca mais o vimos. Anos mais tarde eu soube que havia sido morto naquela época. (GERALDO P. VIEIRA, 2007)

Então entre o pessoal que fez o nosso jornal, estava o Benício Medeiros, que depois se tornou jornalista, o Anselmo Amador, um menino absolutamente brilhante, que acabou sendo assassinado por um louco que morava na sua rua, o José Roberto Spigner, que também era muito inteligente, era muito ligado ao Gabeira, foi quem me iniciou praticamente no cinema, depois se envolveu na luta armada e, com isso, foi assassinado nesse período. (MAURICIO D. DAVID, 2007)

Kleber Lemos da Silva era aquele adolescente de aparência franzina, fora dos padrões atléticos, mas transmitindo uma força interior que contrastava completamente com sua estrutura física. A sua lógica no pensar e no agir era absolutamente dialética, nada formal, fazendo dele uma pessoa leve, prática, com senso de humor constante. Sua ideologia o tornava belo

e contagiante, poético mesmo. Sem se falar da alegria e da ternura que transmitia, mesmo nos momentos das articulações mais difíceis do enfrentamento do imperialismo americano. ‘Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás.’ – a frase de Che Guevara retrata fielmente o Kléber [...]. Foram 30 anos vividos com a maior dignidade e coerência. Salve, Kléber! Você foi demais! Você é demais. (SANDRA DE F. ALVES, *apud* CAVALCANTI, 2003, p. 305).

Fontes e referências bibliográficas

JORNAIS ESTUDANTIS DO COLÉGIO PEDRO II

A Flama (1955-1968) (Ano I – n.º 1, n.º 2 e Ano VII – n.º 18). Órgão oficial dos alunos do internato do Colégio Pedro II.

Boletim dos Grêmios (2012) (setembro s/n.º).

Bossa Nova (1966) (Ano I – n.º 2) Órgão Grêmio Científico Literário do Colégio Pedro II. Seção Centro.

Carcará (1964-1966) (Ano 1 – n.º 1) Órgão Grêmio Científico Literário do Colégio Pedro II. Seção Centro.

Padrão (1963) (Ano I – n.º 1). Órgão oficial da Associação dos Alunos do Colégio Pedro II.

Reflexo (1966) (Ano I – n.º 1). Órgão Grêmio Científico Literário do Colégio Pedro II. Seção Norte.

Vanguarda Estudantil (1964-1966) (Ano I – n.º 4 e n.º 7) Órgão Grêmio Científico Literário do Colégio Pedro II. Seção Centro.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. *In*: Walter Benjamin. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (tradução de Sérgio Paulo Rouanet). 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1, p. 222-234).

CAVALCANTI, Mirian da S. (Org.). *Ao Pedro II... tudo ou nada?* Rio de Janeiro: Unigraf, 2003.

COIMBRA, Cecília M. Bouças. Memória e Reparação. Matéria publicada no Caderno Opinião, Jornal O Globo, de 18 de julho de 2009, p.7.

CUNHA, Luiz Antonio e GOÊS, Moacir. *O golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. “Estudantes em movimento e o problema universitário da década de 1960” In: ALVES, C.; GONDRA, J. G. e MAGALDI, A. M. *Educação no Brasil: História, cultura e política*. 1 ed. Bragança Paulista: EDUSE, 2003, v. , p. 561-594.
- FICO, Carlos. Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. (tradução de Bernardo Leitão et. al.). Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1990.
- POERNER, José Arthur. O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros. 5ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- POERNER, José Arthur. O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- POERNER, O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros. 5ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º3, 1989, p. 3-15.

Luta e revolução: Marcos Nonato da Fonseca, ALN e a teoria da Revolução Brasileira

SELMO NASCIMENTO DA SILVA*

O tema do presente artigo foi inspirado em uma das afirmações de Carlos Eugênio Clemente, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), argumentando que aqueles e aquelas que se opuseram à ditadura empresarial-militar de 1964¹ devem ser lembrados não porque morreram, mas sim porque lutaram, pois eles lutaram e lutam não porque foram torturados, mas foram torturados porque lutaram.

Essas afirmações do Clemente foram feitas durante os debates da mesa redonda “Luta e memória: repressão e resistência durante a ditadura civil-militar”, da I Jornada Pedagógica 1º de Abril: 50 Anos do Golpe, organizada pelo Núcleo Transdisciplinar de Humanidades do Colégio Pedro II. Na ocasião também foi lida uma carta do também militante da ALN, Marcos Nonato da Fonseca, endereçada à sua família. Nessa carta, Nonato explicita parte da estratégia revolucionária da ALN, ou seja, explicita por que e como lutaram.

Portanto, o objetivo de presente artigo é desenvolver uma análise, a partir da carta escrita pelo Marcos Nonato da Fonseca, das estratégias

* Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. Graduado em Ciências Sociais pela UERJ. Mestre em Ciências Sociais pela UERJ e pesquisador do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades/CPII (NUTH) e do Núcleo de Estudos do Poder/UFRRJ (NEP).

1 Utilizo o conceito de ditadura empresarial-militar a partir das teses do cientista político René Dreifuss (1981), segundo as quais a deposição do presidente João Goulart foi um golpe de classe, isto é, um golpe orquestrado e executado pelas elites orgânicas das classes dominantes no Brasil em consonância com os interesses do capital imperialista, especialmente estadunidense.

e concepções da luta revolucionária tratava no Brasil contra a ditadura empresarial-militar de 1964. Para atingir esse objetivo, divido o texto em quatro partes: primeiro uma síntese da história e dos conflitos entre os comunistas no Brasil que antecederam a fundação da ALN e da luta armada contra a ditadura; em segundo lugar, a análise das estratégias revolucionárias da ALN a partir da carta escrita por Nonato em 1971; em terceiro lugar uma análise crítica das teorias da revolução vigentes na época à luz da teoria anarquistas da revolução social; e, por último, o significado da ação revolucionária guerrilheira para a ALN.

1. “Reforma ou revolução”: a encruzilhada dos comunistas

Para entender a opção pela estratégia da resistência armada contra a ditadura empresarial-militar pós-1964, é importante entender as orientações políticas assumidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)² desde o final da década de 1940 até o início da década de 1960, pois a ALN e as demais organizações guerrilheiras que lutaram no Brasil entre 1964, ano do golpe das classes dominantes que destituiu o governo de João Goulart, e 1975, ano do aniquilamento da Guerrilha do Araguaia, surgiram a partir da ruptura com a linha política pacifista assumida pelo PCB nesse período.

A linha pacifista dos comunistas foi definida na Declaração de Março de 1958 e nas resoluções do V Congresso do PCB, realizado em agosto de 1960, e significou uma revisão da linha da “luta armada de libertação nacional” definida na Declaração de Janeiro de 1948 e no Manifesto de Agosto de 1950.

O Manifesto de Agosto de 1950 estabelecia como estratégia da luta de libertação nacional a partir formação de uma ampla Frente de Democrática de Libertação Nacional, cujo programa possuía nove

2 O PCB foi fundado em 1922, assumindo a denominação de *Partido Comunista do Brasil*, mas a partir de 1961 passou a ser denominado de *Partido Comunista Brasileiro*.

pontos. O primeiro e o último pontos explicitam bem a orientação política dos comunistas no início da década de 1950, com a defesa de um governo democrático popular, em oposição ao latifúndio e ao imperialismo, e de um exército popular de libertação nacional:

1. POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

- Substituição da atual ditadura feudal burguesa serviçal do imperialismo por um governo revolucionário, emanção direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob a direção do proletariado. [...]

9. POR UM EXÉRCITO POPULAR DE LIBER-

TAÇÃO NACIONAL - Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática e revolucionária. Livre acesso das praças de pré ao oficialato de suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país. (PCB, *Manifesto de Agosto de 1950*).

Como se vê, a teoria dos comunistas entendia que no Brasil predominava uma estrutura econômica e social semifeudal e semi-colonial, sob o domínio interno das oligarquias latifundiárias e o domínio externo das potências imperialistas, especialmente os Estados Unidos. Essas conclusões, típicas de um marxismo vulgar e mecanicista, resultavam de uma combinação de uma teoria social economicista, segundo a qual a evolução das sociedades passaria necessariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, superando os modos de produção pré-capitalistas, notadamente identificados com

a economia agrária, e de uma teoria da revolução em etapas, ou seja, antes da etapa da revolução socialista seria necessário passar por uma revolução democrático-burguesa. Por isso, a estratégia de uma luta de libertação nacional, para superar o atraso semifeudal e semicolonial da sociedade brasileira, estabelecia a aliança com os “setores progressistas” da burguesia nacional.

A Declaração de Março de 1958 e as resoluções do V Congresso do PCB de 1960³ não modificaram as concepções teóricas economicista e etapista, nem a estratégia da aliança com a burguesia nacional. Porém, o arco de alianças com as classes dominantes se amplia, incluindo também determinados setores oligárquicos e até monopólios imperialistas. Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes. A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva. (Resolução Política do V Congresso do PCB, setembro de 1960).

Segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho, a Declaração de Março de 1958 fazia uma saudação ao desenvolvimento capitalista do Brasil, considerando-o como uma etapa progressista; entretanto, ainda

3 No ano de 1960 ocorre a primeira ruptura importante, com a fundação do PCdoB.

diagnosticava os resquícios feudais e a dominação imperialista como obstáculos ao progresso da sociedade (REIS FILHO, 1990. p. 23-24). Assim, o economicismo, expresso na visão do progresso, e a política de alianças evoluíram para uma estratégia explicitamente de colaboração com as classes dominantes, e não se tratava de alianças com setores “progressistas” da burguesia nacional, mas também com latifundiários e monopólios imperialistas, uma vez que os comunistas consideravam a “vitória do processo sobre o atraso configurava a primeira etapa da revolução ‘anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática’” (REIS FILHO, 1990, p. 23-24).

A política colaboracionista do PCB não poderia estar dissociada da política pacifista, isto é, do abandono da perspectiva da violência revolucionária e da adoção da linha política legalista e institucional. A definição pelo pacifismo era justificada pelo entendimento de que o conflito internacional entre o bloco comunista e o bloco capitalista entrava numa nova fase, bem como pelas conclusões de que a sociedade brasileira entrava numa nova etapa, combinando desenvolvimento capitalista com liberdades democráticas.

Os comunistas consideraram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade. O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos.

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes anti-imperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício

das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extraparlamentar. (*Declaração sobre a Política do PCB*, março de 1958).

A adoção da linha pacifista do PCB era sua adequação a política da “coexistência pacífica” implementada pelo PCUS a partir do governo de Nikita Khrushchev (1953-1964), segundo a qual o bloco dos países socialistas poderiam conviver pacificamente com o bloco de países capitalistas. Esse processo de reformulação da orientação política foi acompanhado por importantes rupturas entre os comunistas. Em 1960, sob a liderança João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, foi criado o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ou seja, um setor expressivo se opôs à mudança do nome do partido para Partido Comunista Brasileiro. No plano internacional, o PCdoB se alinhou com o Partido Comunista da China (PCC), que havia rompido com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Outra ruptura foi a fundação da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop), em 1961. A Polop foi fundada pela fusão de vários pequenos grupos, como a Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com dissidentes do PCB do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Entre seus fundadores da Polop destacam-se Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, responsáveis por um importante debate sobre a *teoria da dependência*.

Mantendo-se firme após as rupturas no início da década de 1960, o PCB consolidaria sua política pacifista da Frente de Democrática de Libertação Nacional com o apoio ao governo João Goulart, como argumenta Daniel Aarão Reis Filho:

A posse de João Goulart, aparentemente, consagrava as teses de 1958 e 1960. Assumia o poder um governo de coligação, nacionalista e democrático, apoiado nas “massas” e em segmentos da burguesia. E o fazia pacificamente, pois não se havia dado um tiro para derrotar os golpistas. Luís Carlos Prestes apressou-se a desenhar um programa de governo. (REIS FILHO, 1990, p. 27).

Como um resultado do processo dialético da própria luta de classes e do conflito entre concepções políticas no interior dos movimentos e organizações políticas inseridas nas lutas da classe trabalhadora, as perspectivas e setores combativos se opuseram à linha reformista, estritamente colaboracionista e pacifista. Os rachas promovidos pelo PCdoB e pela Polop eram expressões dessa contradição. Entretanto, como afirma Jean Rodrigues Sales, no caso do núcleo dirigente do PCB, tais divergências só se tornaram explícitas com a defesa da manutenção do pacifismo mesmo depois da deposição de João Goulart e instalação do regime ditatorial.

As divergências de Carlos Marighella com a direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) remontam pelo menos a 1961, no momento da renúncia de Jânio Quadros, porém só se tornaram públicas com a crise que tomou conta do partido após o golpe de 1964 e com a crescente oposição que Marighella e outros dirigentes passaram a adotar em face da direção partidária. A insatisfação veio a público com a elaboração, em maio de 1964, do primeiro pronunciamento partidário após o golpe, intitulado de *Esquema para discussão*. O documento refletia o ponto de vista de Mário Alves, Jover Telles, Jacob Gorender, Giocondo Dias, Orlando Bonfim e Marighella. Entre outras coisas, o *Esquema para discussão* afirmava que a causa da derrota diante dos golpistas estava no fato de o PCB ter incorrido em grave “desvio de direita”, na medida em que alimentara ilusões a respeito do alcance das reformas de base por meio pacífico, acreditando na aliança com a burguesia nacional e “conciliando objetivamente com um governo burguês”, não tendo, assim, preparado as massas para resistir ao golpe. (SALES, 2009, p. 201-202).

Para o historiador Daniel Aarão Reis Filho, a proposta de auto-crítica contida no *Esquema para discussão* era o desdobramento da organização da Corrente Revolucionária, composta por lideranças históricas do PCB, como Carlos Marighella, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Jacob Gorender e Joaquim Câmara Ferreira, mais conhecido como Toledo (REIS FILHO, 1990, p. 48). Assim, mais ou menos, entre maio de 1964 e 1967, a Corrente Revolucionária fez oposição à política dirigente do PCB, defendida por Luís Carlos Prestes e seus partidários.

A jovem militância comunista, formada pelas bases estudantis e movimentos autônomos, também rompia com a política colaboracionista e pacifista da direção, e formou, a partir 1965, as diversas “Dissidências” no interior das seções estaduais do PCB (*Idem*, p. 48-49).

Um dos marcos da ruptura dos setores combativos com as orientações políticas do partido comunista foi a obra *Por que resisti à prisão, de Marighella, publicada em 1965, na “qual ele relata o episódio de sua prisão em um cinema no Rio de Janeiro, para, em seguida, ainda que de forma incipiente, fazer uma análise da ditadura militar e das causas da derrota do campo democrático”* (SALES, 2009. P. 202). Em sua reflexão, Marighella conclama o povo a resistir ao regime ditatorial.

Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1º de abril ou se conformam com ela. O conformismo é a morte. No mínimo, viver de joelhos. Sofrer humilhações sem fim. Amargar o espezinamento ante os IMPs e os inquisidores-chefes. [...] Foi contra essa odioso submissão à ordem dos potentados que representam e defendem os interesses das classes exploradoras, foi contra essa violência aos direitos individuais e à própria ordem democrático-burguesa que eu me insurgi, ao não aceitar a voz de prisão no interior do cinema Esque-Tijuca. (MARIGHELLA, 1994, p. 97, 101).

Apesar do aprofundamento da ruptura dos setores que formavam a Corrente Revolucionária com o Partido Comunista, as divergências de concepção e estratégia entre as lideranças combativas impediram uma unidade organizativa entre os defensores da resistência armada ao regime ditatorial. Assim, sob a liderança de Marighella e Toledo foi fundada a Ação Libertadora Nacional (ALN), enquanto que Mário Alves e Apolônio de Carvalho fundaram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Portanto, a ALN foi fundada em 1968 em substituição ao Agrupamento Comunista de São Paulo. Segundo Jacob Gorender, Marighella

intensifica sua crítica à linha política do PCB em 1966, com a publicação do texto *A crise brasileira*, onde começa a delinear sua concepção da resistência armada e do papel da guerrilha revolucionária (GORENDER, 1987, p. 95). No ano seguinte ele viaja para Cuba, onde participa da reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), cuja resolução foi uma ruptura com a determinação política internacional do PCUS, ou seja, com a da “coexistência pacífica” com o mundo capitalista.

A OLAS aprovou a política guevarista para o caminho da revolução a partir da difusão da luta armada em todo o continente latino-americano, e Marighella, ao defender essa posição contrária ao Comitê Central do PCB, rompe definitivamente com o partido. Na verdade, sua ruptura já era esperada, por isso, estava não articulando um enorme “racha” no “Partidão” que iria originar a Ação Libertadora Nacional, a maior organização revolucionária político-militar que atuou no país nas décadas de 1960 e 1970.

Ao contrário do que mente a “história oficial” da burguesia, os militantes da ALN e das diversas organizações revolucionárias que atuaram neste período, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-28), a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), entre outras,⁴ não foram grupos de “aventureiros juvenis irresponsáveis”, mas sim a expressão dos operários, estudantes e camponeses organizados na esquerda revolucionária que souberam ousar lutar contra a reação burguesa e contra o reformismo burocrático da esquerda colaboracionista, procurando construir seus próprios caminhos, rompendo o imobilismo.

Em 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella foi assassinado a tiros por agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) sob comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Marighella marcara um encontro com dois frades dominicanos que se encontravam presos

4 Sobre o mapeamento dessas e de outras organizações armadas ou não, veja REIS FILHO e SÁ, 2006, e RIDENTI, 2010.

sob tortura no DOPS. A armadilha do delegado Fleury foi marcada número 806 da Alameda Casa Branca, em São Paulo. O assassinado do líder guerrilheiro ocorreu um mês depois da publicação do Ato institucional n. 14, que instituiu a pena de morte em caso de atos subversivos e revolucionários.

CONSIDERANDO que atos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva, que atualmente perturbam a vida do País e o mantêm em clima de intranquilidade e agitação, devem merecer mais severa repressão;

CONSIDERANDO que a tradição jurídica brasileira, embora contrária à pena capital, ou à prisão perpétua, admite a sua aplicação na hipótese de guerra externa, de acordo com o direito positivo pátrio, consagrado pela Constituição do Brasil, que ainda não dispõe, entretanto, sobre a sua incidência em delitos decorrentes da guerra psicológica adversa ou da guerra revolucionária ou subversiva;

CONSIDERANDO que aqueles atos atingem, mais profundamente, a segurança nacional, pela qual respondem todas as pessoas naturais e jurídicas, devendo ser preservada para o bem-estar do povo e desenvolvimento pacífico das atividades do País, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º - O § 11 do art. 150 da Constituição do Brasil passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 11 - Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta. (AI-14, 1969).

Depois da execução de Carlos Marighella, Toledo assumiu a liderança da ALN e, num esforço de manter a intensidade das ações revolucionárias, procurou implementar um modelo de organização mais centralizada a partir do seu núcleo dirigente. Em outubro de 1970, Toledo foi preso e torturado até a morte pelas forças de repressão. A ALN continuou as suas ações guerrilheiras até 1974.

2. Marcos Nonato da Fonseca: militante da ALN

O militante revolucionário Marcos Nonato da Fonseca⁵ nasceu em 1º de junho de 1953 na cidade do Rio de Janeiro, filho de uma família de origem proletária: seu pai, Otávio Fonseca, era cozinheiro e sua mãe, Leda Nonato Fonseca, era manicure. Foi estudante secundarista do Colégio Pedro II da Seção Sul, hoje *Campus Humaitá*, onde conheceu e foi recrutado para a luta armada clandestina por Carlos Eugênio Clemente⁶ que, por sua vez, fora recrutado pelo também estudante Alex de Paula Xavier Pereira.

Segundo Clemente, Nonato ingressou na ALN em 1968, quando foi apresentado ao Carlos Marighella. Ele começou sua militância no movimento estudantil, desenvolvendo o trabalho na frente de massas, isto é, nos espaços do movimento das lutas reivindicativas, das mobilizações de rua e das greves. O papel da frente de massas era definido pela ALN da seguinte maneira:

A frente de massas– tendo à frente o movimento estudantil– desempenhou um papel sem precedentes na luta antiditadura. Ocupações, passeatas, protestos, greves, a luta contra a censura, a prisão de policiais

5 Para um aprofundamento sobre a militância de Marcos Nonato da Fonseca, bem como da inserção dos estudantes do Colégio Pedro II na luta contra a ditadura, ver a dissertação de Licia Maciel Hauer, *Colégio Pedro II no período da ditadura militar: subordinação e resistência. Niterói. Dissertação (Mestrado em Educação). UFF-Faculdade de Educação, 2007.*

6 Ver o depoimento de Carlos Eugênio Clemente nessa publicação.

para a troca por prisioneiros políticos, constituíram formas de luta de massas de nível elevado. O prosseguimento da atividade dos grupos revolucionários locais entre os operários, os camponeses e as camadas exploradas da população significará um grande avanço na luta antiditadura. O papel dos estudantes e dos eclesiásticos foi notório, o que quer dizer que a classe média brasileira repudia a ditadura e constitui uma das forças mais combativas no atual processo revolucionário. Toda organização revolucionária local ajudará imensamente a guerrilha brasileira, sempre que cuidar com incansável atenção da frente de massas, indo até ao trabalho de conscientização e à penetração entre as massas através de meios culturais. A frente de massas exige a organização de grupos revolucionários nos locais de trabalho e de estudo, na cidade e na área rural. Ao lado disto, é preciso dar à frente de massas uma potência de fogo razoável. As ações do movimento de massas devem ser ações armadas, e uma infraestrutura idêntica à da frente guerrilheira deve ser montada na frente de massas. (ALN, [1968] 2012).

Portanto, o início da militância de Nonato é em uma das três frentes de atuação e organização da ALN, definidas no documento *Questões de organização*, publicado no final de 1968: frente de massa, frente guerrilheira e frente de sustentação (*Idem*). O trabalho da frente de massas se concentrava no movimento estudantil que também era o principal espaço de recrutamento de novos militantes. Como se observa no documento de 1968, a frente de massas tinha o papel de disputar a consciência da classe trabalhadora e, além das mobilizações típicas dos movimentos de massa, também travava uma luta armada.

A trajetória militante de Nonato se precipita após a promulgação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, que intensificou a repressão política. Por isso, no ano seguinte, com 16 anos de idade, ele parte para a clandestinidade e muda para a cidade de São Paulo, onde participa das ações armadas contra a ditadura civil-militar, passando a integrar a frente guerrilheira. As ações da frente guerrilheira eram assim definidas:

A frente guerrilheira caracterizou-se pela captura de armas e explosivos, pelos atos terroristas revolucionários, pela sabotagem, pelas ações armadas de todos os tipos, pela ação antiamericana, pelo volume da agitação através dos grupos armados que pintaram muros e distribuíram volantes ou fizeram comícios relâmpagos, pelo aparecimento da imprensa clandestina de combate à ditadura. A frente guerrilheira surge como resultado da criação de uma infraestrutura, apoiada na fabricação e produção de armas e explosivos capturados, é um dos fatores decisivos na mudança de qualidade do movimento revolucionário e de sua organização. Uma frente guerrilheira que cresce incessantemente deve ir até à execução de uma política de terra arrasada, para pôr em sobressalto a ditadura e reter uma boa parte de suas forças de repressão, impedindo-as de perseguir a guerrilha. (ALN, [1968] 2012).

Nonato participou da frente guerrilheira da ALN entre 1969 e 1972, quando foi executado numa emboscada realizada pelas forças da repressão. Essa emboscada só foi possível com a cumplicidade do informante Manuel Henrique de Oliveira, dono do Restaurante Varella, localizado no bairro da Mooca. O alcaquete entregou os militantes revolucionários aos oficiais do DOI-COI/SP que, além do Nonato, executaram na mesma ação os militantes Ana Maria Nacinovic Corrêa e Iuri Xavier Pereira.

No final de 1971, Nonato escreve uma carta para a sua família em que, além das questões pessoais, aborda temas centrais da luta contra a ditadura. Segue a carta na íntegra:

Brasil, 30 de dezembro de 1971.

Estou lhes escrevendo novamente depois de um longo tempo sem falar notícias. Desculpe-me, mas o que fazer? Não há outro jeito. Se isso lhes funciona alguma coisa, fale-me o quanto eu sinto falta de notícias de vocês quando vocês – acho – sentem falta de notícias minhas. São um pouco precárias as condições que tenho que para mandar outras cartas. Não sei mesmo se elas chegam a vocês. Mas assim mesmo prometo continuar escrevendo a vocês regularmente. Eu estou bem de saúde. Gordo até por mais estranho que isso possa parecer. E vocês? Como vão indo? Mãezoca, Paóca? E o Tavinho, o que ele está fazendo da vida? O André? Já entrou pro Pedro II? A Márcia? Continua falando pelos cotovelos? E o Felipe? O que ele anda fazendo? Tenho muitas saudades de todos vocês, mando nessa carta um abraço e beijo para todos. aguardo ansiosamente o momento de abraçá-los pessoalmente. Eu sei, e é preciso que vocês também saibam, que isto é totalmente impossível e por muito tempo ainda. Mas, como dizem por aí: A esperança é a última que morre. Até lá temos muita coisa a falar uns aos outros.

Sei que as únicas notícias que vocês têm sobre a guerrilha é por intermédio da imprensa burguesa. Isso é muito ruim. Espero que vocês tenham senso crítico suficiente para não acreditar em tudo o que eles dizem. Mas não se esquecem que eles são nossos inimigos e de tudo o que eles puderem fazer com a nossa morte, eles farão.

Vocês devem ter sabido das ações que a guerrilha fez nos últimos tempos. Segundo a lenga-lenga dos fascistas, os movimentos guerrilheiros acabaram. Mas isso é só para a propaganda, porque eles sabem que a

guerrilha está forte e atuante. Eles perderam, triturraram e assassinaram centenas de patriotas. O povo perdeu combatentes de valor, como Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca e tantos outros. Mas, apesar disso, nossa luta ainda não terminou. E não terminará, porque é a luta de um povo contra seus opressores. Os militantes da guerrilha são homens do povo que despertaram para a luta contra a exploração movida por interesses antinacionais. E não se pode prender, torturar e assassinar todo um povo.

A guerrilha urbana tem contribuído para a agitação, propaganda e logística. Não é mais como nos primeiros tempos que fazíamos tantas ações apenas para demonstrar força. Esta fase da guerrilha urbana está terminada. Cuidamos agora mais do que nunca da preparação para o lançamento da guerrilha rural. A guerrilha urbana não é a luta principal. Aqui tratamos de fazer poucas ações, mas de repercussão garantida entre as massas interessadas na Revolução. E grandes ações expropriatórias para a compra de armas e munições, para a nossa sobrevivência, para financiar e subversão rural. É no campo que está o elo fraco da ditadura, é lá que criaremos condições para formar o exército revolucionário do povo. Seria fatal para nós querer travar a luta principal das cidades, onde o inimigo é reconhecidamente mais forte. As cidades são para nós o campo de luta tática, onde precisamos de uma organização pequena com boa mobilidade.

Estou me lembrando que amanhã vai fazer dois anos que estivemos juntos pela última vez. Foi na passagem de ano de 69 para 70.

Olha, pode ser que fiquemos longe mais alguns anos, aliás, “pode ser não”, é muito provável que isto aconteça. Estamos numa guerra e as guerras entre explorados e exploradores continuam sendo longas.

E pode ser também que eu não os veja mais. A morte é uma contingência da luta e nesta luta ou se vence ou se corre. Vocês me conhecem. Eu não abandonaria o campo de batalha voluntariamente e gostaria de ver todos vocês lutando ao meu lado. Não me arrependo da trilha que escolhi. Ho Chi Minh disse que “é melhor morrer que viver laçao”.

Até uma outra vez, seu saudoso filho,
Marcos Nonato da Fonseca.

Em sua carta, o jovem revolucionário inicia a abordagem do tema da luta armada fazendo o debate ideológico, isto é, destaca o papel da mídia burguesa na divulgação de informações falsas sobre o verdadeiro estágio da luta armada no início da década de 1970. Além disso, relembra importantes lideranças da revolucionárias executadas pelas forças da repressão, Marighella, Toledo e Carlos Lamarca, esse último integrante da VPR.

Nonato mostra que conhecia bem a estratégia revolucionária da ALN traçada ainda por Marighella em 1968, que consistia na evolução da guerrilha urbana para a guerrilha rural, que por sua vez, seria convertida no exército popular de libertação nacional. A estratégia militar revolucionária era um ponto central para a organização.

Sempre tivemos estratégia, e não fosse assim, jamais teríamos evoluído da situação de um grupo reduzido de companheiros para a situação de uma organização com ramificações nacionais, tanto na área urbana quanto na área rural. [...] [A] guerrilha no Brasil é uma estratégia revolucionária e que o seu êxito depende de execução rigorosa de três fases: a do planejamento e preparação da guerrilha; a do lançamento da guerrilha e, por último, a da transformação da guerrilha em guerra de movimento, com a formação e o aparecimento do exército revolucionário de libertação nacional. (ALN, apud REIS FILHO e SÁ, 2006, p. 272).

Nesse trecho do documento *O papel da ação revolucionária na organização*, de 1969, percebe-se não só que Nonato tinha pleno domínio sobre a estratégia militar revolucionária de sua organização armada, como também percebe-se a relação entre a estratégia militar defendida e a teoria sobre as relações de dominação e identificação das classes dominantes na sociedade brasileira, ou seja, no primeiro estágio da luta revolucionária, a guerrilha urbana se defronta e enfrenta e as forças de repressão do Estado ditatorial e os capitalistas nacionais e estrangeiros; no segundo estágio, a guerrilha rural continua o enfrentamento com as forças de repressão, mas passa a enfrentar diretamente o latifúndio, e, finalmente, no terceiro estágio, o exército revolucionário iria enfrentar efetivamente o exército do Estado ditatorial e, numa guerra de libertação nacional, iria se defrontar diretamente com as forças do imperialismo.

A perspectiva no Brasil é de uma luta prolongada, para cujo desfecho não há pressa nem há prazos. Iniciamos a guerra revolucionária com a guerrilha urbana marchando lenta mas sistematicamente, atacando os interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, levando a insegurança e a incerteza às classes dominantes, desgastando e desmoralizando as forças militares dos gorilas. Da área urbana passaremos à luta armada direta contra os latifundiários, através da guerrilha rural. Da aliança armada de operários e camponeses com estudantes, através da guerrilha móvel no campo, cruzando o interior do Brasil em todas as direções, chegaremos ao exército revolucionário de libertação nacional e ao confronto com o exército convencional da ditadura militar. A conquista do poder e a instauração do governo popular revolucionário são os nossos grandes objetivos, segundo os entendemos na Ação Libertadora Nacional. Expulsaremos então os estadunidenses do país. (ALN, apud REIS FILHO e SÁ, 2006, p. 280-281).

Para o entendimento das concepções e estratégias revolucionárias da ALN indicadas por Nonato em sua carta e desenvolvidas no documentos da organização, bem como nos escritos de Marighella, se faz necessário a reflexão sobre o contexto de suas elaborações, ou seja, o contexto da Guerra Fria, onde o confronto entre os blocos liderados pelas potências capitalista, EUA, e socialista, URSS, era o plano de fundo de conflitos violentos, sendo a luta armada um fenômeno global.

3. *A guerra é a continuidade da política por outros meios*

Apesar da bipolarização imposta pela Guerra Fria, a luta de classes, as resistências armadas e as revoluções assumiram diferentes formatos e conteúdos no cenário internacional. A Revolução Chinesa de 1949, sob a liderança de Mao Tse-tung, introduziu entre as perspectivas revolucionárias a concepção da *Guerra Popular*, segundo a qual a constituição de um exército popular de base camponesa seria a principal estratégia para a destruição do capitalismo e construção do socialismo. Mas apesar do alinhamento inicial, na década de 1950 há o conflito ideológico sino-soviético, uma vez que os maoístas se opuseram à linha política de Kruschev da “coexistência pacífica” entre capitalismo e comunismo, e se afirmaram como defensores das teses stalinistas. O Partido Comunista Chinês lançou o Movimento Comunista Internacional (MCI), como uma alternativa a linha política internacional de Moscou.

A concepção revolucionária da *Guerra Popular* ainda teve desdobramentos no sudeste asiático no processo revolucionário vietnamita, cujo confronto armado se estendeu de 1955 até 1975. Os revolucionários vietnamitas enfrentaram o colonialismo francês, o imperialismo dos EUA e, posteriormente, as pretensões subimperialistas da China.

Na América Latina, a Revolução Cubana de 1959 assumiu diferentes formatos e conteúdos, desde o caráter de “libertação nacional” na sua vertente castrista ao caráter socialista revolucionário na sua vertente guevarista, bem como foi a base da *teoria foquista* de Régis Debray, na vertente de interpretação eurocêntrica do processo

revolucionário de Cuba. Resumidamente, pode-se afirmar que o foquismo é o método estratégico para o desenvolvimento da luta armada que tem como centro a atuação do foco guerrilheiro, ou seja, da organização guerrilheira clandestina atuando puramente no plano militar da luta. A teoria foquista se difundiu entre os grupos da extrema esquerda europeia que optaram pela luta armada contra o capitalismo nos anos de 1970 e 1980. Ações armadas do *Proletari Armati per il Comunismo* [Proletários Armados pelo Comunismo] (PAC), também conhecido como Brigadas Vermelhas, na Itália, da *Rote Armee Fraktion* [Fração do Exército Vermelho] (RAF), também conhecida como Grupo Baader-Meinhof, na Alemanha, e da *Action Directe* [Ação Direta] (AD), na França, são exemplos da forte presença do foquismo na Europa daquele período.

Também é fundamental destacar as lutas de descolonização e anti-imperialistas que ocorreram nos continentes asiático, africano e latino-americano, ou seja, as chamadas guerras de *libertação nacional*. As guerras contra a colonização e o imperialismo europeu e estadunidense visavam a independência das nações sem, necessariamente, ter o objetivo da construção do socialismo. Nas lutas de libertação nacional a URSS atuou financiando a organização das “frentes de libertação nacional”, mas muitas dessas lutas tinham um caráter nacionalista-burguês.

Esse pequeno resumo das diferentes concepções sobre o lugar da resistência armada na luta de classes e nas lutas políticas é importante para situar os debates e as posições assumidas pelas várias organizações políticas revolucionárias e de esquerda durante as lutas contra a ditadura empresarial-militar no Brasil.

O PCdoB, como já foi afirmado, assume a ideologia maoísta ao se alinhar com a China Comunista e defende a estratégia revolucionária da *guerra popular*, conforme explicita em seu documento intitulado *Guerra Popular: O Caminho da Luta Armada no Brasil*:

A elaboração do caminho da luta armada para derrubar o atual regime e conquistar a verdadeira independência nacional, o progresso e a liberdade, é problema decisivo que preocupa amplos setores

populares e diversas correntes políticas de esquerda. Elementos essenciais deste caminho foram apresentados pelo Partido em alguns de seus documentos. Mas isto não é suficiente. Agora, baseado no marxismo-leninismo, nas geniais contribuições de Mao Tse-tung sobre a guerra popular, o Partido deve examinar as premissas para o surgimento e desenvolvimento da luta armada e delinear, num plano mais geral, o curso provável desta luta. (PCdoB, 1969).

O PCBR defendia a estratégia socialista revolucionária se opondo à concepção da guerra de libertação nacional com um fim em si mesma: “a revolução brasileira não pode ser uma revolução democrático-burguesa, que tenha como objetivo a formação de um Estado nacional burguês e a expansão do capitalismo” (PCBR, apud REIS FILHO e SÁ, 2006: 209). Em sua Linha política de 1968, o PCBR procurou estabelecer as bases da estratégia marxista-leninista para a revolução brasileira, defendendo a direção do operário industrial, a aliança operário-camponesa e o caráter etapista do processo revolucionário.

O desenvolvimento econômico e social do Brasil só poderá ser impulsionado por uma revolução popular, capaz de derrubar o poder da minoria latifundiária e burguesa, libertar completamente o país do domínio imperialista, eliminar o latifúndio e realizar uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho para o Socialismo. De vez que o imperialismo e o latifúndio constituem, do ponto de vista imediato, os principais obstáculos ao progresso do país, a revolução caracteriza-se, inicialmente, como uma revolução anti-imperialismo e antilatifundiária. Em virtude, porém, para triunfar de modo consequente e irreversível, deverá conduzir as transformações socialistas. Em primeiro lugar, só poderá ser consequente se nela o papel dirigente for desempenhado

pelo proletariado, apoiado nos camponeses e em outras forças populares. Em segundo lugar, devido à estreita vinculação entre a burguesia brasileira, o capital imperialista e a propriedade latifundiária, não é possível adotar medidas radicais contra o imperialismo e o latifúndio, sem fortalecer, decisivamente e com novo caráter, o setor estatal da economia, e coletivizar uma grande faixa da agropecuária. Em tais condições, a revolução popular, coerente com sua natureza essencial e para eliminar o perigo de frustração de suas conquistas, terá que seguir o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em revolução socialista. (PCBR apud REIS FILHO e SÁ, 2006, p. 209-210).

Apesar da diversidade de estratégias da luta armada no Brasil, a estratégia foquista, mesmo que aplicada de diferentes maneiras e com diferentes entendimentos, foi predominante entre as organizações de resistência armada das décadas de 1960 e 1970. Um trecho do documento *A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução*, elaborado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 1969, é um exemplo da presença do foquismo:

Podemos dizer que toda luta visa dois objetivos: 1) obter o apoio popular e 2) transformar este apoio em força organizada. A guerrilha estratégica é a única forma de luta que combina os dois objetivos. A guerrilha estratégica é a única forma de luta que combina os dois objetivos. Seu desenvolvimento orgânico só é limitado pelo apoio popular e na medida em que este cresce, a guerrilha pode ir organizando camadas maiores da massa para a luta, criando o exército que tomará o poder. Em consequência o objetivo principal desta forma de luta é a formação do exército popular. Assim sendo sua preocupação fundamental do ponto

de vista político é a repercussão local que torna possível o crescimento e o sustento de uma força militar cada vez maior. (VPR, apud REIS FILHO e SÁ, 2006, p. 291-292).

A aproximação da estratégia da VPR com a teoria do foco guerrilheiro de Régis Debray pode ser encontrada na comparação com o seguinte trecho da sua obra *Revolução na revolução*, publicada em 1967:

A revolução cubana oferece aos países irmãos americanos uma resposta que é necessário estudar nos detalhes de sua história: mediante a construção mais ou menos lenta, através da guerra de guerrilhas levada em zonas rurais mais propícias, de uma força móvel estratégica, núcleo do Exército Popular e do Estado Socialista. (DEBRAY, 1967, p. 9).

Nos anos de 1970, a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), que foi uma das organizações políticas que optou pela luta armada antes e durante a ditadura civil-militar uruguaia (1973-1985), traçou, no seu documento intitulado COPEI⁷ de 1972, importantes críticas à estratégia foquista de Régis Debray. Os anarquistas uruguaianos sintetizaram as principais características do foquismo:

1. A necessidade de iniciar a luta armada o mais rápido possível sempre que existam certas condições econômico-sociais que a tornem viável. [...].
2. As condições políticas e ainda ideológicas (chamadas “condições subjetivas”) se desenvolveriam como consequência da atividade do foco armado. [...].
3. A guerra se conceberia em termos de guerra de guerrilhas, centrada no meio rural, ao amparo de condições geográficas adequadas (montanhas, selvas,

7 COPEI – Comité de Organización Política Electoral Independiente é a sigla de um partido de direita da Venezuela. Esse nome foi utilizado pelos anarquistas uruguaianos como forma de contrainformação.

etc.) que tornassem possível o ocultamento dos guerrilheiros, e viável a tática de “golpear e desparecer” movendo-se sempre, característica da guerrilha rural.

4. A atividade militar do foco inauguraria um processo onde cada ação, cada operação do foco motivaria réplica generalizada, resposta da repressão. [...] Nesta dialética ascendente de ação-repressão, gerarse-iam condições político-sociais cada vez mais favoráveis a ação militar, até culminar em uma situação ideal em que importantes setores da população, apoiando a guerrilha, sua vanguarda armada, imporiam a queda do governo despótico, apenas sustentado pela minoria privilegiada e pelo aparato repressivo, vencido em seus esforços para suprimir militarmente a guerrilha. (FAU, [1972] 2014, p. 15-16).

O documento da FAU é publicado no contexto em que a principal organização foquista uruguaia, o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLN-T), encontrava-se sobre forte ofensiva da repressão do Estado uruguaio e as várias ações armadas pelo continente latino-americano haviam sido derrotadas, por isso, os anarquistas consideravam que o balanço crítico da estratégia armada era fundamental, especialmente, porque setores da esquerda reformista aproveitavam esses reveses para condenar as iniciativas de resistência armada. Sendo assim, para os anarquistas, as derrotas das organizações armadas não significavam que a linha política da violência revolucionária estaria também derrotada, mas sim que a estratégia hegemônica, o foquismo, mostrava seu esgotamento.

A derrota de hoje não é tampouco o fim da luta armada. [...] À influência da concepção foquista pode imputar-se a maioria dos fracassos experimentados nos anos posteriores ao triunfo da Revolução Cubana. Não foi a luta armada o que fracassou, o que fracassou claramente

foram as expectativas de curto prazo que o foquismo favorece. (FAU, [1972] 2014, p. 13 e 17).

Objetivando, portanto, analisar os equívocos da estratégia foquista, os anarquistas uruguaios se debruçam sobre o processo revolucionário cubano, a referência foquista, e os desdobramentos das guerrilhas urbanas, assim, concluem que o imediatismo e o vanguardismo de sua proposta política provoca o isolamento do foco guerrilheiro em relação às lutas das massas populares. Na verdade, a questão do vanguardismo em relação às massas não entrou no cenário político do socialismo latino-americano a partir do foquismo, foi antes o foquismo que se valeu de uma arraigada concepção vanguardista do marxismo-leninismo⁸ no interior da maioria das organizações que desenvolveram a luta armada no continente. Nesse sentido, a teoria foquista atualiza o vanguardismo do marxismo-leninismo para lutas, especialmente na América Latina, que se seguem após a Revolução Cubana.

Ainda analisando o desenvolvimento da guerrilha urbana pautada pela orientação foquista que foi implementada pelos Tupamaros no Uruguai, a FAU afirmava que a estratégia uma guerrilha urbana visando destruir o poder burguês e construir uma sociedade socialista é um empreendimento incompatível com o fim que se busca atingir.

Para que se faz a guerrilha, quais são seus objetivos, seu programa? Tem havido guerrilhas cujo objetivo foi só a conquista da independência nacional. Colocando em termos de classe, esta independência significa substituir a dominação política direta da burguesia metropolitana imperialista, exercida através do aparato de estado burguês, metropolitano, substituí-la dizemos, pela dominação exercida pela burguesia local, através de um aparato de estado burguês local, “nacional”. [...] [Nas] revoluções anticoloniais é geral-

8 A relação entre o vanguardismo do foquismo e a teoria leninista é abordada por Muniz Ferreira (1999, p. 236-238).

mente a ideologia nacionalista burguesa a que predomina e aglutina atrás das classes dominantes locais, o conjunto da população. A realidade da luta de classes se obscurece então, atrás da ideologia “patriótica”. Então é fácil mobilizar a todo o povo, sem distinção, atrás da guerrilha. Esta obtém rapidamente um apoio “nacional” para uma guerra “nacional”... burguesa. [...] Tem havido guerrilhas cujo objetivo tem sido alcançar, simplesmente, mudanças a nível político (derrubar uma ditadura militar, por exemplo) e realizar certas reformas econômico-sociais (reformas agrárias, por exemplo).

Tal foi o caso da guerrilha em Cuba, em sua etapa propriamente guerrilheira da Sierra Maestra. [...] Com este programa, enfrentando uma ditadura corrupta, aplicando pela primeira vez na América Latina a estratégia do foco guerrilheiro rural, a guerrilha agrupou, em pouco tempo, atrás de si todo o povo, inclusive a colônia cubana, para enviar fundos ao movimento do “Doutor Castro” que saía, sem problemas, fotografado nas capas da revista “Life”. (FAU, [1972] 2014, p. 22-24).

A argumentação dos anarquistas uruguaios parece inverter, como fez Michael Foucault, a máxima de Carl von Clausewitz, ou seja, o entendimento segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios, portanto, à cada estratégia política revolucionária existe uma estratégia militar revolucionária correspondente. A não observância deste princípio básico permitiu que, tanto no Uruguai como em grande parte dos países latino-americanos, o foquismo se tornasse a principal referência para as organizações que empreendiam a luta armada. A estratégia foquista se mesclou com a teoria etapista da revolução, sendo implementada nas lutas de libertação nacional, entretanto, pretendia-se atingir a construção de uma sociedade socialista. O grande problema, identificado pela FAU, é o fato de que

as organizações esperavam um apoio popular amplo que não vinha e não se preparavam para a capacidade de resistência do poder burguês. A mescla realizada entre uma ideologia de libertação nacional e o socialismo resultou na implantação de uma estratégia militar inadequada ao contexto e aos objetivos da luta a que se propunham.

No interior da concepção revolucionária anarquista, o povo é necessariamente o protagonista do processo revolucionário; a organização política existe em função de ser um instrumento a serviço da luta popular, enraizando-se firmemente nela e impulsionando, do interior, a sua organização e o seu avanço. Assim sendo, a FAU afirmava:

A luta armada como a concebemos é o aspecto fundamental da prática política de um partido clandestino que atua também, na base de uma estratégia harmônica e global, a nível popular. É esta a concepção correta da luta, a que resulta reafirmada pela experiência. (*Idem*, p. 13 e 17).

Dentro de tal concepção não haveria espaço para a proposta imediatista decorrente do caráter vanguardista do foquismo. A luta socialista é entendida como uma estratégia política revolucionária em todos os momentos de sua trajetória, por isso a defesa da necessidade do desenvolvimento estratégia militar pautada sobre do socialismo e da liberdade. A luta com objetivos socialistas necessariamente deve contar com uma participação de massas e, para tanto, deve possuir uma linha de atuação revolucionária no interior das massas. “Toda política militar revolucionária será, então, uma política militar de classe, que em todas suas etapas deve coincidir com os interesses da classe operária e demais classes trabalhadoras” (*Idem*, p. 24) – ao contrário do foquismo que, ao centrar suas ações exclusivamente no aparato armado, vendo no povo apenas apoio tático ou fonte de recrutamento para a luta armada, abre espaço para que se consolide a hegemonia “reformista” no interior da luta popular pública, no interior dos movimentos sociais; desta forma, seu isolamento das massas somente pode gerar mais isolamento.

O método foquista subestima profundamente a necessidade do desenvolvimento de um trabalho político-ideológico no interior dos movimentos populares, propõe que a organização revolucionária abandone a tarefa de atuação de massas, buscando adesões populares para a luta, simplesmente através das ações armadas e para atividades armadas. O povo estaria politicamente imaturo para respaldar e integrar um movimento revolucionário de massas, ao mesmo tempo que estaria politicamente pronto para respaldar e integrar um movimento revolucionário armado. De acordo com os pressupostos anarquistas expressos pela FAU, a guerrilha deve se constituir como o “elemento de choque” do poder popular revolucionário, ou seja, de amplos setores populares que avançam numa política revolucionária de massas contra o poder burguês. Assim sendo, a guerrilha, diferente da proposta foquista, não é a protagonista do processo revolucionário; este papel, na perspectiva anarquista, é exercido pelo povo organizado.

Sendo assim, a Federação Anarquista Uruguaia conclui reolocando a estratégia revolucionária consagrada pelas experiências do proletariado ao longo do século XIX e início do século XX: a insurreição.

Em definitivo a guerrilha urbana, se de revolução social se trata, parece ter como função idônea preparar o salto, o trânsito qualitativo para outra forma de luta através da qual se pode, aí sim, alcançar a vitória decisiva no marco da guerra em âmbito urbano, é a insurreição. A guerrilha urbana, cremos portanto, só se legitima como preâmbulo e preparação necessária e imprescindível da insurreição. [...] Podemos definir três requisitos como indispensáveis para o êxito de uma insurreição armada urbana, ou seja: 1) A participação de setores importantes de massas através de ações de distinto nível; 2) A existência prévia de um aparato armado clandestino com experiência militar já adquirida, que esteja na vanguarda do processo; 3) A existência de um trabalho político prévio sobre os elementos do aparato repressivo. (*Idem*, p. 24).

No Brasil, diferente do Uruguai, as críticas ao foquismo não assumiram a dimensão da superação dos próprios limites de uma estratégia militar e de uma teoria política vanguardistas. Ou as críticas ao foquismo se generalizavam enquanto a condenação de toda e qualquer iniciativa de resistência armada, ou simplesmente substituía-se o vanguardismo do foco guerrilheiro pelo vanguardismo do partido, negligenciando, portanto o protagonismo proletária na luta revolucionária.

4. ALN: a ação guerrilheira com política revolucionária

A ALN foi a principal organização da luta armada que defendeu a linha política da guerrilha revolucionária para a América Latina de Che Guevara, traçada a partir da OLAS. Segundo Muniz Ferreira (1999, p. 229), Carlos Marighella foi o único delegado brasileiro presente ao encontro e fora eleito para a direção órgão. Segundo Jean Rodrigues Sales, Marighella e a ALN foram, e ainda são, considerados os principais defensores do foquismo como estratégia revolucionária na luta contra o regime ditatorial de 1964.

Não são apenas as interpretações recentes que apontam a ALN como uma organização de matriz foquista. Durante os anos 1960 e 1970, foi mais de uma vez criticada por outros grupos por seguir orientações cubanas, a começar pela própria direção do PCB que, nos documentos de seu VI Congresso, combateu fortemente os agrupamentos que exigiam uma opção pela luta armada, entre os quais se encontrava o de Marighella. Segundo o partido, tais militantes estariam tentando, de forma equivocada, aplicar no Brasil ideias oriundas da experiência cubana. Certamente pesou, nas interpretações passadas e recentes sobre a adesão de ALN ao foquismo, a presença de Carlos Marighella na OLAS; a sua relação privilegiada com Fidel Castro; o grande número de militantes enviados para fazer o treinamento em Cuba e a adoção das resoluções da OLAS como bandeira política (SALES, 2009, p. 214).

O exame de documentos escritos por Marighella e da ALN, como o texto *O papel da ação revolucionária na organização*, publicado em maio de 1969, permite a identificação da presença do foquismo:

O nosso primeiro passo consistiu em sairmos a campo com um pequeno grupo de homens armados para uma ação expropriatória. Em virtude da ação revolucionária que travamos, criamos uma potência de fogo própria. Tudo o que conseguimos foi fruto da ação audaciosa e planificada de pequenos grupos revolucionários, que começamos com uma ou outra arma e foram aumentando o seu poder de fogo. O que nos fez crescer foi a ação, única e exclusivamente a ação revolucionária. Baseada nos princípios de que a ação faz a vanguarda, nós, na realidade, lançamo-nos às ações de guerrilha urbana, mas sem declarar que se tratava disto. (ALN apud REIS FILHO e SÁ, 2006, p. 265-266)

Na verdade, a perspectiva revolucionária de Marighella e da ALN, sua teoria da guerrilha revolucionária, são pouco entendidas pelos estudiosos e críticos. Das críticas de Jacob Gorender (1987), passando por Marcelo Ridenti (2010 [primeira edição 1993]), e chegando as recentes teses de Caludinei Cássio de Rezende (2010), são atribuídos à ALN todos os equívocos das organizações armadas do Brasil e do mundo: 1) considerar que a primeira etapa da revolução é democrático-burguesa; 2) vanguardismo pautado na centralidade da ação revolucionária; 3) antiteoricismo e 4) estratégia foquista.

Um trecho da obra *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, é ilustrativo da visão predominante sobre a ALN.

Nos seus escritos redigidos ainda em Cuba e nos que se seguem, Marighella define princípios norteadores da ALN, sigla surgida no final de 1968 em substituição ao Agrupamento Comunista. Nestes escritos e no jornal *O Guerrilheiro* (em circulação a partir de abril

de 1968), delinea-se um ideário que não se limita à cópia da teoria oficial cubana, porém procura adaptar o modelo castro-guevarista a certos dados da experiência brasileira. Além de incorporar elementos do pensamento individual do fundador da ALN. O primeiríssimo princípio é o da ação. É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero (repete-se a sentença de Fidel Castro). Daí decorre a atitude antiteoricista – a teoria vista como blabláblá em torno de mesas de discussão. As necessidades teóricas do presente já estão supridas pelo leninismo e pelo castrismo, nada há a acrescentar. Ignoro se Marighella, na juventude, leu as Reflexões sobre a violência de George Sorel. Ou se assimilou suas teses através do contato com círculos anarquistas. Seja como for, o ativismo, a exaltação da violência e o antiteoricismo da fase da ALN colocaram Marighella na linha do pensamento de Sorel, o doutrinador do anarcossindicalismo. (GORENDER, 1987, p. 96)

Apesar de Gorender estar entre os estudiosos da luta armada no Brasil que participaram ativamente de resistência contra a ditadura empresarial-militar, como liderança do PCBR, sua argumentação, em muitos aspectos, demonstra um desconhecimento não só sobre a teoria e a prática revolucionária de Marighella e da ALN, mas também um certo desconhecimento sobre outras teorias revolucionárias. George Sorel, por exemplo, não é um teórico do anarcossindicalismo, mas sim um teórico marxista heterodoxo defensor de uma vertente do sindicalismo revolucionário. Da mesma forma, a defesa da ação direta e de organizações políticas horizontais não significa que Marighella teria procurado aproximações com as concepções anarquistas.

Trata-se igualmente de um equívoco considerar que Marighella era um “antiteoricista”. Sua obra, bem como os documentos da ALN, constituem importantes reflexões sobre a realidade brasileira, sobre a

conjuntura nacional e internacional dos anos de 1960 e 1970 e uma contribuição fundamental para a teoria revolucionária, especialmente no que tange ao papel da luta de guerrilha. A ALN está ciente das críticas que lhes eram desferidas ainda no contexto da luta contra o regime ditatorial, inclusive das críticas da sua adesão ao foquismo e da ausência de trabalho junto às organizações e lutas populares. A resposta às críticas era a reafirmação da ação revolucionária:

Enquanto se desenrolava o ano de 1968 e a luta revolucionária se intensificava com a nossa participação concreta, muitos dos que nos criticavam ficavam para trás, pois, ou eram desprovidos de capacidade de ação, ou cometiam erros graves, que os levariam à beira do desastre. O que nos credenciou para rebater ao vivo as críticas infundadas foi a nossa ação revolucionária, toda ela baseada num plano estratégico. (ALN apud REIS FILHO e SÁ, 2006, p. 271-272)

Para o entendimento efetivo da teoria revolucionária da ALN é necessário recuperar alguns textos anteriores à sua fundação, o que possibilita ter uma visão mais completa do pensamento de Carlos Marighella. O escrito *A Crise Brasileira de 1966*, por exemplo, permite o entendimento das perspectivas e concepções desenvolvidas no contexto da resistência armada, pois trata-se de uma crítica à posição do PCB frente ao golpe de 1964 e, por extensão, à linha política da via pacífica. Assim, a primeira dimensão da crise brasileira seria a crise política e ideológica das lideranças comunistas, que não resistiram ao golpe de 1º de abril por ter capitulado à política da burguesia, resultado da linha pacifista.

A falta de resistência ao golpe prendeu-se, assim, ao nosso despreparo. Despreparo político e sobretudo ideológico. Despreparo dos comunistas como de toda a área antigolpista. O que se tornou evidente em face da abrilada e nos dias imediatos, desde quando deixou

de existir qualquer resposta ou diretiva para a ação, proveniente das lideranças, sem qualquer exceção. Quanto aos comunistas, a resistência tornou-se impossível porque nossa política – no essencial – vinha sendo feita sob a dependência da política do governo. Quer dizer, sob a dependência da liderança da burguesia, ou melhor, do setor da burguesia que ocupava o poder. Tal posição contribuiu para quebrar a autoridade e anular nossa força, uma e outra necessárias quando se trata de influir na frente única, levá-la à consolidação, paralisar as áreas vacilantes e exercer um nítido papel ideológico diante dos setores mais radicais da pequena burguesia. Quando a liderança do proletariado se subordina à liderança da burguesia ou com ela se identifica, a aplicação da linha revolucionária sofre inevitavelmente desvios para a esquerda e a direita. Pois, nesse caso, falta o lastro ideológico, único recurso capaz de impedir o desvio dos rumos da revolução. (MARIGHELLA, 1979, p. 49-50)

Porém, o revolucionário comunista não considerava somente a crise brasileira o resultado de uma “crise de direção”, uma vez que, recorrendo aos pressupostos e teorias clássicas do marxismo, procurou caracterizar tal crise como uma crise estrutural, resultante das contrações entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, na expansão do imperialismo no contexto da Guerra Fria.

A crise brasileira é uma crise de estrutura. E aqui nos referimos à estrutura econômica. O que quer dizer: a crise brasileira – em todos os sentidos, seja econômico, político ou social – é oriunda da inadaptação da atual estrutura econômica do país. Da sua incapacidade em suportar a carga demasiado pesada a ela superposta. Sendo – por definição – a estrutura econômica o

conjunto das relações de produção, é nestas relações, no equacionamento de seus problemas atuais, que iremos encontrar as causas da crise brasileira. [...] O imperialismo norte-americano age no Brasil através de um setor do capitalismo brasileiro. Isto quer dizer o seguinte: apesar das contradições com os Estados Unidos, o capitalismo brasileiro vem sendo utilizado pelo imperialismo norte-americano, que se apoia fundamentalmente no setor entreguista da burguesia. (Idem, p. 54 e 63)

Observa-se um esforço para avançar para além das interpretações do marxismo vulgar e mecanicista do PCB dos anos de 1950, mas o autor continua preso aos limites teóricos de um marxismo doutrinário, reproduzindo conceitos sem relacioná-los de fato com a realidade brasileira da época. De fato, em termos teóricos, somente aqueles intelectuais que se dedicaram à teoria da dependência numa perspectiva revolucionária, como Ruy Mauro Marini, com a obra *Dialética da dependência* de 1973, e Florestan Fernandes, com a obra *A revolução burguesa no Brasil* de 1974, avançaram para além dos limites do economicismo e do etapismo predominantes entre os marxistas.

Marighella também procurou caracterizar o proletariado brasileiro, considerando o que seria a sua experiência histórica de lutas. Para o revolucionário comunista, o proletariado brasileiro, ao contrário daquela classe formada nos países centrais da Europa no século XIX, teria se desenvolvido tardiamente e imerso em lutas de caráter nacionalista e liberais.

Na França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Estados Unidos e outros países importantes, o proletariado surgiu – como classe em si e para si – concomitantemente com a indústria de base e a revolução industrial, que caracterizou a era moderna. O proletariado brasileiro, porém, só surgiu, com o seu ramo da indústria básica, muito mais tarde, na época da

Segunda Guerra Mundial. Foi exatamente em tais circunstâncias, e em consequência delas, que as palavras-de-ordem patrióticas, nacionalistas ou anti-imperialistas e de sentido liberal e democrático alcançaram enorme vibração e receptividade em todo o país. [...] Foi sob a égide do binômio nacionalismo-democracia que o proletariado brasileiro pôde desempenhar um papel político, à medida que se intensificava o processo de sua expansão no quadro das forças produtivas. (MARIGHELLA, 1979, p. 59)

Explicita-se os limites de uma das principais lideranças do Partido Comunista desde os anos de 1930: prevalece uma visão ainda superficial sobre o proletariado brasileiro e suas experiências de luta e, sob o predomínio de uma concepção eurocentrada, confundem-se as bandeiras e reivindicações de governos nacionalistas, como do período varguista, e do próprio PCB com os anseios da classe trabalhadora. Entretanto, o autor reconhece a necessidade do trabalho organizativo e ideológico junto ao proletariado e defende a aliança operário-camponesa como uma tarefa da luta revolucionária, destacando a fragilidade do trabalho junto aos camponeses.

A força do proletariado constrói-se trabalhando com ele mesmo, sem descanso, em sua base e, portanto, nas empresas industriais. Sem trabalho nas empresas, sobretudo nas empresas imperialistas e nas empresas dos ramos da indústria básica, não é possível fortalecer o proletariado. Mas este não é o único fator da acumulação de força. Sejam quais forem as circunstâncias, o decisivo é ter trabalho no campo, é levar as massas rurais à luta, vendo no camponês o aliado fundamental do proletariado. A inconstância e o atraso do trabalho no campo constituem o lado fraco da revolução brasileira e da liderança marxista – o que tem provocado repetidos insucessos. (Idem, p. 60).

Finalmente, conclui que a crise brasileira

[...] chegou a um ponto em que o proletariado não pode pretender resolvê-la seguindo a fórmula anterior – caminho pacífico e apoio à burguesia na luta pelas reformas. O caminho pacífico da revolução brasileira – no momento atual – teria o efeito de prosseguir alimentando ilusões no povo, e minaria o moral das forças populares e nacionalistas, que precisam de estímulo revolucionário. Os fatos indicam que o proletariado – em face do tremendo impacto da abrilada – não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária, que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da “insurreição armada popular”. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. Sem o recurso à violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor duração. (Idem, p. 61).

Mesmo com os limites impostos pelas interpretações marxistas predominantes sob a exegese do PCB, Carlos Marighella conseguiu romper com a política conciliatória e passou a defender política e ideologicamente a prática da violência revolucionária.

Percebemos que no texto de 1966 a estratégia revolucionária destacada é a insurreição popular, ou seja, Marighella recorreu à experiência dos movimentos revolucionários do proletariado europeu do século XIX, a exemplo da Comuna de Paris de 1871, e do início do século XX, cuja principal referência é a Revolução Russa de 1917. As teorias revolucionárias desse período, anarquistas e comunistas, consagraram a insurreição proletária com a principal estratégia de desenlace revolucionário, portanto, Marighella reafirmou nas conclusões sobre a crise brasileira a opção estratégica leninista da revolução socialista.

Além da ruptura política e ideológica com a linha pacifista, ele também procurou romper com o modelo organizativo burocratizado dos partidos comunistas, apontando para o trabalho de base e a construção de organizações horizontais.

Sem uma estratégia revolucionária, sem a ação revolucionária apoiada no trabalho pela base e não exclusivamente de cúpula, é impossível construir a frente única, movimentar as massas e dar-lhes a liderança exigida para a vitória sobre a ditadura. Uma estratégia revolucionária – indispensável para sairmos do marasmo e da pasmaceira – exige trabalho pertinaz com as forças básicas da revolução – o proletariado, as massas rurais, os intelectuais, os estudantes. (*Idem*, p. 62)

Considerando a opção pela insurreição popular e a defesa do trabalho organizativo e ideológico junto ao proletariado, em 1966 Carlos Marighella não se encontrava, necessariamente, alinhado à estratégia foquista, centrada no foco guerrilheiro. Este posicionamento político se modifica após sua participação na reunião da OLAS e, consequentemente, a fundação da ALN coincide com seu alinhamento com a perspectiva guevarista no que diz respeito à opção da guerra de guerrilhas como a principal estratégia revolucionária para a realidade latino-americana. Entretanto, a ALN, nas suas concepções explicitadas em seus documentos e na sua prática revolucionária, não pode ser, ao contrário da maioria das conclusões sobre ela, considerada uma organização foquista *stricto sensu*. Sobre essa flexão no pensamento político de Marighella, afirma Sales:

Certamente, pesou, nas interpretações passadas e recentes sobre a adesão de ALN ao foquismo, a presença de Carlos Marighella na OLAS; a sua relação privilegiada com Fidel Castro; o grande número de militantes enviados para fazer o treinamento em Cuba e a adoção das resoluções da OLAS como bandeira política. De qualquer forma, como venho defendendo até aqui, a ALN não pode ser caracterizada como uma organização tipicamente foquista, pelo menos nos termos

defendidos por Che Guevara e Régis Debray. Na verdade, a ALN de Marighella pode ser tomada como um dos exemplos mais representativos do tipo de influência exercida pela revolução cubana sobre a esquerda revolucionária brasileira; ou seja, uma organização que, inspirada por Cuba e partindo das ideias centrais do foquismo, tenta adaptar esse ideário à realidade brasileira e à luta contra a ditadura militar, chegando a um tipo de proposta que contemplava tradições variadas, inclusive algumas que vinham do PCB, do qual grande parte dos militantes da ALN tinha origem. (SALES, 2009, p. 214)

É fato que nas formulações da ALN a guerra de guerrilhas assume um lugar central na estratégia da guerra revolucionária, nas suas três dimensões, guerrilha urbana, guerra psicológica e, no estágio que seria o mais avançado, guerrilha rural. Assim, a estratégia política da guerrilha significaria a concretização do primado da ação revolucionária, da negação da possibilidade de conciliação com as forças burguesas e o caminho para a libertação do proletariado.

Referências bibliográficas

- ALN. *Questões de organização*. Dezembro de 1968. Marxists Internet Archive. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1968/12/questoes.htm>. Acessado em agosto de 2012.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. Havana, Casa de las Américas, 1967.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.
- FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA. *COPEI* 1972. UNIPA, 2014. Disponível em https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2014/01/serie_ba4_copei.pdf.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Editora Ática, 1987.
- HAUER, Licia Maciel. *Colégio Pedro II no período da ditadura militar: subordinação e resistência*. Niterói. Dissertação (Mestrado em Educação). UFF-Faculdade de Educação, 2007.
- MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Editorial Livramento, 1979.
- _____. *Por que resisti à prisão*. 2ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1994.

- FERREIRA, Muniz. Carlos Marighella: revolução e antinomias. In: NÓVOA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs). Carlos Marighella: o homem por trás do mito. São Paulo, Editora UNESP, 1999.
- PCB. *Revoluções do IV Congresso do PCB*. Novembro de 1954. Marxists Internet Archive. Disponível em http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm. Acessado em agosto de 2012.
- _____. *Declaração Sobre a Política do PCB*. Março de 1958. Marxists Internet Archive. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acessado em agosto de 2012.
- _____. *Manifesto de agosto de 1950. Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950. Disponível em https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/edit?pli=1. Acessado em agosto de 2012.
- _____. *Resolução Política do V Congresso do PCB*. Setembro de 1960. Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>. Acessado em agosto de 2012.
- PCdoB. *Guerra Popular: O Caminho da Luta Armada no Brasil*. Janeiro de 1969. Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1969/01/luta.htm>. Acessado em agosto de 2012.
- REIS FILHO, D. A; SÁ, J. F. de (Orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª edição. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- _____. *A revolução faltou ao encontro*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, 2. ed. rev. e ampliada. Editora da UNESP, 2010.
- SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Revista Tempo*. Niterói, vol.14 nº. 27, 2009, pp. 199-217.

Quatro poesias e um conto:
arte e resistência

A esperança equilibrista

MARIA CECÍLIA MONTEIRO SANTOS

*Apesar de você,
A gente quer ter voz ativa.
Nas favelas, no senado
Saber não é esperar
Porque você mata uma,
E vem outra em meu lugar
Quero lançar um grito desumano
Não tragar a dor, nem engolir a labuta
Essa palavra presa na garganta
Quero uma realidade menos morta
Sem tanta mentira, tanta força bruta
Pai, afasta de mim esse cálice.
De morrer pela pátria e viver sem razão
Eu quero seguir vivendo, amor,
Eu vou! Eu vou com aqueles que acreditam nas flores
Vencendo o canhão
Você que inventou a tristeza, saiba que
Quem sabe faz a hora,
Não espera acontecer
Você vem me agarra, alguém vem me solta
Esse silêncio todo me atordoa
Você corta um verso, eu escrevo outro
Eu quero é botar meu bloco na rua
Você vai ter que ver
O dia raiar
O jardim florescer
Nosso coro a cantar
Como vai se explicar
Quando a manhã renascer?
E que o passado abra os presentes pro futuro*

*Por que não?
Mesmo calado o peito, resta a cuca
E sem lhe pedir licença
Eu vou! Eu vou esbanjar poesia
Que é uma maneira de ser escutado.
Então, vem, vamos embora
Que amanhã vai ser outro dia
Quem sabe chega a hora
Em que não chorem mais
Clarisses e Marias?*

Anoiteceu

JOHANSS ELLER

Anoiteceu

Olhava atentamente para um relógio.

Não que as horas me fizessem sentido.

O tempo nada mais valia.

Os segundos não passavam.

Meditando entre as tantas folhas no chão, não compreendia o mundo ao meu redor.

Não há passado e futuro.

Há cinzas de um tempo que passou.

Minha juventude não teve flores, pois elas se foram no caixão de meu pai.

A pior das torturas

É o silêncio brusco.

E, na brisa que vinha da Guanabara,

Vieram as lembranças não tão recentes

Que eu queria esquecer.

Mas elas se atropelaram... Está declarada a Revolução!

Os gritos foram silenciados.

Nem homens nem pássaros

Puderam entender.

Mas, afinal, não era o Estado Novo o prelúdio para um novo país?

Brasília, o grande avião do cerrado,

Pôs-se, então, a aterrissar.

Anoiteceu.

No Brasil e no mundo.

Ergueram-se Castelos Brancos

E grandes muros.

Segunda manhã de abril

PEDRO MARTINS CRUZ DE AGUIAR PEREIRA

*A força do meu berro,
Que na verdade nem minha voz é,
É formada por um coletivo,
Coletivo de vozes, ideias e sonhos.
Quem dera fossem aqueles que compramos nas padarias!
A fome que sinto,
Mesmo fazendo parte da classe da barriga cheia
E dos bolsos dobrados cheios de dobrões,
É a fome que fica pela falta de palavras ditas.
Por tanto ser obrigado a engolir sapos e rãs
A cegueira,
Que vê com seus olhos pálidos
Uma variedade de terrores
Protegidos pelo véu da doença.
Que de maneira interessante é hereditária.
A surdez,
Impedindo-me de escutar as palavras,
Que diferente das que ouço,
Tem um sentido e não apenas letras
Soletradas em uma ordem pré-definida
A sensação da pele imunda,
Suja pela lama, pelo barro e pelo sangue
Já incrustado na derme.
De forma a me proteger, como uma couraça,
Dos ataques realizados pelos que não concordam.
E por último,
A força do teu berro que vem do cano,
Com um estrondo de trovão,
Empurra em direção ao abismo
O dia que ontem fora o novo dia de amanhã.*

Socialista num campo de concentração

MARIANA DE OLIVEIRA OMENA

*Me perdi
Na tortura de uma época
Quase perfeita, imperfeita, em mudança.
Estou no limiar de minha presença
Terrena ou não
Estou longe
Solitário, machucado
Só reforçam meu caráter
Comunista ou socialista
Tanto faz
Ignorantes vocês são
Não reconhecem o meu valor
Meu sofrer, minha dor.
Definha-te em alma
Enquanto franzina meu corpo
Coberto de desgosto, encosto
Deixo aqui, cheio de orgulho...
Sou ímpar!
Pelo pejo de vocês
Espero que engulam
Sua moral, cívica
Desconstruam isso
Sua moral, cívica.
Voltem para a escola
Brinquem de governar
Aprendam a dividir, cooperar
Voltem grandes
Menos cruéis do que são.
Deixo isso
Antes de minha morte iminente*

*Com meu ideário Leninista, Stalinista
Vos instigo a me receber
Ao encontro de tua sabedoria
Pois entro na exceção.
Estou num cubículo
Entro pro fascículo
Dos esquecidos, desafortunados...
Oh meus líderes!
Recebam-me!
Morro, não sei pra onde vou
Meu país
Serei eternamente seu!
Minha honra é a tua
Vós sabeis o quanto
Lutei, tentei...
Publiquem isso!
Morro em paz
– sem infâmia
Nunca mais.*

O reencontro

LETÍCIA PRISCILA DE OLIVEIRA*

Estava escuro, o toque de recolher não a impedia de ir até a ponte reencontrá-lo. Enquanto andava apressadamente pela calçada num ambiente deserto e frio, e gotículas de água caíam sobre seus cabelos escuros e crespos, Marcelo esperava do outro lado da tão bonita ponte. Ela andando em passos mais largos, olhando ligeiramente para os lados, não pensava que tudo o que estava vivendo era de tamanha importância. Para ela, apenas o medo tinha lugar no coração das pessoas.

“Minha Margarida inocente, como Deus pode deixar uma pequena flor viver em uma época de tanto terror? Mas que Deus injusto é esse que não tem pena dos vivos?” – Marcelo pensava tanto que sua cabeça chegava a doer, não era preciso muito para virar um rebelde sem causa naquela época, e mesmo assim o jovem soube seguir um objetivo do qual passará a vida inteira arrependido, tendo que aceitar ordens de um sargento que recebe ordens cruéis de alguém ainda pior, tratou de esquecer o que não era necessário lembrar no momento, tinha que pensar nas palavras que diria a ela. Ouve então seus delicados pés envolvidos pela bota desgastada, andar pelas poças que ali se formavam, poderia estar escuro, mas assim que Marcelo se virou, a escuridão não importava, pois a luz que se formava em volta dela era maior, um verdadeiro anjo. Era em horas como essa que se via como o verdadeiro sortudo que era.

– Eu espero não ter feito você esperar! – Dizia calmamente enquanto seguiam para a parte coberta da magnífica ponte.

– Margarida, não seja boba, nunca me faz esperar! – Diz ele sorrindo ternamente para ela, acariciando seu rosto angelical e delicado como uma fina e elegante boneca de porcelana. Chega mais perto,

* Estudante do Colégio Pedro II – Campus Engenho Novo II.

suas respirações entrelaçadas dançavam com o frio do ambiente, o hálito refrescante dela era um dos aromas preferidos dele. Segurando suas rosadas bochechas ele encosta suas testas e dá um longo selinho em seu nariz, fazendo com que a menina ainda envergonhada soltasse o ar que prendia nervosamente em seu pulmão. Se vissem isso...

– O que iremos fazer? – Pergunta ela preocupada.

– Eu não sei, está muito perigoso! Sargento Cunha ainda está desaparecido, assim como o professor Mauro. – Dizia olhando para os lados. Temo que o tenham sequestrado!

– Sequestrado? – Diz surpresa, ainda que tivesse medo e tomasse cuidado, não poderia descartar a possibilidade de que isso poderia acontecer com ela, ou pior, com ele. Quem faria tal coisa?

– Acho que não precisa dessas respostas, basta olhar para o mundo em que estamos vivendo, onde já se viu, não podermos mais nos encontrar o horário que quisermos? Quem mais teria motivo para sequestrar alguém cujo discurso enquanto vivo era totalmente opositor à lei? – Dizia andando nervosamente de um lado para o outro.

– Mas por que está tão nervoso? – Dizia ela chegando mais perto do homem segurando seu rosto entre suas magricelas mãos.

– Você não entende? – Diz retirando-as e as segurando na altura do peito. Eu temo por você! Eu amo você!

– Mas não precisa ficar preocupado comigo, eu estou bem! – Garantia ela com uma ingenuidade de dar dó.

– Como não ficar? Como posso ficar tranquilo em casa sabendo que com a aprovação do AI-5, eles podem invadir sua casa, fazer o que bem entenderem com você? – Dizia desesperado, suplicando por sua compreensão. – Não dá, eu não conseguiria viver se algo acontecesse com você. Você foi a única coisa boa que me restou nessa guerra. Eu preciso saber que está em segurança.

– O que quer dizer com isso? – Diz confusa, ao perceber a expressão do homem, um semblante perigoso.

– Fuja!

– O quê? – Perguntou sussurrando, não acreditando em sua palavra.

– Fuja, e não volte! – Dizia com mais convicção.

– Eu não posso fugir agora! Me entenda! Eu vou ficar e lutar, lutar por você e por minha família! – Diz Margarida ainda incrédula com as palavras de Marcelo.

– Você tem que fugir, ficar em segurança, ser feliz longe daqui, eu não sou o certo para você, entenda Margarida! – Dizia desesperado.

– Para de me chamar assim, meu nome é Júlia, eu nem gosto de margaridas, esse apelido só me faz parecer fraca! – Diz revoltada.

– Mas você é! Para eles todos somos. – Diz suspirando – Eu não quero brigar!

Cansada, ela suspira também.

– Tudo bem, eu me exaltei, acho que estou ficando igual ao meu pai! – Diz, cansada das brigas. – Eu gosto do apelido, só queria que me achasse forte, não esse recipiente fraco, como todos os outros homens pensam! – Diz desabafando uma antiga frustração.

– Eu não te vejo como fraca, na verdade só o fato de estar aqui por minha causa, te torna a pessoa mais forte que conheço! – Dizia ele sorrindo para ela, que só agora reparou que não havia mais chuva. – Por favor, Margarida, pense na proposta, só não quero ter que ficar preocupado com você a cada hora em que eu estou ausente.

– Eu não posso abandonar minha família, Marcelo, só tente me entender! Nós podemos seguir as regras e ficar juntos! – Dizia mais calma.

Dando um passo para trás e agarrando seus cabelos pretos e enrolados para decidir se contava ou não a verdade para ela, ele cambaleia para o lado. “Por que Margarida não facilitava as coisas e aceitava minha proposta?” – Pensava ele.

– Não podemos ficar juntos, porque sei que estou com dias contados, talvez algumas palestras e alguns comentários o tenham deixado furiosos comigo. – Dizia soltando o ar todo de uma vez, um peso saía de suas costas, todo o trabalho para mantê-la longe da sujeira, só a trouxe para mais perto. Olhando em seus olhos, uma imensidão castanha, ele se sentia culpado, culpado por não pensar nas consequências na hora de cometer alguns atos.

– O quê? – Sussurra sem voz. – E quando pretendia me contar isso? Quando estivéssemos felizes e ajustados? Hein? – Dizia nervosamente, já era possível ver as lágrimas nos cantos de seus olhos.

– Não chore! – Suplicava ele, pois odiava ver uma criatura tão pura derramar a tristeza por seu frágil rosto.

– Como não chorar? – Dizia – Estava tão preocupado comigo, quando na verdade deveria estar preocupada com você! – Andava nervosamente de um lado para o outro. – Por que não me contou antes?

– E o que iria fazer, se ajoelhar diante os militares e implorar pela minha vida? – Ignorantemente lhe respondeu. – O que teria feito? – Mais uma vez o silêncio.

– Exatamente, não há nada que possa fazer para melhorar a situação, eu a chamei aqui para passar o que eu acho que são minhas últimas horas com você, por isso não queria brigas. Seria mais fácil ir sem se despedir.

Ela ainda chorando o abraça fortemente, desejando que Deus envie um milagre ou mais tempo para resolverem a situação e poderem ficar juntos felizes até a morte.

Naquele momento, naquele abraço, todas as preocupações foram esquecidas, o que se lembrava constantemente em suas mentes era o amor, o amor incondicional que sentiam um pelo outro, naquele abraço havia a amizade, a parceria de sempre ajudarem um ao outro enquanto puderam, naquele abraço havia o desejo, o desejo de retroceder a vida e começar do zero, sem complicações, o desejo da facilidade das resoluções de grandes problemas, naquele abraço não faltava nada, era exatamente o que precisavam, o que procuraram.

Não havia amor que sobreviveria à ditadura. Os crimes e as torturas psicológicas cometidas camuflavam a beleza de viver, o quanto se podia ter aprendido, o quão bonita a vida colorida poderia ter oferecido.

Margarida, uma pequena flor, não sabia o que era amor, e se soubesse como saberia?

Ninguém a ensinou. A escola não a ensinou. Seus professores que tentaram outro fim suas vidas levaram, era o caso do desaparecido professor Mauro.

Mas inexplicavelmente ela o amava de uma forma incrédula, verdadeira, incontrolável e perdidamente cansativa. Como isso era possível?

Seria Marcelo sua alma gêmea, a pessoa que lhe faria o melhor? Não, não seria, pois como saberia se Margarida era proibida? Todos eram na verdade. Um fim trágico teria esta história se ela soubesse o que era o amor. Mas na verdade um fim trágico esta história teve.

Alguns dias, exatamente seis, depois do acontecido, um oficial apareceu na porta da casa da jovem Margarida trazendo consigo algumas notícias.

– A senhorita Júlia Marquês, está?

– Sim, sou eu!

– Trago comigo um comunicado.

Assentindo com a cabeça ele começa em nome dos sargentos e outros militares, seu discurso elaborado de como as regras são importantes e que não devem ser quebradas.

– E por conta da quebra destas regras, o Soldado Marcelo Lucas da Unidade do Rio de Janeiro faleceu.

Falecido.

Morto.

Sem vida.

Um corpo, como outro qualquer.

Era assim? Sua história terminaria assim? Ela agradeceu a visita e se pôs a chorar descontroladamente deslizando suas costas pela fria madeira da porta. Seu coração estava quebrado, não havia conserto, parecia que alguém enfiara sua mão em seu peito e de lá tirara uma parte significativa da razão do seu viver. Como explicar a perda de algo tão próximo, tão perto de você? Não dava, era impossível! A dor delirante era a pior dor sentida por ela em anos.

Será possível conviver com essa dor? Seus pais a abraçaram, consolaram, e a ninaram.

Estava escuro, o toque de recolher não a impedia de ir até a ponte, reencontrá-lo.



PROGPEC

